

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Liliam de Oliveira

**SEMANÁRIO *O SEXO FEMININO*: A PRODUÇÃO JORNALÍSTICA
FEMININA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX EM PERSPECTIVA
HISTORIOGRÁFICA**

DOUTORADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

SÃO PAULO

2018

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Liliam de Oliveira

**SEMANÁRIO *O SEXO FEMININO*: A PRODUÇÃO JORNALÍSTICA
FEMININA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX EM PERSPECTIVA
HISTORIOGRÁFICA**

DOUTORADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Língua Portuguesa sob a orientação da Professora Doutora Dieli Vesaro Palma.

SÃO PAULO

2018

BANCA EXAMINADORA

Dedicatória

A Deus, por seu amor e misericórdia.
Ao meu filho Davi, razão da minha vida.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior – CAPES/PROSUP e
à FUNDASP pelas bolsas concedidas.

Agradecimentos

A Deus, pela sabedoria e fé;

À minha família, pelo apoio, compreensão e amor incondicionais;

Aos meus amigos queridos e amados;

Aos colegas de pós-graduação pelas palavras de conforto e ânimo;

À minha amada orientadora Prof^a Dr^a Dieli Vesaro Palma que mais uma vez acreditou em mim e no meu trabalho e me ensinou em todos esses anos de parceria, que a docência se faz com humildade, competência e compaixão;

Aos Professores Doutores Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos e Ronaldo de Oliveira Batista, pelas preciosas contribuições dadas a esta pesquisa no exame de qualificação;

À Lourdes Scaglione, que com tanto amor e parceria, auxiliou-me nessa jornada;

À CAPES/PROSUP e à FUNDASP pelo apoio financeiro, sem o qual esse doutorado seria impossível;

Aos professores, funcionários e alunos da Universidade Estadual de Goiás – Campus Iporá, pelo incentivo, apoio e compreensão.

Resumo

Esta tese tem como foco a análise dos editoriais presentes no semanário *O sexo Feminino*, de propriedade de Dona Francisca Senhorinha da Motta Diniz, que foi publicado entre os anos 1873 e 1889, primeiro na cidade de Campanha da Princesa – MG e depois na cidade do Rio de Janeiro – RJ, na perspectiva da Historiografia Linguística, a partir dos princípios da contextualização, imanência e adequação, propostos por Koerner (1996). Ela insere-se na linha de pesquisa História e Descrição da Língua Portuguesa. Assim, questionamos como os recursos metafóricos que, de acordo com Lakoff e Johnson (2002), são processos cognitivos que se manifestam argumentativamente, presentes nos editoriais do semanário contribuíram na elaboração de argumentos em defesa da mulher oitocentista. Investigamos também como se deu o processo de produção, editoração e divulgação do semanário *O Sexo Feminino*. No sentido de reconstruir o espírito da época, obedecendo ao princípio de contextualização, apresentamos o Brasil oitocentista, a mulher brasileira no século XIX, o feminismo, a produção literária e jornalística feminina no século XIX e a vida e obra de Dona Francisca Senhorinha da Motta Diniz. Tendo em vista o princípio de imanência, esses elementos são estudados à luz das obras de Aristóteles (2005) *Retórica*; Ernesto Carneiro Ribeiro (1915[1890]) *Serões Grammaticaes*; Manoel da Costa Honorato (1879) *Retórica e Poética*; Luís José Junqueira Freire (1869) *Elementos de retórica nacional*. Ao apresentar as obras de George Lakoff e Mark Johnson (2002) *Metáforas da Vida Cotidiana* e Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2005) *Tratado da argumentação: a nova retórica*, observamos a aplicação do princípio de adequação. Buscamos, assim, identificar os recursos argumentativos utilizados por Dona Francisca Senhorinha da Motta Diniz em seus editoriais e apontar as características da argumentação e da metáfora, como um instrumento relevante na construção da argumentação, a partir da Retórica Clássica e da Gramática, relacionando-os também à Teoria da Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca e à Teoria da Metáfora Conceptual de Lakoff e Johnson. Considerando os resultados obtidos, podemos asseverar que, Dona Francisca, buscou nos ideais feministas, subsídios para construir a argumentação em defesa da ampliação dos direitos civis e políticos da mulher e da equiparação dos direitos femininos aos do homem, denunciando os abusos da sociedade patriarcal do século XIX e abrindo caminho para o estabelecimento da luta feminista nos séculos subsequentes, por meio da defesa do protagonismo feminino em todas as esferas sociais.

Palavras-chave: Historiografia Linguística; Feminismo; O Sexo Feminino.

Abstract

The main aim of this thesis is to analyze some editorials of the weekly newspaper "O Sexo Feminino", by Lady Francisca Senhorinha da Motta Diniz, published from 1873 until 1889, firstly at the city of Campanha da Princesa in the state of Minas Gerais and lately in Rio de Janeiro, according to Linguistic Historiography perspective, based on Koerner's principles of contextualization, immanence and adequation (1996). Its line of research is History and Description of Portuguese Language. This way, we inquired how metaphorical resources that, according to Lakoff and Johnson (2002), are cognitive processes which manifest argumentatively, on editorials of this weekly newspaper contributed to the development of arguments on behalf of women during the nineteenth century. We also investigated how the entire process of production, publishing, and distribution of the weekly newspaper "O Sexo Feminino" was established. To rebuild the spirit of the times, according to the principle of contextualization, we present how Brazil was during 1800's, how women lived on nineteenth century, the feminism, women's literature, and journalism during the 19-th century and the life and work of Lady Francisca Senhorinha da Motta Diniz. In line with the principle of immanence, these elements had been studied in the light of books like Aristotle's *Rhetoric* (2005); Ernesto Carneiro Ribeiro's *Serões Grammaticaes* (1915[1890]); Manoel da Costa Honorato's *Retórica e Poética* (1879) and Luís José Junqueira Freire's *Elementos da Retórica Nacional* (1869). We can also observe the application of the principle of adequation while presenting books like George Lakoff's *Metaphors We Live By* (2002) and Chaïm Perelman and Lucie Olbrechts-Tyteca's *The New Rhetoric: Treatise of Argumentation* (2005). Therefore, we try to identify argumentative resources used by Lady Francisca Senhorinha da Motta Diniz in her editorials and point out the characteristics of argumentation and figures of speech, through Classical Rhetoric and Grammar, linking them as well to Perelman and Olbrechts-Tyteca's *The New Rhetoric Theory* and to Lakoff and Johnson's *Conceptual Metaphor Theory*. Considering the results achieved, we can assure that Lady Francisca, based on feminist ideals, looked for grounds to build an argumentation in defense of women's civil and political rights and gender equality, exposing the abuses of patriarchal society during the 19-th century and leading the way for the establishment of feminist struggle on the following centuries through female protagonism in all facets of society.

Keywords: Linguistic Historiography; Feminism; O Sexo Feminino.

Lista de Figuras

Figura 1	Página com observação das obras utilizadas na obra <i>Retórica e Poética</i> (1879)	74
Figura 2	Folha de rosto da 2ª edição da obra <i>Serões Gramaticaes</i>	82
Figura 3	Cabeçalho da 1ª edição do Semanário <i>O Sexo Feminino</i>	96
Figura 4	Cabeçalho da 2ª fase do Semanário <i>O Sexo Feminino</i>	98
Figura 5	Cabeçalho da 3ª fase do Semanário <i>O Sexo Feminino</i>	99
Figura 6	Cabeçalho da 3ª fase, com a mudança de nome do semanário para <i>O Quinze de Novembro do Sexo Feminino</i>	100
Figura 7	Cabeçalho da 3ª fase, com a mudança de endereço da publicação	100
Figura 8	Poesia de D. Laura Eulina G.	101
Figura 9	Romance <i>Mathilde e Eduardo</i> assinado por colaboradora sob a condição de anonimato	102
Figura 10	Romance <i>A Diva Isabella</i> , escrito por Elisa Diniz Machado Coelho	103
Figura 11	Canção do Exílio, de Antonio Gonçalves Dias	103
Figura 12	Seção de variedades: Charadas	104
Figura 13	<i>O Sexo Feminino: A educação da mulher</i>	106
Figura 14	<i>O Sexo Feminino: Como devem trabalhar as mães de família para fortificar o carácter de suas filhas</i>	110
Figura 15	<i>O Sexo Feminino: O mundo marcha</i>	113
Figura 16	<i>O Sexo Feminino: A racional emancipação da mulher</i>	117
Figura 17	<i>O Sexo Feminino: Emancipação racional da mulher</i>	122
Figura 18	<i>O Sexo Feminino: A mulher</i>	128
Figura 19	<i>O Sexo Feminino: A mulher perante a história</i>	133
Figura 20	<i>O Sexo Feminino: A racional emancipação da mulher</i>	136
Figura 21	<i>O Sexo Feminino: A racional emancipação da mulher</i>	138

Sumário

Introdução.....	13
Capítulo I	18
Historiografia Linguística.....	18
1.1 Historiografia Linguística	19
1.2 Conceituação	21
1.3 Princípios e métodos.....	24
1.4 Procedimentos Metodológicos	33
Capítulo II	35
Francisca Senhorinha da Motta Diniz: o protagonismo da mulher durante o século XIX.....	35
2.1 O Brasil oitocentista.....	36
2.2 A mulher brasileira no século XIX.....	41
2.3 O feminismo	46
2.4 A produção literária e jornalística feminina no século XIX.....	50
2.5 Dona Francisca Senhorinha da Motta Diniz.....	53
2.6 A produção jornalística e literária de Francisca Senhorinha da Motta Diniz	63
Capítulo III	67
Retóricas e Visões de Metáfora	67
3.1 Retórica de Aristóteles.....	68
3.2 Retórica e Poética de Manoel da Costa Honorato e Elementos de retórica nacional de Luís José Junqueira Freire	71

3.4 Tratado da argumentação: a nova retórica de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca	76
3.5 Metáfora e argumentação	78
3.5.1 A metáfora na visão tradicional	79
3.6 Serões Grammaticaes de Ernesto Carneiro Ribeiro	81
3.6 Metáforas da Vida Cotidiana de George Lakoff e Mark Johnson	85
Capítulo IV	94
O semanário <i>O Sexo Feminino</i> : A luta de uma professora pela emancipação da mulher por meio da educação.....	94
4.1 Análise das publicações	95
4.2 A estrutura do jornal	96
4.3 Análise dos editoriais.....	105
4.3.1 Anno 1. Cidade da Campanha, 7 de setembro de 1873. Num. 1. O Sexo Feminino. A educação da mulher.	106
4.3.2 Anno 1. Cidade da Campanha, 1 de novembro de 1873. Num. 9. O Sexo Feminino. Como devem trabalhar as mães de família para fortalecer o caráter de suas filhas.....	110
4.3.3 Anno 1. Cidade da Campanha, 15 de novembro de 1873. Num. 11. O Sexo Feminino. O mundo marcha – Diz Pelletan.	113
4.3.4 Anno 2. Rio de Janeiro, 22 de julho de 1875. Num. 1. O Sexo Feminino. A racional emancipação da mulher.....	117
4.3.5 Anno 2. Rio de Janeiro, 29 de julho de 1875. Num. 2. O Sexo Feminino. A racional emancipação da mulher.....	122
4.3.6 Anno 2. Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1875. Num. 4. O Sexo Feminino. A mulher.	128
4.3.7 Anno 3. Rio de Janeiro, 9 de junho de 1889. Num. 2. O Sexo Feminino. A racional emancipação da mulher. A mulher perante a história.	133

4.3.8 Anno 3. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1889. Num. 8. O Sexo Feminino. A racional emancipação da mulher.	136
4.3.9 Anno 3. Capital Federal, 6 de dezembro de 1890. Num. 23. O quinze de novembro do Sexo Feminino. O Sexo feminino.	138
Conclusão.....	143
Bibliografia	148

Introdução

“Emancipar a mulher é quebrar as cadêas com que por tantos seculos os homens hão arroxendo-lhes os pulsos”.

D. Francisca Senhorinha da Motta Diniz

Esta tese apresenta, sob a perspectiva da historiografia linguística¹, o estudo dos editoriais do semanário “O Sexo feminino”, da proprietária e redatora Dona Francisca Senhorinha da Motta Diniz, publicado inicialmente na cidade de Campanha, estado de Minas Gerais e, posteriormente, na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1873 e 1889.

A pesquisa concentra-se na análise da Língua Portuguesa como instrumento construtor da identidade pessoal, cultural e social do sujeito feminino, por meio de recursos argumentativos e linguísticos presentes nos textos produzidos por mulheres no semanário *O Sexo Feminino*, no século XIX. Com efeito, esse trabalho apresenta a produção do referido semanário e seus aspectos linguísticos e argumentativos, a história de sua fundadora e o impacto dessa produção jornalística na sociedade mineira e carioca da época.

Na segunda metade do século XIX, em plena efervescência literária e jornalística, destaca-se, no interior de Minas Gerais, a professora Dona Francisca Senhorinha da Motta Diniz, que, como mulher, não se contentou em assinar seus textos sob um pseudônimo masculino, mas ousou produzir um semanário, com a contribuição de outras mulheres, inclusive suas filhas, por um período de 23 anos. Esse detalhe despertou-nos singular atenção e fomos à busca dos elementos da vida e produção jornalística dessa mulher tão singular em sua época. Ela escreveu editoriais em defesa dos direitos da mulher da emancipação e da educação feminina, objetos desta pesquisa.

Assim sendo, ressaltamos a relevância deste trabalho, na medida em que enfocamos a atividade jornalística feminina no século XIX, período em que pouco se

1 Doravante HL

têm informações a respeito da produção jornalística da mulher, principalmente sem o uso de pseudônimos.

Com esse trabalho procuramos conhecer com mais detalhes a produção jornalística *O Sexo Feminino*, sobretudo no que concerne à análise dos textos produzidos pela autora e como eles progridem ao longo dos anos de publicação do semanário. Nesse sentido, levantamos as seguintes questões: Como Francisca constrói sua argumentação quer seja pela construção de argumentos, quer seja pelo uso de recursos metafóricos que, de acordo com Lakoff e Johnson (2002), são processos cognitivos que se manifestam linguística e argumentativamente, presentes nos editoriais do semanário e que contribuíram na elaboração de argumentos em defesa da mulher oitocentista?

Dessa forma, os nossos objetivos consistem em identificar os recursos argumentativos utilizados por Dona Francisca Senhorinha da Motta Diniz em seus editoriais e apontar as características da argumentação e da metáfora, como um instrumento relevante na construção da argumentação, a partir da Retórica Clássica e da Gramática, relacionando-os também à Teoria da Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca e à Teoria da Metáfora Conceptual de Lakoff e Johnson, além de descrever o contexto político, social e econômico do século XIX em que o semanário *O Sexo Feminino* foi produzido.

O modelo teórico que fundamenta nossa pesquisa é o da HL. Nessa perspectiva, este estudo fundamenta-se nos

cinco pontos fundamentais da metodologia do trabalho historiográfico: 1º ponto –princípios básicos: a) a contextualização; b) a imanência e c) a adequação; 2º ponto – passos investigativos: a) seleção; b) ordenação; c) reconstrução e d) interpretação; 3º ponto –questões das fontes: a) primárias e b) secundárias; 4º ponto –as dimensões cognitiva e social: a) cognitiva –interna e b) social –externa; e por fim, constituindo-se o 5º ponto –os critérios de *análise* em que se detectam as “categorias”. (BASTOS e PALMA, 2004, p.13)

É relevante ressaltar que a atividade historiográfica em Linguística não se resume a uma mera compilação de datas, fatos, títulos e nomes relacionados com o estudo das línguas e da linguagem. Para Koerner (1996, p.45), devemos compreender a HL como o “modo de escrever a história do estudo da linguagem baseado em princípios científicos” e não mais como mero registro da história da pesquisa linguística.

Sabemos que essa nova concepção requer um olhar mais cuidadoso por parte do historiógrafo, que se diferenciará do olhar do historiador a partir do momento em que a HL se estabelece como disciplina. Para que isso de fato aconteça, é preciso recuperar o passado linguístico que se apresenta como parte integral da disciplina, inclusive no que diz respeito à Linguística como ciência, não descartando sua influência em outras ciências como a Psicologia, a Sociologia e a Ciência Política. Tal natureza interdisciplinar requer do investigador um conhecimento amplo dos diversos campos científicos, pois seu campo de investigação deveria comportar vieses que consistiriam em

[...] favorecer o restabelecimento dos fatos mais importantes do nosso passado lingüístico ‘sine ira et studio’ e explicar, tanto quanto possível, as razões da mudança de orientação e de ênfase e a possível descontinuidade que delas se pode observar, sua prática requer, ainda, capacidade de síntese, isto é, a faculdade de destilar o essencial da massa dos fatos empíricos coligidos a partir de fontes primárias. (KOERNER, 1996, p. 47)

Dessa maneira, é imprescindível ressaltar os três princípios traçados por Koerner (1996), o princípio de *contextualização* que traça o clima de opinião, uma vez que aborda as correntes intelectuais que influenciaram o recorte em estudo, além da

situação socioeconômica, política e cultural do momento da produção do documento em análise.

O princípio de *imanência* que tenta estabelecer um entendimento global tanto histórico quanto crítico, caso seja possível, filológico, do texto linguístico em análise. Por fim, temos o princípio de *adequação* que insere aproximações modernas do vocabulário técnico, permitindo a apreciação de um determinado trabalho. Assim sendo, a HL abarca a dimensão social, em virtude de detectar, analisar e explicar as mudanças ocorridas durante a produção do recorte investigado. Por isso, este trabalho será norteado por tais princípios, procurando mostrar que a discussão é permeada pela conceituação de língua. Cabe destacar que, nesta tese, focamos a história do conhecimento sobre a linguagem.

Este trabalho apresenta quatro capítulos, além da introdução, da conclusão e dos anexos, que constituem a tese. No primeiro capítulo, apresentamos e conceituamos a HL, bem como tratamos de seus princípios e métodos baseados em Koerner (1989, 1996, 2014) e Swiggers (1990, 2010, 2012, 2013). No segundo capítulo, abordamos a contextualização histórica da sociedade da segunda metade do século XIX no Brasil; a mulher oitocentista; o movimento feminista no século XIX; a produção literária e jornalística feminina no século XIX no Brasil, bem como tratamos da vida e obra da Dona Francisca Senhorinha da Motta Diniz.

No terceiro capítulo, tratamos da fundamentação teórica a respeito da retórica e da metáfora, por meio das obras de Ernesto Carneiro Ribeiro (1915) *Serões Grammaticaes*; Manoel da Costa Honorato (1879) *Retórica e Poética*; Luís José Junqueira Freire (1869) *Elementos de retórica nacional* e Aristóteles (2005) *Retórica*; George Lakoff e Mark Johnson (2002) *Metáforas da Vida Cotidiana*; Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2005) *Tratado da argumentação: a nova retórica*.

Por fim, no quarto capítulo, apresentamos a estrutura do jornal, descrevemos suas três fases e, analisamos os recursos metafóricos que se manifestam argumentativamente nos editoriais. Assim, seguimos a escritura desta tese, tratando, no capítulo a seguir da Historiografia Linguística, apresentamos seus conceitos, princípios, métodos e procedimentos metodológicos.

Capítulo I

Historiografia Linguística

“Cada homem age por si, segundo um plano próprio, mas o resultado é uma ação social, em que outro plano, externo a ele, se realiza; e com os fios crus, finos e desfeitos da vida de cada um, se tece a teia de pedra da história”.

R. P. Pogodin

A base teórica que fundamenta essa tese é a HL. Nesse sentido, esse capítulo busca apresentar os pressupostos teóricos que norteiam os estudos em HL. Antes, porém, explicamos o surgimento da HL e como ela se estabelece como disciplina dentro do campo de estudos da Linguística. Após, discorreremos a respeito do início dos estudos em HL no Brasil. Sua característica interdisciplinar e sua proposta em proporcionar um relato descritivo e explicativo, pautado em bases científicas de como o conhecimento linguístico foi conquistado e como ele se desenvolveu ao longo dos anos, desde seu surgimento até a atualidade, justificam nossa escolha para esse estudo.

Ao trazermos o argumento em defesa da emancipação da mulher como foco de análise dos editoriais de Francisca Senhorinha da Motta Diniz, a característica interdisciplinar se faz necessária e o auxílio de outros campos de estudos, como a Retórica e a Teoria da Metáfora Conceptual, são relevantes na consecução dos nossos objetivos, além da reconstrução histórica, imperativa em estudos de documentos, neste caso, do século XIX.

1.1 Historiografia Linguística

A HL surge na década de 1970, como método interdisciplinar e se estabelece como uma disciplina (inserida no campo de estudos da Linguística) que objetiva descrever e explicar, por meio de determinado contexto sociocultural, como foi produzido e desenvolvido o conhecimento linguístico, em uma perspectiva sincrônica e/ou diacrônica. Busca, também, explicitar como ele foi conquistado e qual foi o percurso do desenvolvimento desse conhecimento linguístico desde o seu início até os dias atuais. (SWIGGERS, 1990); (SWIGGERS, 2012, p.38,39)

A partir dos estudos em HL, trazem-se, aos dias atuais, registros de fatos históricos, a partir de princípios científicos. Koerner (1996, p. 45) atesta que se deve olhar para a HL como o “modo de escrever a história do estudo da linguagem”, baseado em tais princípios. Essa perspectiva demanda uma análise detalhada do historiógrafo em Linguística, na medida em que a HL se instaura como disciplina.

Um fator que contribuiu para o aumento do raio de atuação do historiógrafo da Linguística foi o desenvolvimento das pesquisas linguísticas nas últimas décadas, que diversificou as formas de se olhar a língua. Sendo o que se produziu sobre a língua o objeto de estudo primeiro da HL, o pesquisador, ao tomá-la como produto socio-histórico, pode sistematizar, a partir da interdisciplinaridade com outras ciências que tratam do homem, a geração de novos saberes.

Pierre Swiggers e Konrad Koerner propõem as bases metodológicas que estruturam as pesquisas em HL. No Brasil, ela é apresentada, na década de 1990, em uma reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística – ANPOLL. Em 1994, no Programa de pós-graduação em Linguística da Universidade de São Paulo, é credenciada como disciplina – HL: A Formação da Linguística Brasileira. Nesse contexto, no Brasil, destaca-se a contribuição de pesquisadores do Núcleo de Estudos em Historiografia Linguística (NEHL/IP – PUC/SP) que propuseram reconstruir, por meio da HL, fatos históricos relevantes do passado linguístico da Língua Portuguesa.

Pierre Swiggers e Konrad Koerner aprofundam os estudos em HL e, nas décadas de 1990, 2000 e 2010 seguem seus estudos buscando definir os estudos em HL e suas contribuições como disciplina da Linguística. No item a seguir, apresentamos essas definições.

1.2 Conceituação

Koerner (2014, p. 13) afirma que a HL tem uma relevante missão a realizar dentro da Linguística como um todo. Para ele, a HL auxilia na compreensão da história das ideias em geral. Ele destaca que esse conhecimento histórico pode impedir o pesquisador do “dogmatismo na teoria linguística e levá-lo à moderação e à aceitação de uma diversidade de pontos de vista possíveis”. Assim, a HL viabiliza material para que o linguista possa avançar com pesquisas no seu campo de estudos.

Swiggers (2010, p.8), por sua vez, atesta que a HL, como disciplina acadêmica, apresentou considerável progresso nos últimos 30 anos. Para ele, a HL apresentou um crescimento substancial devido às publicações na área, ao grupo de acadêmicos e às associações e sociedades nacionais e internacionais. O autor (2010, p. 5) define a HL como “a narrativa descritivo-explicativa da reflexão e descrição linguística no passado (“passado” que se estende até o presente do historiógrafo)”. Nesse sentido, Swiggers observa que a HL, por sua característica interdisciplinar, explica e descreve como o conhecimento linguístico foi adquirido e produzido. Assim, a HL proporciona

uma descrição e uma explicação da história contextualizada das ideias linguísticas. (2) A historiografia linguística tem que partir de uma fase heurística, e avançar através de uma análise “argumentativa” e de uma síntese histórico-comparativa, em direção a uma hermenêutica historicamente fundamentada do conhecimento/knowhow linguístico. Ela pergunta e tenta responder questões do tipo: como o conhecimento linguístico foi adquirido? como foi formulado? como foi difundido? (em círculos ‘participativos’?) como tem sido preservado? por que foi preservado (ou perdido), e de que maneira? quais têm sido as relações (em termos de influência, poder, longevidade curta ou ampla, etc.) entre as “extensões” coexistentes ou subsequentes ao conhecimento linguístico? (3) A historiografia linguística faz perguntas linguisticamente relevantes sobre as “práticas historicamente relacionadas à linguagem”: assim, historiógrafos da linguística podem, ou devem oferecer insights aos linguistas interessados “no que estão fazendo”. (SWIGGERS, 2010, p.2,3)

Swiggers, em seu artigo “Linguistic historiography: object, methodology, modelization”, (2012) destaca a característica interdisciplinar da historiografia linguística. Para o autor, ela envolve não somente a Linguística e a História, mas também, de acordo com o recorte estudado, a “filosofia (filosofia da ciência, filosofia da linguagem, lógica, teoria do conhecimento, metafísica, ética), teologia, retórica, antropologia, semiótica, sociologia e psicologia”.²(SWIGGERS, 2012, p.45,46)

Com efeito, a HL por sua característica interdisciplinar, permite ao historiógrafo da Linguística, lançar mão de ferramentas teóricas de outras disciplinas para sistematizar linguisticamente dados históricos e permite que, a partir de documentos do passado, a história seja reconstruída. Em resumo, a HL oferece-nos meios para descrever o linguístico e o histórico presentes no documento e permite-nos reconstituir e interpretar a história presente no recorte analisado.

Como demonstramos até aqui, a HL é vista como “uma disciplina à vocação científica que tem como principais objetivos descrever, explicar e interpretar como se produziu e desenvolveu o conhecimento linguístico em um determinado contexto social e cultural, através do tempo”, como afirma Altman (1998, p. 25). É relevante ressaltar que, neste trabalho, a HL dá um passo adiante nas pesquisas que têm a língua como objeto de estudo e foca na história do conhecimento sobre a linguagem. Entendemos que a HL nos permite ir além do estudo do saber linguístico e da explicação e descrição de como se desenvolveu tal saber em um determinado contexto. Bastos e Palma (2006, p.11) atestam que “qualquer obra em análise será sempre explicada mais profundamente quando nela percebermos as etapas de conhecimento que a engendraram”.

A característica descritiva, contextualizadora e interpretativa da HL possibilita-nos reconstruir o passado do recorte escolhido e entender a linguagem da época selecionada, no nosso caso, a voz de uma professora e jornalista do século XIX, Dona Francisca Senhorinha da Motta Diniz, por meio de seus editoriais. Para tal, dada a característica interdisciplinar da HL, trazemos a Retórica e a Teoria da Metáfora

2 Todas as citações dos textos de Swiggers (2012; 2013) apresentadas nesta tese, são traduções livres da autora deste trabalho.

Conceptual como elementos que nos permitem analisar o corpus selecionado e discutir o papel da mulher na sociedade brasileira oitocentista sob a perspectiva feminina.

Para esse novo olhar sobre o objeto de estudo da HL, contribuem os trabalhos realizados por pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Historiografia da Língua Portuguesa (GPeHLP – PUC/SP) que colaboram para o desenvolvimento, ampliação e divulgação das pesquisas em HL. Ela, dessa forma, apresenta-se como uma opção a mais na pesquisa sobre a história do conhecimento linguístico já produzido. Cabe destacar que essa disciplina percebe a língua como um processo social, histórico e cultural que exerce papel fundamental na atividade humana ao longo da história. Como nos revela Zanon, ao observar que a língua, “em sua função de interação social, como processo e produto da atividade histórica do homem torna-se simultaneamente veículo e expressão de dados socioculturais que pressupõem um olhar histórico”. (ZANON, 2007, p. 17).

Assim, com a inserção da linguagem nos estudos historiográficos, o pesquisador, sem dispensar o estudo da língua, pode ir além e compreender como ela se manifesta no contexto social. Dessa forma, pode-se reconstruir o passado linguístico a partir do recorte escolhido e, por meio da análise da linguagem refazer os passos históricos percorridos pelo texto dentro do contexto social em que ele se insere, como no caso do nosso recorte: editoriais do semanário *O Sexo Feminino*. Nele, a partir do discurso retórico presente nos escritos de Francisca Senhorinha da Motta Diniz, podemos estabelecer os argumentos de luta pela emancipação da mulher e como esses argumentos se estruturavam no discurso de uma feminista frente à sociedade oitocentista brasileira.

Essa nova concepção requer um olhar mais cuidadoso por parte do historiógrafo, a partir do momento em que a HL se estabelece como disciplina. Para que isso de fato aconteça, é preciso recuperar o passado linguístico que se apresenta como parte integral da disciplina, inclusive no que diz respeito à Linguística como ciência, não descartando a influência da Filosofia da Ciência e da Sociologia da Ciência. Tal natureza interdisciplinar demanda do investigador um conhecimento amplo dos diversos campos científicos.

Nesse sentido, tem início a discussão sobre a tarefa do historiador e a do historiógrafo, sendo, a cada um, delegadas obrigações que interferem na instauração da HL como disciplina. No item a seguir, apresentamos os princípios e métodos da HL que fundamentam essa pesquisa.

1.3 Princípios e métodos

Na busca por definir os princípios e métodos da HL, devemos refletir a respeito do papel do historiógrafo em Linguística. Para tratar da análise de trabalhos relativos à linguagem, ele deve ser, antes de tudo, um linguista. A característica, multidisciplinar da HL, no entanto, exige do historiógrafo em Linguística que ele não se detenha somente na sua área, mas que conheça a história geral, e outras disciplinas que se fizerem necessárias para a análise do recorte selecionado, como a filosofia ou a retórica (utilizada em nossa pesquisa), por exemplo.

O fazer historiográfico em Linguística pressupõe os atos de selecionar, ordenar, reconstruir e interpretar fatos históricos. Ele constitui em explorar os documentos selecionados levando em conta o clima de opinião da época em que foram produzidos. Essa não é uma tarefa simples. Assim, a HL abarca a dimensão social, em virtude de detectar, analisar e explicar as mudanças ocorridas durante o recorte investigado seguindo princípios e métodos definidos. Esse trabalho está norteado por tais princípios e procura mostrar que a discussão é permeada pela conceituação de língua.

Koerner (2014) ressalta que os estudos em HL consistem na apresentação do nosso passado linguístico como uma atividade baseada em princípios definidos. Em trabalho publicado em 1996, Koerner apresenta três princípios que são a base desta pesquisa:

1. o princípio de *contextualização* que traça o clima de opinião, uma vez que aborda as correntes intelectuais do recorte em estudo, além da situação socioeconômica, política e cultural;
2. o princípio de *imanência* que tenta estabelecer um entendimento global tanto histórico quanto crítico, caso seja possível, filológico, do texto linguístico em análise;
3. o princípio de *adequação* que insere aproximações modernas do vocabulário técnico, permitindo a apreciação de um determinado trabalho.

De acordo com essa concepção de HL, o historiógrafo tem como objetivo além de descrever um saber linguístico produzido em um momento histórico, problematizar esse saber levando em conta o contexto em que ele ocorreu, ou seja, o clima de opinião que perpassa tal saber linguístico. Konrad Koerner e Pierre Swiggers estabeleceram caminhos metodológicos para as pesquisas em HL.

Dessa forma, para se compreender a HL em sua totalidade, devem ser abordados os princípios estruturados por Koerner (1996) que, ao discutir tal estruturação metodológica, estabeleceu o procedimento para se escrever e explicar a história do conhecimento linguístico já produzido, com base em fundamentos científicos. Para tal, há, de acordo com Bastos e Palma (2004, p.13), no que se refere à metodologia do trabalho historiográfico, cinco pontos fundamentais:

- 1º ponto – princípios básicos:
 - a) a contextualização;
 - b) a imanência;
 - c) a adequação.

- 2º ponto – passos investigativos:
 - a) seleção;
 - b) ordenação;
 - c) reconstrução;
 - d) interpretação.
- 3º ponto – questões das fontes:
 - a) primárias;
 - b) secundárias.
- 4º ponto – as dimensões cognitiva e social:
 - a) cognitiva –interna;
 - b) social –externa.
- 5º ponto – os critérios de análise em que se detectam as categorias.

No 1º ponto, temos os princípios de contextualização, imanência e adequação. Koerner afirma que o

primeiro princípio para apresentação de teorias linguísticas propostas em períodos mais antigos diz respeito ao estabelecimento do “clima de opinião” geral do período em que as teorias se desenvolveram. As ideias linguísticas nunca se desenvolveram independentemente de outras correntes intelectuais do período; o “espírito de época” (Zeitgeist) sempre deixou suas marcas no pensamento linguístico. (KOERNER, 1996, p. 60)

O primeiro princípio é chamado pelo autor de *‘princípio de contextualização’*, e está relacionado ao *clima de opinião* do momento histórico em que as teorias linguísticas em questão foram desenvolvidas, pois, como ressalta o autor, as correntes intelectuais estão sempre interligadas de alguma forma num mesmo período. Para Koerner, o espírito de época deixa suas marcas no pensamento linguístico. Os contextos social, econômico, político, científico e cultural não só fazem parte desse espírito de época, como também são fundamentais para a sua compreensão.

Para Batista (2013, p. 76), é nesse princípio que se encontra a “vocação interdisciplinar que define a Historiografia Linguística como uma observação analítica sobre eventos dos estudos da linguagem situados historicamente”. Esse princípio coloca o autor e a obra selecionada numa perspectiva geral do contexto em que ela foi produzida. Esse procedimento permite ao pesquisador lançar um olhar geral sobre o recorte histórico analisado.

O historiógrafo não deve deixar-se levar pelas novidades apresentadas pelas gerações posteriores, deve se ater ao clima de opinião vinculado na época pesquisada. Cometer tal equívoco seria comprometer a pesquisa, com um olhar do “hoje” e não com uma análise mais profunda e sistemática, considerando, não só o período pregresso, mas também os modos de agir, pensar e interferir em certas situações.

O segundo princípio é o de imanência, que focaliza as dimensões internas da língua. Para Bastos e Palma (2004), não basta estabelecer um entendimento histórico, mas é preciso se esforçar também para ter um entendimento crítico, possivelmente filológico do texto linguístico estudado, mantendo-se fiel ao material em estudo. Esse princípio consiste na busca da linguagem em documentos históricos, a análise da língua em si mesma.

Assim, a análise do documento selecionado, objeto da pesquisa, nessa fase, deve ser feita respeitando o período histórico no qual ele foi criado. Nesse momento, o historiógrafo da Linguística deve manter distância de sua formação linguística contemporânea e olhar o texto dentro do contexto em que ele foi produzido. Em outras palavras, o pesquisador deve investigar o texto de forma interna, sem utilizar como referência pontos da linguística contemporânea.

O segundo princípio refere-se às tentativas do historiógrafo em entender o texto lido e ater-se aos períodos enfocados de forma completa – histórica, crítica e filologicamente, respeitando a teoria seguida pelo autor, bem como as acepções terminológicas definidas internamente, e não se deixando influenciar pelas teorias linguísticas modernas. Assim, a imanência trata do levantamento de informações e da

compreensão total do documento no que se refere às teorias históricas e linguísticas em voga na época estudada. (Cf. BASTOS e PALMA, 2004).

Com efeito, nesse princípio, o historiógrafo em Linguística deve buscar compreender o recorte histórico selecionado no contexto em que foi produzido, seja em termos sociais, políticos e temporais. Essa não é tarefa fácil, visto que exige do pesquisador o distanciamento de sua formação linguística.

O terceiro princípio é o de adequação no qual o historiógrafo deve aproximar o tempo/período estudado do momento atual. Esse princípio possibilita, desde que determinadas e justificadas, aproximações de cunho crítico e interpretativo. É relevante ressaltar que essas aproximações não podem se chocar com o princípio anterior, o de imanência. A adequação atua, de forma complementar, na concepção interna da língua. Como observa Koerner (1996, p. 60) a adequação busca “a aproximação ou o distanciamento temporal e cultural do recorte histórico, em especial, o linguístico, observadas as aproximações terminológicas da língua”.

Cabe destacar que, além dos princípios de contextualização, de imanência e de adequação, propostos por Koerner, outros passos de investigação para a pesquisa historiográfica são utilizados: a seleção, a ordenação e a reconstrução. A seleção diz respeito à escolha do material que será estudado – documentos, teorias, conceitos, os mais relevantes para a pesquisa a ser desenvolvida.

A ordenação, por sua vez, corresponde ao trabalho de ordenação, em sequência cronológica dos documentos selecionados, para que, por meio deles, se possa estabelecer o percurso historiográfico. Por fim, a reconstrução trata do confronto do documento com o espírito da época, criticamente o historiógrafo deve refazer o saber linguístico da época pesquisada.

Além de Koerner, outro historiógrafo linguístico que se preocupou em estabelecer parâmetros metodológicos para a pesquisa em HL foi Swiggers. Para ele,

o historiógrafo linguístico é um “observador”, um “leitor” (crítico) e um “intérprete” do curso evolucionário do conhecimento linguístico. No início, isso requer uma atitude básica de empatia com o passado: o historiógrafo linguístico parte do pressuposto de que o que ele encontra em suas fontes (sua documentação) cria um sentido e constitui um (conjunto) de declaração (s) relevante (s) sobre a língua, de uma ou outra forma: sobre a estrutura da (a) linguagem, sobre a natureza da linguagem, sobre funções linguísticas, sobre relações entre línguas, sobre a unidade ou diversidade de línguas. (SWIGGERS, 2012, 42)

Com efeito, a tarefa do historiógrafo em Linguística é descrever e entender o que encontra em suas fontes. Assim, o objeto de pesquisa da HL é todo o saber linguístico constituído historicamente. Dessa forma, delimitar, explicar e enumerar os objetos passíveis de análise dentro do recorte histórico selecionado é a primeira tarefa do pesquisador.

Embora as pesquisas linguísticas tenham se iniciado recentemente, em termos históricos, não devemos delimitar seu campo de atuação. A linguística, numa definição mais abrangente, abarca todo o estudo sobre a linguagem produzida pela humanidade. Assim, é papel da HL debruçar-se sobre essa documentação do passado e lançar luz sobre a nossa história, por meio da análise de escritos históricos.

A possibilidade de reconstrução do passado por meio de documentação que vai desde leis, documentos oficiais, publicações em jornais até diários e cartas pessoais, faz da HL uma ferramenta relevante na tarefa de reconstruir a história pela perspectiva seja de autoridades da época, seja de pessoas comuns. Isso permite um olhar, via texto, de como se configurava a sociedade da época em que se insere o recorte selecionado para análise.

Por conseguinte, a HL é percebida como o desenvolvimento das ideias e das práticas linguísticas, sendo seu objeto de estudo textos publicados ou não. Existem, de acordo com Swiggers aspectos do texto que devem ser observados pelo historiógrafo em Linguística:

- A inserção do texto em um circuito mais amplo, acarretando problemas como a intertextualidade, a polissemia, a serialidade de textos;
- A avaliação contemporânea ou retrospectiva do texto, quanto ao cânon de autores, de textos, de aproximação. Quanto à posição marginal ou marginalização (por diferentes motivos: por exemplo, visão antiquada, visão inadequada etc);
- A composição e tonalidade textual, que trata da estrutura global dos textos linguísticos, da natureza da argumentação e da modalidade elocutiva dos textos;
- A divisão dos textos-fonte em vários dinamótipos como: textos de ação, de síntese, de diluição (que apresentam uma versão ou aplicação “diluída” de uma determinada teoria), de reação (traduções, resenhas etc) e textos de entorno (notas, prefácios etc.). (Cf. SWIGGERS, 2013, p. 42, 43)

Dessa forma, os textos selecionados para análise em HL podem ser considerados o reflexo material da HL. Ela é, por definição, um complexo conjunto “cronológico e geográfico dos acontecimentos, dos fatos, dos processos de conceptualização e de descrição, e dos produtos que moldaram a tradição do pensamento e da práxis linguísticos”. (SWIGGERS, 2013, p.42)

Para Swiggers (2013, p. 43), o objetivo fundamental do “historiador é o de reconstruir o ideário linguístico e seu desenvolvimento através da análise de textos situados em seu contexto. O autor divide esse objetivo em cinco pontos: reconstrução, ideário linguístico, trajetória, análise de textos e contexto. Assim, como podemos observar, além de Koerner, Swiggers foi outro pesquisador que buscou passos que auxiliassem e estruturassem a análise do objeto de estudo da HL. Seus passos são denominados: metodologia heurística, metodologia hermenêutica e metodologia da redação histórica.

A metodologia heurística trata da seleção do corpus de análise a ser estudado. Nele, o historiógrafo em Linguística deve realizar um estudo crítico da história textual das fontes disponíveis para pesquisa, como traduções e estudo já realizado sobre o recorte selecionado. O pesquisador deve buscar outras fontes que possam auxiliar na compreensão da fonte principal utilizada na análise. A metodologia hermenêutica, por sua vez, trata da interpretação contextualizada dos textos originais que foram selecionados para análise. Ademais, trata da organização dos vínculos entre textos, autores etc. Por fim, a metodologia da escrita histórica pressupõe a apresentação ao leitor da “história sistemática do passado linguístico reconstruído”. (Cf. SWIGGERS, 2012, p. 43)

O autor desmembra a metodologia da escrita histórica em três pontos: o exercício de categorização, que trata das opiniões, das abordagens conceituais, das estratégias descritivas (sejam explícitas ou não) e dos preceitos que podem ser resgatados partindo dos textos originais. Ele apresenta também a categorização profunda, que investiga o movimento de “deslocamento ou metaforização subjacentes às opiniões e abordagens” tratadas no exercício de categorização. Por fim, Swiggers trata da exposição bem estruturada que, ao fazer uso de uma metalinguagem organizada, reconstrói o passado a partir da escolha de categorização do historiógrafo. (SWIGGERS, 2012, p. 43,44)

É relevante ressaltar que, embora os passos propostos por Koerner e os propostos por Swiggers tenham nomenclaturas distintas, são muito próximos entre si. Enquanto Koerner propõe a contextualização, Swiggers trata da metodologia heurística. É relevante ressaltar que ambos os passos necessitam da apresentação do contexto em que o recorte foi produzido. O primeiro aponta a necessidade do estabelecimento do clima de opinião, o segundo, por sua vez, se detém no estudo crítico da história das fontes. Esses passos tornam-se complementares na medida em que contribuem para a reconstrução do objeto estudado. Ao tratarem da imanência e a da metodologia hermenêutica, Koerner e Swiggers, respectivamente, assinalam a necessidade da análise do objeto de estudo dentro do período histórico em que ele foi produzido, não permitindo, aqui, a aproximação com a linguística moderna.

Por fim, na medida em que a adequação permite a aproximação entre o objeto de pesquisa e a teoria linguística moderna escolhida pelo historiógrafo, a metodologia da redação histórica permite que a reconstrução do passado seja feita a partir da escolha de categorização do pesquisador. Por conseguinte, por uma escolha metodológica, nesse trabalho, utilizamos a nomenclatura proposta por Koerner.

Com efeito, Bastos e Palma (2004, p.24) afirmam que “se a nós, como historiógrafos, cabe reconstruir as práticas linguísticas de um determinado momento histórico, é preciso rastrear sua continuidade e sua ruptura ao longo do tempo”. Nessa pesquisa, buscamos os momentos de continuidade e de ruptura quanto às questões linguísticas, filosóficas e científicas a respeito da mulher e da linguagem jornalística no século XIX.

Dessa forma, os estudos em HL permitem ao pesquisador reconstruir o período em que o texto analisado foi produzido, criando um ambiente social, histórico, econômico e cultural que situe o leitor no momento de produção do texto analisado. Ela recorre à outras áreas do conhecimento estruturado para auxiliar o historiógrafo em Linguística em sua pesquisa. Nesse sentido, Altman observa que as

múltiplas dimensões da linguagem humana despertaram, ao longo da história, a atenção de muitas disciplinas, sob perspectivas diferentes. Em um determinado momento, e em um determinado lugar, uma ou várias dessas dimensões se institucionalizaram, se distribuíram por diferentes domínios e se desenvolveram de maneira desigual (HYMES, 1983), o que as habilita, todas, em princípio, a fazer parte da história dos estudos linguísticos. Sendo assim, a disciplina que pretender a reconstrução do conhecimento sobre a linguagem tem como objeto, de antemão, todas as formas sob as quais esse conhecimento se manifestou, no seu processo histórico. (ALTMAN, 2012, p. 20)

Nosso trabalho utiliza os passos propostos por Koerner e por Swiggers. Decidimos, como já observado anteriormente, por uma escolha metodológica, utilizar a nomenclatura proposta por Koerner, por entendermos que ambos os autores possuem similaridades entre seus passos, apesar das variações de terminologias

científicas entre eles. Assim, no sentido de estabelecer os princípios e métodos da HL nesse trabalho, no item a seguir, apresentamos como a contextualização, a imanência e a adequação serão desenvolvidas nesse trabalho.

1.4 Procedimentos Metodológicos

Ao tratarmos da contextualização, trazemos os aspectos sociais, políticos, culturais, econômicos e educacionais presentes no Brasil do século XIX, especialmente, na segunda metade do século, período em que o semanário *O Sexo Feminino* foi produzido. Como nosso trabalho aborda a mulher e seu protagonismo em defesa da emancipação feminina na sociedade brasileira do referido século, apresentar a mulher e o seu papel na sociedade oitocentista se faz necessário.

Por conseguinte, ainda dentro do princípio de contextualização, abordamos o movimento feminista, ainda em gestação no Brasil e no mundo. Por ser o nosso objeto de análise os editoriais produzidos em um jornal de circulação semanal, discorreremos sobre a produção literária e jornalística feminina no século XIX. Por fim, tratamos de da vida e obra de Dona Francisca Senhorinha da Motta Diniz, mãe, esposa, professora, jornalista e empresária, responsável pelos editoriais publicados no semanário *O Sexo Feminino* e objeto de nossa análise.

No que se refere ao princípio da imanência, buscamos compreender os editoriais a partir de uma perspectiva histórica, crítica e, quando possível, filológica. Para tal, observamos o texto a partir da visão da retórica aristotélica e dos manuais *Retórica e Poética* de Manoel da Costa Honorato e *Elementos de retórica nacional* de Luís José Junqueira Freire. Ainda dentro desse princípio, ao tratarmos da metáfora, trazemos uma gramática contemporânea aos escritos de Francisca: *Serões Grammaticaes* de Ernesto Carneiro Ribeiro.

Logo depois de aplicarmos os princípios de contextualização e de imanência, procedemos com o terceiro princípio: o de adequação. Nele, enfocamos, manifestamente, as teorias linguísticas que discorrem sobre a Nova Retórica e a

Metáfora Conceptual. Com elas, podemos estudar os aspectos linguísticos que nos permitem reconstruir, por meio da argumentação presente dos escritos de Francisca, a visão que tanto ela, quanto a sociedade, tinham da mulher e do seu papel no Brasil do século XIX.

É relevante ressaltar que, em nossa pesquisa, partimos da língua para o estudo da linguagem como fator de transformação e de posicionamento político de uma jornalista que lutou pela emancipação feminina em um ambiente social que não reconhecia os direitos cidadãos das mulheres. Essa abordagem nos permitiu reconstruir o passado e compreender como se deu a argumentação de Francisca em defesa da emancipação educacional, profissional e cidadã da mulher brasileira oitocentista.

Por essa razão, a seguir, abordamos a contextualização histórica da sociedade da segunda metade do século XIX no Brasil. Nesse contexto, focalizamos a mulher oitocentista; o movimento feminista; a produção literária e jornalística feminina desse período no Brasil, bem como tratamos da vida e obra da Dona Francisca Senhorinha da Motta Diniz.

Capítulo II

Francisca Senhorinha da Motta Diniz: o protagonismo da mulher durante o século XIX

“Ninguém nasce mulher; torna-se mulher”.

Simone de Beauvoir, feminista

Neste segundo capítulo, tratamos do princípio de contextualização. Nele, objetivamos apresentar a figura de Dona Francisca Senhorinha da Motta Diniz e sua luta pela emancipação da mulher no contexto do Brasil do século XIX. Nesse sentido, apresentamos o contexto do Brasil oitocentista; a mulher brasileira no século XIX; o surgimento do feminismo moderno, da revolução francesa até o século XIX; a produção literária e jornalística feminina oitocentista e a vida e obra de Dona Francisca Senhorinha da Motta Diniz.

2.1 O Brasil oitocentista

O século XIX inicia-se com o Brasil na situação de colônia portuguesa. A situação da mulher era de analfabetismo em sua maioria. Ribeiro (2011, p. 79) relata que “tanto as mulheres brancas, ricas ou empobrecidas, como as negras escravas e as indígenas não tinham acesso à arte de ler e escrever”. O resto do país não gozava de uma conjuntura mais favorável. Colonizado já no século XVI e negligenciado pela metrópole por quase cem anos, o Brasil do século XIX permanecia uma terra em sua grande parte erma. Havia poucas cidades de maior prestígio, nenhuma no interior do país, e de vida cultural mais voltada à repetição de modas e notícias trazidas da Europa. A formação intelectual não era preocupação em uma colônia analfabeta que sofria uma ocupação de exploração.

Em 1808, no entanto, a sede do Império Português foi transferida para o território brasileiro com a vinda de D. João VI e sua corte, o que desencadeou uma série de transformações que a Colônia jamais presenciara. A abertura dos portos e a revogação do alvará que proibia a instalação de manufaturas representaram, de certa forma, a ruptura do pacto colonial (Cf. ARANHA, 2006 p. 219).

Freitas e Oliveira (2017, p.253) observam que a “vinda do rei também afeta a cultura da época, com a instalação da Imprensa Régia (1808), do Jardim Botânico (1810), da Biblioteca Nacional (1810) e a criação do Museu Real (1818) e de algumas academias”. Com essa transformação, a partir da chegada da corte ao Brasil, a situação das mulheres começa a mudar, mesmo que lentamente.

Devido a problemas em Portugal, D. João VI retornou à metrópole e deixou no Brasil o príncipe que, em 1822, proclamou a Independência do Brasil e assumiu o título de Imperador com o nome de D. Pedro I. O Brasil perdeu, assim, sua condição de colônia de Portugal e passou a constituir um império. Em 1825, Portugal reconheceu oficialmente, sob influência da Inglaterra, a nova nação. Fausto (2010, p. 146) declara que “exemplo único na história da América Latina, o Brasil ficou sendo uma monarquia entre repúblicas.”

Somente em 1827, foi criada uma lei geral relativa ao ensino elementar – e foi a única até os anos 40 –, proposta por Januário da Cunha Barbosa, a qual preconizava a criação das chamadas “escolas de primeiras letras” em todo o império. Segundo Aranha (2006, p. 229), foi com essa lei que “pela primeira vez se determinaram aulas regulares para as meninas, embora ainda se justificasse que sua educação tinha por objetivo o melhor exercício das ‘funções maternas’ que elas haveriam um dia de exercer”.

Em 1831, D. Pedro I renunciou ao trono brasileiro e voltou para Portugal, deixando aqui seu filho que ainda era menor de idade. Por essa razão, o Brasil foi governado por regentes desde essa data até 1840, quando D. Pedro II iniciou o Segundo Reinado, que se estendeu até 1889 – ano em que foi proclamada a República.

Quanto à economia brasileira, nas primeiras décadas do século XIX, começou a despontar a produção do café para a exportação, pois, embora o hábito de consumir café no Brasil já estivesse sendo generalizado, o mercado interno não era capaz de absorver uma produção em larga escala. Essa nova forma de conquistar mercados levou a outra questão: a ocupação das terras para produção de café. De acordo com

Fausto (2010 p. 187), essa ocupação seguiu o mesmo padrão que vinha do passado e que se repetiria ao longo da história do Brasil. Afinal,

havia uma total indefinição dos limites das propriedades e muitas terras não eram exploradas. Os títulos de propriedade, quando existentes, podiam ser contestados porque, dentre outras coisas, uns se sobrepunham a outros. Em um quadro desse tipo, prevaleceu a lei do mais forte. O mais forte era quem reunia condições para manter-se na terra, desalojar posseiros destituídos de recursos, contratar bons advogados, influenciar juízes e legislar assim a posse das terras.

Para esse autor, o ano de 1850 não foi para o Brasil apenas a metade do século. Foi um ano em que várias medidas foram tomadas no intuito de mudar a fisionomia do país, para conferir ao império o que então se considerava modernidade. Nesse período, o tráfico de escravos foi extinto, foi promulgada a Lei de Terras, a Guarda Nacional foi centralizada e foi aprovado o primeiro Código Comercial, que já considerava o fim do tráfico negreiro. Com o fim da importação de escravos, houve uma liberação de capitais que resultou numa intensa atividade de negócios. Surgiram, assim, bancos, indústrias, empresas de navegação a vapor, dentre outros, que aumentaram as rendas governamentais.

No que se refere à política, liberais e conservadores estabeleceram um acordo, expresso no Ministério de Conciliação (1853-1856), que foi presidido pelo Marquês de Paraná e esse acordo perdurou nos ministérios seguintes, até 1861. Observamos, então, nas diversas áreas do país, mudanças que visavam a conferir uma modernização capitalista ao império. Eram as primeiras tentativas de se criar um mercado de trabalho a partir da terra e dos recursos disponíveis, próprios do país. (Cf. FAUSTO, 2010, p.197)

Com vistas à modernização, era necessária a melhoria do precário sistema de transporte do país. Fausto (2010, p.198) observa que foi nessa época que houve “o empreendimento rodoviário mais importante de todo o século, a Estrada União e

Indústria”, que era uma via pavimentada com pedra britada que ligava Petrópolis a Juiz de Fora. Sobre a construção de ferrovias, o referido autor declara que

as maiores iniciativas de construção de ferrovias no país decorreram da necessidade de melhorar as condições de transporte das principais mercadorias de exportação para os portos mais importantes do país. Era preciso superar os inconvenientes resultantes de caminhos precários e das cargas em lombo de burro, que encareciam custos e dificultava um fluxo adequado dos produtos. (FAUSTO, 2010 p.199)

Ainda de acordo com o historiador, os grandes fazendeiros não aderiram à alternativa de transformar a mão de obra escrava em mão de obra livre devido, dentre outros motivos, ao preconceito que impedia que eles considerassem a hipótese de mudança de regime de trabalho da massa escrava; o mesmo acontecia em relação à população pobre do Nordeste, que era formada por mestiços considerados seres inferiores. Diante desse quadro, havia na época a ideia de que “a única salvação para o Brasil consistiria em europeizá-lo o mais depressa possível” (FAUSTO, 2010, p.205). Daí nasce o incentivo à imigração europeia para constituir mão de obra nas grandes fazendas e o preconceito contra os negros e mestiços torna-se cada vez mais arraigado na sociedade brasileira da época.

Quanto à educação no Brasil, nesse período, também houve algumas mudanças no sentido de começar a fazer parte das discussões nas Assembleias legislativas de várias províncias questões relacionadas à necessidade de escolarização da população. Sobre esse assunto, Faria Filho (2011, p.135) declara que “questões como a necessidade e a pertinência ou não da instrução dos negros (livres, libertos ou escravos), índios e mulheres eram amplamente debatidas e intensa foi a atividade legislativa das Assembleias Provinciais em busca do ordenamento legal da educação escolar”. Além disso, diversas leis provinciais foram criadas com o intuito de tornar obrigatório, dentro de alguns limites, a frequência da população livre à escola.

Ao observarmos os níveis de ensino durante os períodos do Primeiro e do Segundo Império, constatamos que não havia interesse da monarquia em inserir o povo no ambiente educacional e a grande maioria da população, ainda rural, seguia à margem do sistema educacional. Com efeito, o ensino secundário focava no estudo de conhecimentos que visavam ao acesso ao ensino superior. (Cf, ARANHA, 2006, p.222)

Sobre a mesma questão, Faria Filho (2011) acrescenta que vários obstáculos foram enfrentados pelos que defendiam que a educação deveria ser oferecida à maioria do povo. O Brasil tinha uma sociedade escravista, coronelista, autoritária e a desigualdade social criava abismos entre as camadas ricas e pobres da população. O autor ainda declara que era muito pequena a presença do Estado no que tange à instrução da população. Essa pouca participação do Estado, também, pode ser vista como resultado do Ato Adicional de 1834, que descentralizou as questões relacionadas à instrução primária e secundária, delegando às províncias o direito de legislar sobre tais temas. O resultado foi o desenvolvimento de redes de escolas muito diversas, assim como era variada a realidade das províncias.

A partir de então, o Estado Imperial Brasileiro e as províncias do Império “foram pródigos em estabelecer leis referentes à instrução pública” (FARIA FILHO, 2011, p.137). Vale ressaltar que as leis publicadas no Estado Imperial – como a lei de 1827 e as demais que a sucederam – acabavam servindo de referência para as províncias. Sobre essa multiplicidade de atos legais referentes à instrução, Faria Filho (2011, p.137) diz que foi uma das principais formas de intervenção do Estado em relação à instrução. Entretanto, como o próprio autor ressalva, essa quantidade de textos legais sobre a instrução e diversas orientações era resultado do pouco tempo em que os presidentes de província permaneciam no cargo e da fragilidade das Assembleias Provinciais,

que acabou por dar lugar a uma cultura administrativa que muito pouco prezava a continuidade das políticas, sendo as “reformas dos serviços de instrução” quase sempre consideradas e mostradas em relatórios pelos administradores como um grande feito político administrativo. (FARIA FILHO, 201, p.138).

Em meio a toda essa situação, a educação superior era um privilégio para os que podiam estudar na Europa. Essa possibilidade era apenas para homens. As mulheres ainda não tinham a oportunidade de ascender ao ensino superior. A situação da mulher brasileira no século XIX, de submissão e desprestígio social apresenta-se como assunto central nos escritos de algumas mulheres que ousaram escrever suas opiniões a respeito da condição feminina no Brasil. Antes, porém, de focalizar essa temática, apresentamos a mulher oitocentista.

2.2 A mulher brasileira no século XIX

Qual era o papel da mulher oitocentista? Silva (2008, p. 223) atesta que escrever a “história das mulheres não é uma tarefa fácil”. De acordo com ela, somente “nos anos 1980 o tema finalmente emergiu como um campo definido de pesquisa para os historiadores”. Para Diane Elam (1997 *apud* SILVA, 2008, p. 223), “após séculos de história ocidental, estritamente uma narrativa sobre o “grande homem”, os historiadores gradualmente voltaram atenção para o problema da representação da mulher”.

Elam (1997 *apud* SILVA, 2008, p. 224) demonstra preocupação em conhecer as mulheres na história e questiona o “papel central que os homens tradicionalmente têm ocupado nas narrativas históricas”. Assim, o conhecimento apreendido por meio das pesquisas a respeito do papel da mulher na história deve ser entendido “não como um saber novo preferencial ao velho, mas como uma reavaliação do conhecimento histórico”.

A situação da mulher na sociedade desse período não mudou muito desde a época do Brasil Colônia. A realidade brasileira para grande parte das mulheres do Império consistia em uma vida de dependência e inferioridade e com instrução escolar quase praticamente inexistente. Algumas, provenientes de famílias abastadas, tinham acesso às noções de leitura, mas o foco da educação dessas mulheres era a

preparação para o casamento. Assim, elas aprendiam prendas domésticas, boas maneiras e recebiam formação moral e religiosa. Geralmente, com vistas ao convívio com a sociedade, essas jovens aprendiam piano e línguas estrangeiras, principalmente o francês.

Nota-se que as mulheres faziam parte das chamadas camadas inferiores da sociedade e pouco participavam das questões relativas à instrução da época. Sobre essa situação da mulher, Ribeiro (2011) esclarece que essa situação tem muito da tradição ibérica e sofreu influência da cultura árabe que ocupou a região que compreendia Portugal por cerca de 800 anos. Para os árabes, a mulher era considerada um ser inferior, um cidadão de segunda classe. O autor destaca que o “sexo feminino fazia parte do *imbecilitus sexus*, ou sexo imbecil. Uma categoria à qual pertenciam mulheres, crianças e doentes mentais (RIBEIRO, 2011, p. 79). Por enxergarem a mulher como um ser inferior, os homens assumiam o papel de protetor da inteligência e da moral feminina. A situação de submissão da mulher era passada do pai ao marido e, dela, esperava-se obediência e subserviência total. (Cf. MORAIS, 2002, p. 68)

No século XIX, apesar de, em número bastante reduzido, começaram a surgir as escolas para meninas que representaram os primeiros passos da inserção da mulher nas atividades educacionais da época. Posteriormente, surgem leis que “autorizavam” as mulheres a entrarem no mercado de trabalho como professoras.

Cabral (2008, p. 2) assevera que não se incentivava o acesso da mulher à leitura “pelos riscos que implicava de receber informações perniciosas ou comunicar-se com rapazes”. Com foco no refino social das mulheres para que se tornassem prendas, permitia-se que elas recebessem “educação elementar e religiosa, algumas noções de língua estrangeira, bordado e tarefas do lar”. Algumas, de famílias mais abastadas, “eram enviadas a colégios internos dirigidos por religiosas até a idade de serem apresentadas à sociedade em busca de um casamento vantajoso”.

Assim, na intenção de conseguirem um bom casamento, as meninas passaram a aprender a ler e escrever. Logo depois, elas aprendiam as quatro operações, além de coser e bordar. Dessa forma, as

moças que iam para o convento aprendiam música e Latim. Algumas poucas podiam se dedicar a outras disciplinas, dependendo de sua posição social. Os meninos aprendiam História, Geografia, Latim, Poética, Filosofia, entre outras disciplinas. Dessa forma, até meados do século XIX, a educação feminina era baseada em propósitos para o aprendizado dos afazeres do lar sem haver, contudo, uma preocupação com a instrução profissionalizante. (GUIMARÃES, 2006, p. 5)

Cabe destacar que eram poucas as meninas que tinham acesso à educação, visto que a grande maioria da população era pobre e o acesso à escola era praticamente vetado tanto a meninas quanto a meninos das classes menos favorecidas. As que ascendiam ao mundo escolar, como já afirmado, tinham acesso à leitura, à escrita e às quatro operações matemáticas. Em uma sociedade patriarcal, os papéis eram definidos e a escola reverberava essa separação. As garotas aprendiam as tarefas femininas a serem desempenhadas na sociedade da época. Para Santana (2014, p. 145), a “precariedade do ensino público somado ao uso dos costumes portugueses inteiramente tradicionais e veiculados à doutrina Cristã na sua concepção divulgada através da Igreja Católica”, confirmava o “confinamento da mulher ao ambiente doméstico, no interior dos seus lares”.

Freitas e Oliveira (2017, p.258) ressaltam que, em 1854, foi publicado o decreto “nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, em que o imperador do Brasil, D. Pedro II, aprovou o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte”. Esse decreto foi proposto por Luiz Pedreira do Couto Ferraz, Ministro e Secretário do Estado e dos Negócios do Império e ficou conhecido como “Reforma Couto Ferraz”. Foi com o surgimento desse decreto que foi regulamentada a profissão de professora.

A resistência quanto à inserção da mulher na carreira docente existiu, com seus críticos alegando que as mulheres eram desprovidas de cérebros desenvolvidos e, portanto, inaptas a lecionar. Os defensores da entrada da mulher na carreira do magistério ponderavam que as mulheres nasciam com o dom natural de cuidar de crianças e, dessa forma, elas eram ideais para ensinar os pequenos. Afinal, se o “o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, a extensão da maternidade, cada aluno ou aluna vistos como um filho ou uma filha espiritual.” (LOURO, 2015, p. 450) O magistério seria, nessa perspectiva, uma vocação, uma atividade de entrega, de amor e de doação. Afirma esse autor que

esse discurso justificava a saída dos homens das salas de aula – dedicados agora a outras ocupações, muitas vezes mais rendosas – e legitimava a entrada das mulheres nas escolas – ansiosas para ampliar o seu universo –, restrito ao lar e à igreja. A partir de então, passam a ser associadas ao magistério características tidas como “tipicamente femininas”: paciência, minuciosidade, afetividade, doação. Características que, por sua vez, vão se articular à tradição religiosa da atividade docente, reforçando ainda a idéia de que a docência deve ser percebida mais como um “sacerdócio” do que como uma profissão. (LOURO, 2015, p.450)

A abertura do magistério às mulheres permite que muitas delas tenham um meio de sobrevivência que serve também para a independência feminina. Dr. Alberto Brandão³ observa que o magistério seria uma alternativa digna para as mulheres brasileiras, principalmente as pobres, que passariam de escravas a senhoras do seu destino, por meio da inserção no mercado de trabalho formal. (Cf. DINIZ, 1874, n. 31, p. 1-3)

3 Alberto Olímpio Brandão (1948-1897), político e educador, filiado ao partido liberal, foi deputado provincial e deputado federal. Fundou o colégio Brandão, em Vassouras – RJ. Dentre suas publicações destacam-se: *Para a instrução primária* (1896) e *Pontos de filosofia* (1896). (cf. VELHO SOBRINHO, 1937, pp. 128,129)

Não podemos, no entanto, esquecer da massa de mulheres pobres, das quais a carreira docente estava muito distante, por não terem condições de ingressar na educação formal. Santana (2014, p. 147) pontua que essas mulheres

padeciam ainda na penumbra da invisibilidade social e do sucateamento da sua figura, visto que, sem nenhuma condição que lhes oportunizasse o acesso a uma formação intelectual mesmo rasa, estas para sobreviverem precisaram logo meter-se no mercado de trabalho informal. Estas, sem nenhuma educação formal, exerciam atividades de lavadeiras, engomadeiras, quitandeiras, cozinheiras, costureiras ou prostitutas e, com isso, dada a ausência da honra que tanto lhes era cobrada, elas labutavam no interior de uma sociedade que somente as oprimia impugnando a sua própria qualidade e condição de mulher.

A carreira do magistério foi, para a mulher, a primeira porta aberta para a saída de uma realidade dura, seja pela pobreza, seja pela viuvez, seja pela submissão. As primeiras feministas brasileiras exerceram a profissão docente. Elas escreveram e defenderam a emancipação da mulher. Souto (2013, p. 58-59) cita nomes como Nísia Floresta, Ana Luísa de Azevedo Castro, Maria Firmina dos Reis, Izabel Gondim, Luciana de Abreu, Adelina Lopes Vieira, Narcisa Amália, Anália Franco e Delminda Silveira.

Nesse contexto, surge Dona Francisca Senhorinha da Motta Diniz. Jornalista, escritora e, principalmente, professora. Ela lecionou em Minas Gerais, São Paulo e no Rio de Janeiro, sendo neste último, proprietária de escola que empregava mulheres e oferecia bolsas de estudo para meninas pobres.

Podemos perceber, a partir das leituras de seus editoriais, a preocupação de Francisca com a independência feminina. No início de suas publicações, ela dirige-se muito aos pais e esposos, conclamando-os a permitirem que suas filhas e esposas possam ter acesso ao ensino formal. Com o tempo, no entanto, o foco de Francisca muda e ela passa a tratar, em seus editoriais diretamente com as mulheres. Ela começa a pedir ajuda das suas colaboradoras e abre uma escola em que emprega somente mulheres. Com a ajuda de suas colaboradoras e assinantes

do seu jornal, oferece bolsas de estudos para meninas desassistidas. Observamos que o discurso da autora sai dos editoriais e entra na sua vida pessoal e profissional, já que suas filhas a seguem nesse intento de oferecer emprego e educação profissional para mulheres. Atitudes como essa fizeram dessa professora uma das primeiras feministas brasileiras. No tópico a seguir, tratamos do feminismo.

2.3 O feminismo

Iniciamos este tópico ressaltando que não tomamos feminismo como um movimento de mulheres articulado em volta de pautas predeterminadas ou objetivos específicos. Nesse caso, concordamos com Duarte (2011, p. 73,74) ao definirmos o movimento feminista como “toda ação realizada por uma ou mais mulheres, que tenha como objetivo a ampliação dos direitos civis e políticos ou a equiparação de seus direitos com os do homem”. Ações de mulheres como Nísia Floresta, Dona Francisca Senhorinha da Motta Diniz e suas filhas, entre outras, contra um sociedade machista e patriarcal que tratava a mulher como objeto e propriedade masculina, fizeram-nas precursoras do movimento feminista no Brasil.

Andrade (2006b, p. 1) pontua que, antes de falarmos a respeito de feminismo, é necessário, estabelecer-se que “as reivindicações e as atuações das mulheres nesse período poderiam ser classificadas como feministas”. Para a autora, é “difícil estabelecer uma definição precisa do que seja feminismo”. Assim, no que se refere ao movimento feminista, ao contrário do que ocorreu a partir do século XX, no século XIX, havia apenas algumas pessoas falando em defesa da mulher. Era um movimento espaçado, com a maior parte das manifestações ocorrendo via imprensa.

É relevante ressaltar que o movimento feminista tem por característica a descentralização. Pequenos grupos de mulheres, ou mesmo mulheres sozinhas, organizam-se e fomentam o movimento. O posicionamento político da mulher como um ser que possui o direito ao acesso à educação, à participação política, social e econômica forjou um espaço de luta pela emancipação feminina e melhora das condições de vida da mulher. Esse processo segue ao longo dos anos e, ainda hoje,

encontra resistência de alguns setores da sociedade. Com o tempo, os focos de luta viraram-se para os setores que ainda resistem em reconhecer que a mulher tem o direito de tratamento isonômico em relação ao tratamento dispensado ao homem. Em suma, neste trabalho, entendemos feminismo como toda a ação que visa à defesa dos direitos femininos.

Por conseguinte, no período em estudo, a mulher é vista, do ponto de vista da história ocidental, como um ser humano de segunda classe, dependente e subjugado pelo homem. Nessa perspectiva, Xavier e Irineu (2015) acrescentam que,

historicamente, a mulher viveu sob condições de subjugação familiar, inferioridade social e limitação de exercício dos direitos políticos. Foi somente a partir do século XVIII que se iniciou um movimento de reivindicação dos direitos da mulher desencadeado pela racionalidade política, econômica e social liberalizante do Iluminismo e impulsionado pelos ideais de liberdade, igualdade e solidariedade da Revolução Francesa. Mesmo que o termo “feminismo” tenha surgido apenas no final do século XIX, a luta das mulheres por igualdade de direitos e contra a estrutura hierárquica de poder do patriarcado pode ser dividido em três momentos históricos: i) as reivindicações por direitos democráticos (voto, divórcio, educação e trabalho) nos séculos XVIII e XIX; ii) a liberação sexual advinda da revolução sexual (ampliação dos métodos contraceptivos, debate sobre o direito ao aborto e vinculações libertárias entre música, droga e sexo) no fim da década de 1960; iii) a luta por igualdade nas relações de trabalho produtivo entre os gêneros, iniciada no final dos anos 1970. (XAVIER e IRINEU, p. 203, 204)

Portanto, nossa pesquisa focaliza o primeiro momento histórico do feminismo. A mulher, através dos séculos foi tratada como propriedade do homem. Ela era considerada inferior. Em meados do século XIX, a presença da mulher na sociedade ainda era restrita. A ela, era vedado, salvo acompanhada, o acesso a teatros, cafés, clubes etc. Como já dito anteriormente, a função feminina estava ligada ao lar e aos afazeres domésticos. Em 1879, foi permitido, pelo governo, que a mulheres ascendessem ao ensino superior, no entanto, esse acesso era mínimo. Devido às poucas escolas para moças, eram as poucas que conseguiam terminar o ensino secundário, indispensável para o ingresso no ensino superior. Soma-se a isso, a

resistência de muitos pais em insistirem na formação escolar de suas filhas para além do ensino primário, quando muito.

Foi, no entanto, no século XIX que, com o surgimento da sociedade liberal europeia, o feminismo tem um impulso, tendo como base a Inglaterra no auge da revolução industrial, com o movimento migratório da população do campo para a cidade. A luta feminista estava focada nas necessidades apresentadas em face das distorções provocadas pelas leis vigentes, que distinguiam juridicamente os sexos masculino e feminino. A nova configuração social, no entanto, começou a delinear uma nova situação, em que a mulher inseria-se no mercado de trabalho. Com isso, delineou-se o movimento feminista, ao discutir a emancipação feminina, mesmo que embrionário e formado por vozes isoladas.

A partir dessa necessidade, surgiu o feminismo emancipacionista. Esse movimento buscou a igualdade jurídica como o direito ao voto, à instrução, ao trabalho feminino. O pensador Stuart Mill destacou-se por propor, de acordo com Cancian (2008, p.1), o princípio geral de “emancipação das mulheres a partir da abolição das desigualdades no núcleo familiar, da admissão das mulheres em todos os postos de trabalho e da oferta de instrução educacional do mesmo nível que estava ao alcance dos homens”.

Com a revolução industrial, a mulher começa a adentrar o mercado de trabalho, trazendo mudanças na sociedade da época. Para ela, o trabalho, sem as devidas proteções legais, com a baixa remuneração e a carga de trabalho excessiva traz problemas, tanto no ambiente laboral, entre colegas, quanto no lar, com seus companheiros. (Cf. ALAMBERT, 1986).

Com o aumento substancial do número de mulheres empregadas nas fábricas

e salários bem mais baixos em comparação aos homens, o embrionário movimento feminista, por estratégia política, teve que aliar-se ao sindicalismo operário na busca de melhorias trabalhistas. Não foi sem razão que a inserção da mulher no mercado de trabalho

se deu no ramo da confecção, tendo em vista que comportava flexibilizações e versatilidades nos processos de produção, era considerada uma extensão das atividades domésticas e não exigia formação escolar e qualificação específica. (XAVIER e IRINEU, 2015, p. 205)

Por conseguinte, o movimento feminista, no século XIX, apresenta-se na sociedade de então por meio de mulheres que decidiram romper com o papel proposto a elas por uma sociedade patriarcal. Sociedade essa que impunha às mulheres a submissão imposta pelos homens. Em países como Estados Unidos e Inglaterra, já se percebiam mudanças que proporcionavam, para suas mulheres, avanços sociais e maior liberdade em comparação a outros países.

Krolokke e Sorensen (2006, p. 1) evidenciam que o chamado “feminismo de primeira onda” imerge a partir do “contexto industrial e da política liberal”. Em 1848, dá-se a “Convenção de Seneca Falls”, em que homens e mulheres reúnem-se e discutem temas como o direito ao voto feminino. Nesse evento, Elizabeth Cady Stanton esboça a “Declaração de Seneca Falls”, que dá origem ao movimento sufragista nos Estados Unidos. (Cf. COSTA, 2013, p. 3,4)

Todas essas mudanças acontecem a partir da inserção da mulher no mercado de trabalho, por causa da Revolução Industrial. Hobsbawm (2001, p. 277) explicita que havia “um número grande e crescente de mulheres trabalhadoras cujos padrões de vida haviam sido ou estavam sendo transformados – não necessariamente para melhor – pela revolução econômica”. Beauvoir (1949, p. 193) destaca que a abertura do mercado de trabalho para a mulher foi uma “conquista particularmente dura e lenta”. Esse processo no mundo editorial foi igualmente difícil no que se refere à implementação de uma produção que abordasse as pautas em defesa da mulher, como vemos no item a seguir.

2.4 A produção literária e jornalística feminina no século XIX

O papel da imprensa na mudança de comportamento da sociedade é relevante, pois traz à discussão temas que promovem a problematização de movimentos de mudança social. Para Woitowicz (2012, p. 7) o “movimento feminista, na medida em que se constitui como um espaço de resistência e luta em defesa das mulheres, passa a incorporar em suas ações diversas práticas relacionadas aos processos midiáticos”.

A situação de precariedade da mulher dificultou a ascensão da imprensa feminina no século XIX. Muitas publicações que surgiram eram quase sempre feitas por homens. Nesse cenário de dificuldades, surgiram, no século XIX, as produções jornalísticas feitas por mulheres e que tratavam da presença política feminina e das mudanças de costumes. Essa imprensa que nascia no mundo e no Brasil, surgia com um enfoque feminino e, um tempo depois, ganhava contornos também feministas, por pautarem a luta pela emancipação da mulher e pelos seus direitos, incluindo o direito ao acesso à educação escolar.

Entre as mulheres pioneiras no jornalismo voltado para a mulher e sua luta, destacam-se Francisca de Aculodi, que, em meados do século XIX, fundou e dirigiu, na cidade de San Sebastián, na Espanha, o jornal Noticias Principales y Verdaderas. Aculodi adiantou-se por 19 anos à inglesa Elisabeth Mallet, que fundou o famoso Daily Courant. Nelly Bly (1864-1922) é considerada a primeira repórter investigativa nos Estados Unidos, atuando durante mais de 40 anos na profissão. (Cf. APARÍCIO *apud* PETERS, 1996, p.7)

A imprensa feminista divergiu das publicações femininas por abordar, em vez de temas como comportamento, religião, moda, família, culinária etc., temas como sufrágio, direito à educação, ao trabalho, à profissionalização etc. Nascimento (2005, p. 3) observa que a imprensa feminina no século XIX tinha “duas direções bem definidas: uma tradicional que engrandecia as virtudes domésticas da mulher e condenava sua ação fora do lar e outra que defendia os direitos da mulher, principalmente em relação ao direito de voto e educação”.

No século XIX, algumas mulheres conseguiram quebrar a barreira da sociedade machista da época e, mesmo com poucos recursos e patrocínio, conseguiram colocar em circulação, embora de forma restrita, periódicos como o americano *The Revolution*, de Susan B. Anthony que tratava de forma direta, dos direitos femininos. Esse jornal, por apresentar uma abordagem radical, encontrava resistência não só de autoridades públicas, como das mulheres, por suas posições incisivas. Além dele, diversos outros periódicos foram publicados no Estados Unidos. Muitos defendiam o sufrágio universal. O fato é que eles eram duramente censurados, tendo obrigado algumas de suas proprietárias a enfrentarem a justiça federal americana. Um exemplo dessa perseguição contra as mulheres, que ousaram se posicionar na sociedade estadunidense da virada do século XIX para o século XX, foi a defensora do controle de natalidade Margareth Sanger. Após ações legais impetradas na justiça federal fecharem o seu jornal *The Woman Rebel*, ela foi obrigada a deixar o país. (Cf. FARREL, 2004, p.44)

Já no Brasil, no século XIX, as publicações voltadas para o público feminino eram escritas por homens. É relevante destacar que muitas mulheres atuavam como escritoras, apesar de utilizarem pseudônimos masculinos. Uma das primeiras mulheres a escrever em periódicos foi Nísia Floresta, em 1931, no pernambucano *Espelho das Brasileiras*. Ela escreveu uma série de artigos anônimos, que comparavam a situação da mulher no século XIX com a visão sobre o sexo feminino em culturas antigas. Vale destacar que mulheres produziram não apenas publicações em periódicos, mas também livros, que foram esquecidos. Como, por exemplo, a própria Nísia, em 1932, publicou o livro “Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens”, o primeiro livro no Brasil a tratar do direito das mulheres à instrução e ao trabalho, sendo uma tradução livre do livro da feminista inglesa Mary Wollstonecraft: *Vindications of the Rights of Woman*. Para Muzart, esse foi um esquecimento principalmente político, por apagar as produções de mulheres feministas. (Cf. MUZART, 2003, p. 226, 227)

É relevante ressaltar o papel da imprensa na formação do pensamento feminino e no processo de emancipação da mulher. As primeiras publicações versavam sobre moda e literatura. Algumas dessas publicações, de caráter feminista, cobravam

o acesso da mulher à educação, inclusive superior, ao sufrágio universal, o acesso a cargos públicos, o direito de herança etc.

A educação escolar formal era a bandeira levantada pelos primeiros periódicos brasileiros, escritos e dirigidos por mulheres como Nísia Floresta e Dona Francisca Senhorinha da Motta Diniz. A educação feminina era a pauta primeva das reivindicações em busca da emancipação da mulher. Assim, como no resto do mundo, o surgimento de periódicos de mulheres abarca, também, a necessidade de abordar temas como o direito da mulher à educação, ao trabalho e ao voto. Em novembro de 1833, surge o *Belona Irada contra os Sectários de Momo (o Belona)*, publicado por Maria Josefa Barreto Pereira Pinto, professora, jornalista, poetisa e escritora. Muzart (2003, p. 230) evidencia que era “um jornal que provavelmente não trazia nem bordados, nem culinária, nem boas maneiras. Em 1852, Juana Paula Manso de Noronha, professora, jornalista, dramaturga e romancista, lança o *Jornal das Senhoras*, publicação redigida “inteiramente por mulheres, abordava temas como moda, literatura, belas-artes, teatro e crítica” (WOITOWICZ, 2012, p.3)

Diversas outras publicações voltadas para o público feminino foram surgindo ao longo do século XIX. Publicações como *A Camélia*, *A Violeta*, *O Lírio*, *A Crisálida*, *A Borboleta*, *O Beija-Flor*, *A Esmeralda*, *A Grinalda*, *O Leque*, *O Espelho*, *Primavera*, *Jornal das Moças*, *Eco das Damas* e outras, com uma abordagem mais feminista, como *O Sexo Feminino*, *O Domingo*, *Jornal das Damas*, *Myosotis*, *Echo das Damas*, *A Voz Feminina* e *A Família*. (Cf. WOITOWICZ, 2012, p.4)

Dentre as publicações voltadas para a mulher, destacamos o quinzenal *O Espelho Diamantino* (1827), de Pierre Plancher (*apud* KAZ, 2002, p. 6) que, ao falar sobre a mulher, observa que “pretender conservá-las em estado de estupidez, pouco acima dos animais domésticos é uma empresa tão injusta quanto prejudicial ao bem da humanidade.” Kaz (2002, p. 6) ressalta que “*O Espelho Diamantino* surge no ano em que se editou a primeira lei de instrução pública, facultando às meninas o ingresso no curso primário”. O autor explica que “até a década dos 70, nos idos de 1800, apenas 10% das mulheres brasileiras estavam alfabetizadas”.

Assim, as primeiras publicações femininas destinavam-se, portanto, às poucas brasileiras que tinham acesso ao mundo das letras. Dessa forma, por meio da imprensa, elas defendiam a ideia de que somente a partir da educação formal uma mulher poderia desempenhar melhor o seu papel de mãe e esposa e que impedir o acesso à alfabetização da mulher era uma violência e um atraso para toda a sociedade. Kaz (2002, p. 7) pontua que esse era

um mundo em que as mulheres viviam entre agulhas e pudins, o que permitia ao cronista francês Charles d'Expilly, pouco afeito às exóticas goiabas dos trópicos, assim estabelecer: "Uma mulher já seria suficientemente alfabetizada se soubesse ler receitas de goiabada". "Mais do que isso", advertia, "seria perigoso".

Nesse sentido, Kaz (2002) assevera que os homens começam a se sentir ameaçados com as primeiras publicações de caráter feminista, chegando a mandar cartas indignadas para a redação do já citado *Jornal das Senhoras*, situação que levou a proprietária a retirar a identificação das autoras dos artigos mais contundentes. Seguindo nessa mesma linha, surge no interior de Minas Gerais, pelas mãos de Francisca Diniz, *O Sexo Feminino*, cuja vida e obra tratamos nos próximos tópicos.

2.5 Dona Francisca Senhorinha da Motta Diniz

Francisca Senhorinha da Motta Diniz, filha de Eduardo Gonçalves da Motta Ramos e Gertrudes Alves de Mello Ramos, nasceu em São João Del-Rei, Minas Gerais⁴. Formou-se professora e casou-se com o advogado e professor, José Joaquim

4 O dia e ano de seu nascimento são desconhecidos.

da Silva Diniz com quem teve três filhas: Amélia Augusta Diniz, Albertina Diniz e Elisa Diniz Machado⁵. (Cf. BLAKE, 1893, p. 371)

Rosa (2011, p. 134) assevera que as primeiras experiências de Francisca no “magistério são de 1854, quando trabalhava, provavelmente, como professora na Vila de Uberaba - Minas Gerais”. Durante o período em que morou na cidade de Campanha, Francisca lecionou na Escola Normal. Nessa época, seu marido era dono de uma tipografia e do jornal *O Monarchista*. Assim, eles imprimiam e distribuíaam tanto o jornal dele quanto o periódico de sua esposa *O Sexo Feminino* na cidade de Campanha da Princesa, estado de Minas Gerais.

É relevante destacar que, conforme *Schumacher e Brasil (2001, p. 278)*, Francisca iniciou sua carreira no jornalismo colaborando com o “semanário Estação, um jornal de modas, mas sua mais importante contribuição para a imprensa feminina da época foi o semanário *O Sexo Feminino*”, que ela começou a produzir na cidade de Campanha da Princesa durante os anos de 1873 e 1874.

Durante sua estadia em Campanha, a redatora lecionou na Escola Normal e, quando se mudou para o Rio de Janeiro – juntamente com seu esposo e filhas a fim de lecionar na corte – fundou o Collegio Maternal, o Collegio Santa Isabel e a Escola Doméstica Marianna da Fonseca, em parceria com suas filhas⁶, Albertina, Amélia e Elisa⁷, e outras colaboradoras como D. Maria Constança de Sá Benevides. Suas filhas seguiram os seus passos e, além de se tornarem professoras, auxiliaram-na na produção do periódico, tornando-se jornalistas.

5 cf. exemplar de *O Sexo Feminino*. 8 out. 1889.

6 cf. exemplares de *O sexo feminino*. 8 ago. 1875 e *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. 15 dez. 1889.

7 Pesquisadores como Shumacher e Brasil; Blake afirmam que Francisca Senhorinha da Motta Diniz teve duas filhas. No *O Sexo Feminino* e *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, no entanto, encontrou-se referência a três filhas. Esse fato deve-se a, muito provavelmente, ser Elisa Diniz casada, o que justificaria o sobrenome Machado Coelho.

Elisa Diniz atuou como folhetinista e escreveu o romance *A Diva Isabella*. Amélia Diniz dava aulas de piano e traduzia artigos do francês. Já Albertina Diniz, de acordo com *Schumacher e Brasil (2001, p. 28)*, “começou a trabalhar no jornal O Sexo Feminino, após a morte do pai, José Joaquim da Silva Diniz”. Depois que a “família mudou-se para o Rio de Janeiro, Francisca Senhorinha fundou o Colégio Santa Isabel, e ali Albertina iniciou sua carreira de educadora. Logo começou a traduzir textos do francês para a revista Estação”. Ela defendeu

a abolição dos escravos na imprensa e em comícios. Escrevia poesias para a publicação lisboeta Almanaque das Senhoras, e traduzia versos franceses para O Sexo Feminino. Em coautoria com a mãe, escreveu A judia Rachel. Faleceu prematuramente de tuberculose. (*SCHUMACHER e BRASIL, 2001, p. 28*)

No Rio de Janeiro, Francisca retomou a publicação de *O Sexo Feminino*, de 1875 até 1890, periódico que também era semanal e que continha informações sobre literatura e amenidades, acrescidas de temas polêmicos como a Abolição da escravatura, o voto feminino e o movimento feminista em outros países. Após a proclamação da República, Francisca Senhorinha mudou o nome do jornal para *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. O programa do jornal propunha a emancipação da mulher por meio da educação física, moral e intelectual. Ainda como jornalista, Francisca Senhorinha redigiu, durante o ano de 1880, os semanários *A Primavera* e *A Voz da Verdade*, que circulavam no Rio de Janeiro. Com o auxílio de sua filha, Albertina da Motta Diniz, Francisca Senhorinha escreveu o romance de costumes *A judia Rachel*, editado no Rio de Janeiro em 1886 (*SCHUMACHER E BRASIL, 2001, p. 246*).

Além de jornalista e escritora, Dona Francisca Senhorinha da Motta Diniz foi professora e proprietária de colégios para meninos e meninas. Na verdade, ela “não conseguia separar sua carreira de jornalista da sua profissão de professora”. Francisca, de fato, usou a imprensa para “chamar a atenção de pais de família,

governo e sociedade sobre a necessidade de criar casas de educação que acolhessem crianças dos dois sexos, inclusive das classes mais baixas da sociedade”. (SOUTO, 2013, p. 55)

O jornal *O Sexo Feminino* foi usado para defender bandeiras feministas e a primeira dela foi a da emancipação da mulher, por meio da educação. Andrade (2006a, p. 99) afirma que, “apesar de *O Sexo Feminino* não ter feito parte de uma imprensa educacional, ou seja, não ser um periódico destinado exclusivamente aos professores e professoras, a grande maioria de seu conteúdo versava sobre a importância da educação”.

Tal fato fica evidente no primeiro texto da primeira edição de seu periódico intitulado: *A educação da mulher*. Nele, Francisca conclamava os pais de família a que mandassem suas filhas estudar ao invés de ensinar-lhes a cuidar da casa. Diz ela:

Em vez de paes de familia mandarem ensinar suas filhas a coser, engomar, lavar, cosinhar, varrer a casa etc., etc, mandem-lhes ensinar a ler, escrever, contar, grammatica da lingua nacional perfeitamente, e depois, economia e medicina domestica, a puericultura, a litteratura (ao menos a nacional e portugueza), a philosophia, a historia, a geographia, a physica, a chimica, a historia natural, para coroar esses estudos a instrucção moral e religiosa; que estas meninas assim educadas não dirão quando moças estas tristes palavras: « Si meu pai, minha mãe, meu irmão, meu marido morrerem o que será de mim !! » Não sirva de cuidado aos paes que suas filhas, assim educadas e instruidas, não saibão coser, levar, engomar, cortar uma camisa, etc. etc. A riqueza intellectual produzirá o dinheiro, e com este se satisfarão as necessidades. O dinheiro, Deos o dá e o diabo póde tirar; mas a sabedoria que Deos dá—o diabo não a roubará. (DINIZ, 1873, n.1, p.1)

Francisca utilizava o jornal para trazer informações sobre a escola em que lecionava em Campanha da Princesa como: datas de provas, início das aulas, nomes das aulas aprovadas nos exames, além de lançar desafios gramaticais e aritméticos

“aos normalistas de ambos os sexos” nas páginas de seu próprio jornal. (DINIZ, 1873, n. 2, p. 2-3)

Em seus textos sobre educação, Francisca exaltava a aptidão da mulher para o magistério. Para ela, a moralidade, a paciência e a virtude eram naturais ao sexo feminino, sendo essas características essenciais para a carreira docente, além de ser o professorado uma espécie de sacerdócio. (DINIZ, 1874, n. 24, p.2) Para Francisca, os homens não deveriam lecionar nas séries iniciais, por ser o ensino dado pelos homens, imperfeito. Já o ensino dado pelas mulheres “oferece um aspecto todo determinado e sujeito a regras seguras e determinadas”. Assim, “o ensino primario por intermedio do sexo-feminino, promete o mais fecundo êxito”. (DINIZ, 1875, n. 14, p. 1-2)

Não querendo esperar mais por uma atitude do governo, Francisca propôs, em 07 de março de 1874, aos seus leitores a criação de escolas em que cada leitor contribuiria para pagar as professoras e comprar os materiais necessários, com o objetivo de educar suas filhas. Ela apresentava, também, a proposta de criação de um estabelecimento para atender a crianças carentes, cujos pais não tivessem como pagar pelos seus estudos. Para isso, conclamava as senhoras a contribuírem com recursos financeiros e humanos.

Na edição de 29 de julho de 1875, logo após chegar na corte, Francisca, em parceria com a D. Maria Constança de Sá Benevides, anunciou, na página 4 do seu jornal, seu colégio: “Collegio Maternal Nossa Senhora da Penha”, inspirada no modelo inglês conhecido como *Infant Schools*. Funcionando no modelo de externato e meio pensionato, a escola receberia meninos de 4 a 10 anos. Ela ressaltava que sempre que “fôr possível será aplicado o systema de ensino, dito inductivo ao concreto”. Além disso, dando preferência “às douctrinas que constituem os tres primeiros annos lectivos do Collegio de D. Pedro II”, Francisca destacava, ainda, que, além da “grande experiencia e pratica de ensino que tem as Directoras”, há “os desvellos todos maternas, propios do periodo da vida em que se acham nos alunos”. (DINIZ, 1875, n. 2 p.4)

Souto (2013, p.61) afirma que “após o início das atividades no Colégio Maternal, Francisca Diniz anunciou que continuava a receber meninos e meninas meio pensionistas e externos, e que suas três filhas a ajudavam na instituição”. A autora observa que “o Colégio funcionava na casa da redatora, já que o endereço é o mesmo que o deixado no cabeçalho do periódico para envio de correspondências à Francisca Senhorinha”.

Francisca continuou publicando textos sobre métodos de educação, propondo programas de ensino e solicitando apoio governamental e da sociedade para a criação de escolas mistas dirigidas por mulheres. Ela advertia sobre a necessidade da criação de escolas que recebessem crianças pobres. Acreditava na educação como fator de justiça e regeneração social. Por isso, “deixava em evidência a sua defesa pela implementação da rede pública de instrução elementar para a população analfabeta, especialmente, para as mulheres”. (TEIXEIRA, 2011, p. 3)

Em 16 de janeiro de 1876, Francisca propôs uma forma de colocar em prática sua ideia de democratização da educação feminina:

Effectivamente a redactora deste jornal, querendo pôr em pratica este seo pensamento, apella desde já para todas as senhoras dotadas de bom coração, afim de coadjuvarem-na neste empenho, inscrevendo-se com qualquer quantia que, de suas economias possam dispensar e dar para o estabelecimento que ella acaba de crear, com o titulo de “Collegio Maternal”. No dito seo estabelecimento receber-se-ha: as meninas ricas, pagando conforme o programma, as de medianna fortuna, pagarão o que seos paes puderem, e as desamparadas serão educadas grátis. Para este fim obriga-se a redactora tambem a dar metade de toda a importancia das assignaturas deste hebdomadário. Deste modo todas as suas assignantes serão consideradas contribuintes da fundação do supra. [...] No estabelecimento receber-se-ha meninas de qualquer idade, podendo ser conservadas n^oelle até a idade de 21 annos. (DINIZ, 1876, n. 19, p.2)

Francisca seguiu com o seu colégio e seu periódico até abril de 1876, quando ela anunciou às suas assinantes que sairia da corte e as publicações seriam mensais:

A redactora desta folha, achando-se doente e toda sua familia, e ainda mais, aterrada pela epidemia actual, a febre amarela, retira-se por algum tempo para fóra da corte, e por esse motivo só mensalmente sahirá a folha, até a sua volta. Esperando da generosidade de suas assignantes, ser desculpada por esta involuntária falta de cumprimento respectivo do prospecto, prometendo inteirar o numero que comprehende cada uma assinatura, sendo 52 numeros para os assignantes de annos, 25 para os de semestre, e 12 para os de trimestres. (DINIZ, 1876, n. 22, p. 1)

De acordo com as nossas pesquisas, após a edição de 2 de abril de 1876, o jornal *O Sexo Feminino* foi interrompido, sendo retomado em 2 de junho de 1889. É relevante ressaltar que, em 1886, durante o período em que fica fora da corte, o esposo de Francisca, José Joaquim da Silva Diniz faleceu, deixando-a viúva. No retorno da publicação, não se teve mais “notícias do “Collegio Maternal”, mas apareceu a propaganda de outro estabelecimento de educação dirigido por Francisca Diniz: “Colégio Santa Isabel””. (SOUTO, 2013, 62).

Na edição de 14 de setembro de 1889, Francisca Diniz conclamou novamente o governo e sociedade a se juntarem a fim de auxiliá-la na criação do “Collegio Santa Isabel” e da “Escola Domestica”. Com o objetivo de receber meninas a partir dos 3 anos, sua proposta era cuidar da educação dessas garotas até que tivessem idade para trabalhar. O programa social formulado por Francisca denominava-se “Associação para Educação”. Para ela, a “associação para educação é de grande vantagem”, visto que, para

que nossos concidadãos colham no futuro uma boa ordem na educação, é desde já indispensável que n’este sentido envidando o maior esforço e constancia, não durmam, afim de coadjuvarem o governo na creação de casas de educação com internato, utilissimas para meninos e meninas, mas mais ainda emergentes para o sexo feminino. (DINIZ, 1889, n.10, p.3)

O Collegio Santa Isabel, que funcionava na rua do Lavradio, 24 e que era administrado por Francisca Senhorinha e suas filhas, admitia alunas pensionistas, meio-pensionistas e externas. O colégio oferecia os cursos primário e secundário. No curso primário, o colégio ofertava aulas de Instrução moral e religiosa; Leitura e escrita – caligrafia; Aritmética até frações decimais; Elementos de história pátria; Noções de geometria plana; Gramática Portuguesa; Sistema métrico legal; História Sagrada; Princípios de moral e civilidade; Música vocal; Economia doméstica; Corte e feitio da roupa branca; Bordado branco; Crochê e ponto de marca. (DINIZ, 1889, n. 10, p. 3)

Já para o curso secundário, as aulas oferecidas eram de Instrução moral e religiosa desenvolvida; História antiga, média, moderna e contemporânea; Leitura de clássicos em prosa e verso; Redação e estilo epistolar; Pedagogia com desenvolvimento da tríplice educação; Gramática portuguesa a fundo; Aritmética completa e sistema métrico; Geografia geral. (DINIZ, 1889, n. 10, p. 3)

Além desses cursos, havia também: Corte e toilettes, confecção de bordados a matiz, flores de cera, pano, papel etc.; Línguas: Inglês, Francês, Alemão e Italiano; Ciências: matemáticas – álgebra: geometria e cálculo; filosóficas – moral, geral e noções de filosofia; ciências médicas – higiene e medicina prática; ciências naturais – história natural; ciências físicas – fisiologia e, por fim, aulas de belas artes: piano, canto, dança, desenho e pintura. (DINIZ, 1889, n. 10, p. 3)

Como podemos perceber, a partir da grade curricular oferecida no colégio de D. Francisca Diniz, havia não somente a preocupação de formar as meninas nas prendas domésticas, em moral, filosofia e religião, mas também nas ciências humanas, exatas e biológicas. Ela se preocupava em buscar nas suas alunas habilidades que pudessem ser trabalhadas a fim de serem usadas profissionalmente.

Francisca ressaltava que, em seu colégio, não havia diferença de tratamento entre as meninas pagantes e as bolsistas. Sua escola estava pronta para receber “meninas menores, pobres e desamparadas, sem distinção de côr, nem condição,

quer nos venham dos pais, tutores ou proctetores, quer por ordem dos juizes de órfãos”. É relevante destacar ainda que ela fazia questão de observar que as meninas totalmente desamparadas de meios, não deixariam “de ser recebidas, porquanto as fundadoras da Escola” estavam “angariando donativos” que lhes garantissem “abrigo, conforto e pão”. (DINIZ, 1889, n. 12, p.3)

A fim de manter as meninas carentes no colégio, Francisca Diniz também solicitava donativos às senhoras caridosas, seja por meio da assinatura do jornal, visto que a terça parte da renda era destinada às meninas, seja por meio de doações de “roupas, viveres, calçado, remédios, livros, etc.” (DINIZ, 1889, n. 12, p.3)

No mesmo artigo, Francisca afirmava que, apesar de possuírem a mesma direção, o colégio Santa Isabel e a escola Doméstica nada tinham em comum. “Aquelle é um estabelecimento de instrucção com estatutos rigorosamente observados, etc., etc., donde uma menina poderá sahir uma literata, mãe de familia ou preceptora.” Já a escola Doméstica é “propriamente casa de educação domestica, onde as meninas são consideradas aprendizes, as quaes suas directoras se propõem fazer mãis e cidadãs dignas e moralisadas na classe operaria”. (DINIZ, 1889, n. 12, p.3)

Após alguns adiamentos, a Escola Doméstica foi finalmente inaugurada em setembro de 1890, pela “ex-professora publica Francisca Senhorinha da Motta Diniz, redactora da Revista “*O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*” Directora do Collegio Santa Izabel⁸ e suas filhas – Amelia e Eulalia Diniz” e conta com a égide protectora da sympathica e caritativa Exma. Snra. D. Marianna Cecilia Meirelles da Fonseca” – esposa do Marechal Deodoro da Fonseca”, passando a escola a se chamar “Escola Domestica D. Marianna da Fonseca: Associação para educação das meninas” (DINIZ, 1890, n. 23, p. 3)

Durante sua vida, Francisca Diniz lutou pela emancipação da mulher por meio da educação. Para alcançar seus objetivos, ela ofereceu educação não somente às

8 O nome do colégio ora aparece grafado com “z”, ora com “s”.

meninas filhas de famílias abastadas como também às meninas pobres, negras e mestiças. Ela não negou sua condição de mãe, mas nunca deixou de lado a sua condição de mulher, professora, jornalista e escritora. Pelos seus escritos percebemos que ela sabia que a mulher, para alcançar sua independência, deveria ser capaz de se sustentar.

Francisca foi um figura singular em sua época. Casada, religiosa, mãe, professora, jornalista e empresária. Ela rompeu com o padrão de mulher de sua época. Os muros de sua casa não a puderam conter. Com o apoio de seu esposo e colaboração de suas filhas, ela cuidou de seu próprio jornal, conseguindo conciliar seu papel de mãe e esposa, valorizado pela sociedade naquele momento, ao de empresária na administração de seu jornal, atividade predominantemente masculina no final do século XIX. Elegeu a luta pela emancipação da mulher como sua bandeira e lutou para que mais e mais meninas pudessem conquistar sua liberdade por meio da educação formal. Ela acreditava que somente a educação poderia emancipar a mulher e fazê-la lutar por direitos que lhe eram negados.

A educação, aliás, era o lugar onde ela acreditava que a mulher deveria estar. Em muitos de seus editoriais, Francisca defendeu o papel da professora na criação de uma organização social mais justa. Enquanto a sociedade assumia que a mulher deveria estar dentro de casa, cuidando dos afazeres domésticos, Francisca acreditava que o lugar da mulher era atuando no mundo do trabalho e que, somente assim, seria garantido ao sexo feminino meios de independência social e financeira.

Assim como outras mulheres oitocentistas, muito pouco temos de registros históricos da vida de Francisca, além do que seus jornais nos permitiram saber. Tudo que se conhece sobre a sua vida como jornalista e professora está em suas publicações. No ano de 1896⁹, foi lançada a última edição conhecida do seu jornal *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. A relevância da sua participação no movimento de emancipação feminina, durante 23 anos de publicações, e a sua luta pela educação fizeram dela uma personagem de grande valor no rol das grandes

9 De acordo com o acervo de Obras Raras da Biblioteca Nacional, devido ao estado de deterioração física, tal exemplar encontra-se indisponível para consulta.

brasileiras feministas. No tópico a seguir, apresentamos a produção jornalística e literária de Francisca Senhorinha da Motta Diniz.

2.6 A produção jornalística e literária de Francisca Senhorinha da Motta Diniz

Francisca, além de mãe, esposa, feminista e professora, foi jornalista, escritora e redatora de publicações que provocavam a discussão acerca da emancipação feminina. Ela iniciou a sua carreira de jornalista na cidade de Campanha da Princesa – Minas Gerais, escrevendo para o semanário de modas *Estação*. Logo, ela passou de colaboradora para proprietária do seu próprio semanário: *O Sexo Feminino*.

O semanário teve seu primeiro ano de publicação (1873-1874) na cidade de Campanha da Princesa e era impresso na tipografia do seu esposo. No ano de 1875, a redatora mudou-se com a família para o Rio de Janeiro e o jornal, em 22 de julho de 1875, passou a ser impresso na corte. Em 2 de abril de 1876, a publicação do semanário foi interrompida, sendo retomada em 2 de junho de 1889.

Entre os anos de 1877 a 1888, não encontramos nenhuma publicação referente ao jornal. Francisca, alegando estar doente, retirou-se da corte, prometendo manter a frequência mensal da publicação, mas tal fato não ocorreu. De acordo com Chalhoub (1996), nesse período, a cidade do Rio de Janeiro, onde vivia a corte imperial, foi alvo constante de epidemias de febre amarela.

O jornal *O Sexo Feminino: Semanário dedicado aos interesses da mulher* está disponível na hemeroteca digital e no acervo de Obras Raras da Biblioteca Nacional, conta com 76 exemplares¹⁰(com 4 páginas cada um) disponíveis para consulta e pode ser dividido em 3 fases:

10 Falta o número 43 do ano de 1874.

- 1º fase: 07 de setembro de 1873 (ano I – n.1) a 07 de setembro de 1874 (ano I – n. 45):

- ✓ Local de publicação: Campanha da Princesa – Minas Gerais;

- ✓ Tipografia: Typografia do Monarchista

- 2º fase: 22 de julho de 1875 (ano II – n. 1) a 02 de abril de 1876 (ano II – n. 22):

- ✓ Local de publicação: Corte – Rio de Janeiro;

- ✓ Tipografia: Typografia e Livraria de Lombaerts e Filho, da rua dos Ourives, n.07.

- 3º fase: 02 de junho de 1889 (ano III – n. 12) a 8 de outubro de 1889 (ano II¹¹ – n. 23):

- ✓ Local de publicação: Corte – Rio de Janeiro;

- ✓ Tipografia: Typografia e Lith de Machado & C., da rua de Gonçalves Dias, n.28, redação da rua do Lavradio, n. 101.

Nas primeiras duas fases do jornal, a circulação ocorria semanalmente. Na terceira fase, a publicação seguiu semanal até o número 6, tornando-se mensal dos números 7 ao 10. Os temas abordados eram, principalmente, a emancipação feminina, a educação e a profissionalização da mulher e a família.

11 A partir do número 19 o jornal traz o ano II em seu cabeçalho.

Entre novembro e dezembro de 1889¹², o jornal passou a se chamar *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, em comemoração à proclamação da República, sendo publicado de 1889 a 1896¹³. O nome completo da publicação era *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino: Periodico Quinzenal, Litterario, Recreativo e Noticioso – Especialmente Dedicado aos Interesses da Mulher*. A partir do número 19, passou a se chamar *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino – Revista Quinzenal, Litteraria, Recreativa, Noticiosa e Política – Especialmente Dedicada aos Interesses da Mulher*. Ele encontra-se disponível na hemeroteca digital e no acervo de Obras Raras da Biblioteca Nacional e conta com 8 exemplares¹⁴ (com 4 páginas cada um) disponíveis para consulta. A nova fase do jornal iniciou-se no número 12 e apresentou periodicidade quinzenal. Já no número 13, no entanto, a publicação tornou-se mensal. Ela continuou sendo produzida na, Capital Federal – Rio de Janeiro, na tipografia Redação e Impressão, localizada na rua do Lavradio, n. 24. Após o número 20 a publicação mudou-se para a Rua do Senador Euzébio n. 78.

Uma das características mais marcantes do jornal em todas as suas fases e nomes foi ser um dos primeiros a trazer em suas páginas as assinaturas das colaboradoras ao invés de pseudônimos ou asteriscos. Elas eram, aliás, encorajadas a assinar seus artigos (DINIZ, 1873, n. 14, p.1). Outra revolução para a época foi trazer logo na primeira página o nome de uma mulher como “Proprietaria e Redactora – D. Francisca S. Da M. Diniz.” (DINIZ, 1873, n.1, p.1)

Durante 23 anos de publicação dos seus jornais, Francisca contou com diversas colaboradoras. As mais recorrentes são suas filhas. Dentre alguns nomes

12 A última edição com o nome *O Sexo Feminino* data de 8 de outubro de 1889 e é indicada pelo número 10. A primeira edição conhecida já com o nome de *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* aparece em 15 de dezembro de 1889 sob o número 12.

13 Além dos poucos exemplares existentes na Biblioteca Nacional, as edições de 1890 a 1896 encontram-se indisponíveis para consulta. Existe, desde 2009, por meio do projeto Fênix, a promessa de digitalização e disponibilização para consulta desses exemplares em estado de deterioração física que impede o manuseio. Até a data de escritura deste trabalho, no entanto, tais exemplares não foram disponibilizados.

14 Faltam os números 15, 16, 17 e 22 de 1890.

temos: *Violante Ataliba Ximenes Bivar e Velasco, Narcisa Amália*. O jornal teve também assinantes ilustres, dentre eles: o Imperador D. Pedro II, sua filha Princesa Isabel e Marianna Cecilia Meirelles da Fonseca, além de leitores de “várias localidades da Europa como na Espanha e em Nova York e, no Brasil em diferentes províncias”, afora “o reconhecimento dos colegas redatores de outros periódicos” (TEIXEIRA, 2011, p.6)

Blake (1893, p. 371) observa que Francisca Diniz redigiu o semanário *A Voz da Verdade*. Não encontramos nenhum exemplar desse jornal e nem outra citação além da feita por Blake. Ele afirma que foi um “jornal semanario, noticioso e instructivo”. Apesar de nunca o ter lido, sabe que “foi uma publicação de ephemera duração”. Segundo Duarte (2016, p. 292), pouco se sabe sobre esse periódico, que teve apenas três edições, datadas de 12 de maio, 28 de maio e 25 de junho de 1885, mas não há registros de exemplares dele.

Além de *A Voz da Verdade*, Francisca foi responsável pela revista semanal *A Primavera*. Produzida no Rio de Janeiro, em 1880, é, de acordo com Blake (1893, p. 371), “instructiva e noticiosa”. “Sahiu o 1º numero a 1 de setembro e cessou a publicação no 8º”. Ele ainda adverte que “esta revista nada tem com outra de titulo igual, publicada em 1861”. Em 1886, no Rio de Janeiro, Francisca Senhorinha, juntamente com a sua filha Albertina da Motta Diniz, escreve o “romance original de costumes” *A judia Rachel*, com 254 páginas.

Toda a produção jornalística e literária de Francisca Diniz contribuiu para o debate acerca da causa feminista no que tange à educação, emancipação, profissionalização e direitos da mulher no Brasil. No próximo capítulo, apresentamos o arcabouço teórico que será utilizado na análise dos editoriais.

Capítulo III

Retóricas e Visões de Metáfora

“A dúvida é o princípio da sabedora”.

Aristóteles

Neste terceiro capítulo, tratamos da base teórica, que fundamenta a análise do corpus, quando, então, aplicamos o princípio de imanência, tendo como base as obras: *Retórica*, de Aristóteles (2005), *Retórica e Poética*, de Manoel da Costa Honorato (1879) e *Elementos de Retórica* (1869), de Junqueira Freire, *uma vez que as categorias de análise do corpus são os argumentos apresentados por Francisca em seus editoriais e o papel argumentativo da metáfora na construção desses argumentos*. Na aplicação do princípio de adequação, escolhemos, de Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2005), o *Tratado da argumentação: a nova retórica* para aproximarmos a argumentação de Francisca de teorias atuais. Quanto à metáfora, ela será focalizada com base na obra de Ernesto Carneiro Ribeiro (1915[1890]) *Serões Grammaticaes*, visando à sua caracterização como um tropo, de acordo com a Teoria de Aristóteles, e na Teoria da Metáfora Conceptual, de George Lakoff e Mark Johnson (2002), proposta na obra *Metáforas da Vida Cotidiana*, objetivando mostrar seu valor argumentativo como figura de pensamento. Assim, esse capítulo divide-se em cinco itens que discorrem sobre cada obra supracitada.

3.1 Retórica de Aristóteles

Como a argumentação e a metáfora são utilizadas neste trabalho como categorias de análise dos editoriais do semanário *O Sexo Feminino*, tratamos neste item da Retórica de Aristóteles e como a antiguidade clássica define a metáfora. Para Aristóteles, a função da Retórica não é a de persuadir somente, mas de discernir os meios de persuasão (Cf. Dayoub, 2004, p.12). Assim, a Retórica é definida por Aristóteles como “a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o

fim de persuadir”. A retórica tem, dessa forma, a faculdade de descobrir os meios de persuasão sobre qualquer questão dada. (Aristóteles, 2005, p.95-96).

A retórica de Aristóteles estrutura-se, então em quatro partes: *invenção, disposição, elocução e ação*. A invenção ou etapa argumentativa é o assunto do qual se pretende tratar. Reboul (2004, p.44) observa que a invenção é “a busca que empreende o orador de todos os argumentos e de outros meios de persuasão relativos ao tema do seu discurso”. A disposição é a ordenação desses argumentos, que resultam na organização interna do discurso. A elocução, por sua vez, trata da elaboração do discurso, com ênfase no estilo e nas figuras de linguagem, como a metáfora, que abordamos neste trabalho.

Por fim, temos a ação, que é o trabalho de exposição e manifestação do discurso. Reboul (2004, p.44) assevera que é “a proferição efetiva do discurso, com tudo que ele pode implicar em termos de efeitos de voz, mímicas e gestos”. Alexandre Júnior (2005, p. 35) destaca os princípios que caracterizam o esquema retórico aristotélico:

- 1) distinção de duas categorias formais de persuasão: provas técnicas e não técnicas;
- 2) A identificação de três meios de prova, modos de apelo ou formas de persuasão: a lógica do assunto, o caráter do orador e a emoção dos ouvintes;
- 3) A distinção de três espécies de retórica: judicial, deliberativa e epidíctica;
- 4) A formalização de duas categorias de argumentos retóricos: o entimema, como prova dedutiva; o exemplo, usado na argumentação indutiva como forma de argumentação secundária;
- 5) A concepção e o uso de várias categorias de tópicos na construção dos argumentos: tópicos especificamente relacionados com cada gênero de discurso; tópicos geralmente aplicáveis a todos os gêneros; e tópicos que proporcionam estratégias de argumentação, igualmente comuns a todos os gêneros de discurso;

6) A concepção de normas básicas de estilo e composição, nomeadamente sobre a necessidade de clareza, a compreensão do efeito de diferentes tipos de linguagem e estrutura formal, e a explicitação do papel da metáfora;

7) A classificação e ordenação das várias partes do discurso.

Aristóteles definiu ainda os três aspectos fundamentais que compõem a retórica. São eles: “ethos”, “pathos” e “logos”. O *ethos* refere-se às características do orador que podem influenciar o processo de persuasão, como a sua autoridade, honestidade e credibilidade em relação ao tema em análise. O *pathos* refere-se ao apelo ao lado emocional do público-alvo. Finalmente, o *logos* refere-se ao conteúdo do discurso, ao uso da lógica, a palavra e a razão. O discurso retórico não pode prescindir de um auditório, afinal o argumento é sempre feito diante de alguém, seja um indivíduo, uma multidão, um leitor. (Cf. FERREIRA, 2010)

Aristóteles classificou os gêneros do discurso em três tipos distintos: judiciário, deliberativo e epidítico. Para Aristóteles, a forma como construímos a nossa argumentação depende do auditório que vai recebê-la. Os atos dos três discursos não são os mesmos, pois os auditórios também não são. Assim, o discurso judiciário acusa (acusação) ou defende (defesa); o discurso deliberativo aconselha ou desaconselha; e o discurso epidítico censura e/ou louva um homem ou uma categoria de homens. (Cf. ARISTÓTELES, 2005, p. 107)

Aristóteles, não só definiu o conceito de retórica, como também o ampliou, a partir do conceito de que todo discurso é passível de persuasão. Com isso, a argumentação é vista como um conjunto de estratégias que organizam o discurso persuasivo. Na Invenção, Aristóteles propunha a busca das provas, pois é por meio delas que a persuasão se efetiva e ele defendia que elas se reduziam ao raciocínio. Ele pode ser definido como uma operação interna da mente racional do homem, percorrendo um caminho que vai do mais conhecido para o menos conhecido, e com base, em pressupostos, chega a uma conclusão. A sua concretização linguística constitui o argumento. (Cf. TRINGALI, 1998) É esse o conceito de raciocínio/argumento que propomos na análise do *corpus*.

Com Aristóteles, a Retórica torna-se uma arte estruturada ao criar um sistema filosófico que se fundamenta na preservação da opinião (doxa) e da ciência do fazer e do dizer. Por conseguinte, para ele estabelece que a sociedade se guia, não por verdades absolutas, mas por verossimilhanças e probabilidades. A retórica criou uma estética da prosa, uma estética puramente funcional da qual, tudo que é inútil é descartado, em que o “mínimo efeito de estilo se justifica pela exigência de persuadir, em que qualquer artifício gratuito engendra preciosismo ou vulgaridade”. (REBOUL, 2004, 62)

A partir de Teofasto, discípulo de Aristóteles, a retórica passa a observar o sentido figurado e o sentido próprio nos estudos da linguagem. Esse foco nas figuras de linguagem torna-se mais relevante com o passar dos séculos até que, no século XX, chega ao seu auge. Restam, então, nas gramáticas, os estudos das figuras de linguagem como remanescentes da Retórica. A retórica permanece nos currículos escolares até o século XIX. Ocorre, no entanto, que, ela acaba sucumbindo ao ataque veemente de duas correntes do pensamento, quais sejam: a do Romantismo e do Positivismo cientificista (Cf. MAZZALI, 2008, p. 10). Perelman surge, no século XX, com um novo olhar sobre a retórica, o que ele denomina de Nova Retórica, que tratamos a seguir.

Pretendemos, em nossa análise, apresentar a metáfora como um recurso argumentativo que se estrutura no nosso sistema social, físico e cultural e está presente em todo o nosso sistema conceptual. Assim, nos tópicos a seguir, apresentamos como a retórica é vista em duas obras contemporâneas às publicações dos editoriais de Dona Francisca Senhorinha da Motta Diniz.

3.2 Retórica e Poética de Manoel da Costa Honorato e *Elementos de retórica nacional* de Luís José Junqueira Freire

Roberto Acízelo de Souza (1999) em seu livro *O império da eloquência* afirma que cerca de trinta e quatro manuais de retórica e poética foram produzidos os anos 1810 e 1886, no Brasil. Souza (1999, p. 39) observa que os manuais didáticos

receberam diversos nomes como “compêndio, lições, postilas, sinopses, entre outros”. Entre os mais conhecidos estão as obras *Retórica e Poética* (1879) de Manoel da Costa Honorato e os *Elementos de retórica* (1869), de Junqueira Freire. Melo (2015, p. 121) destaca que esses compêndios eram destinados “à esfera didática, eles eram utilizados nas disciplinas de retórica e de poética - ministradas conjunta ou separadamente -, as quais obtiveram um espaço privilegiado nas escolas brasileiras oitocentistas, principalmente no Colégio Pedro II, considerado modelo do ensino oficial brasileiro”.

Manoel da Costa Honorato, tornou-se, em 1876, professor substituto de Retórica, Poética e Literatura Nacional, no Colégio Pedro II. (Cf. SOARES, 2017, p. 4759). Ele, ao assumir a cadeira de retórica, poética e literatura nacional e geral no Imperial Colégio Pedro II, no ano de 1877, verificou a ausência de um compêndio adaptado ao “dificílimo programa de ensino desta cadeira”. Assim, ele decidiu “refundir inteiramente a sinopse antiga, compondo postilas” para o ensino de seus alunos. Ele atestou que, apesar de seu trabalho ser incompleto e imperfeito, era o primeiro adaptado ao programa do colégio. (Cf. HONORATO, 1879, s.p.)

A obra de Honorato (1879) é um compêndio das ideias retóricas do período. Ele trata dos gêneros literários. Nele, a retórica está intrinsecamente relacionada à obra literária e é apresentada dentro dos gêneros literários. Martins (2003, p. 73) observa que “Antonio Candido e Roberto Acízelo e Souza consideram esse manual, adotado como livro de estudos do Colégio Pedro II, o mais completo de quantos foram produzidos no Brasil do século XIX”.

Em seu livro *Retórica e Poética*, o cônego Manoel da Costa Honorato (1879), ao tratar especificamente da Retórica, destaca que o verossímil não é a correspondência à verdade, mas ao universo da *doxa*. Para ele, “é verossímil tudo o que se conforma às nossas opiniões, ou estas sejam verdadeiras, ou falsas.” (HONORATO, 1879, p. 237)

Por sua vez, o livro de Freire, publicado postumamente em 1869, apresenta conceitos, como gênio e imaginação, definidos em perspectiva nitidamente romântica. Ademais, propõe a divisão da eloquência escrita, em três partes: invenção, disposição

(memória e ação) e elocução. Para ele (1869, p. 7), a invenção é a “faculdade de descobrir as mais justas idéas”, ou seja, ela estabelece a diferença entre provas extrínsecas e intrínsecas e analisa os tipos de argumentos que o orador possui. A disposição, por sua vez é a “faculdade de methodisar essas idéas. Nela, Freire analisa as quatro partes do discurso: proêmio, proposição, prova e peroração. Por fim, a elocução é a “faculdade de exprimir essas idéas pela mais acomodada fôrma”. Ela é a condição do discurso, a interpretação dos pensamentos, e objetiva prover o discurso de força, vitalidade e beleza. (Cf. FREIRE, 1869, p. 37,38)

De acordo com o autor, a eloquência se ordena em deleitar (poeta), convencer (filósofo) e persuadir (orador) (FREIRE, 1869, p. 6). Freire (1869, p. 12) define a retórica, além de caracterizar e analisar as quatro partes do discurso: proêmio ou exórdio (início do discurso), proposição ou narração (pensamento que expõe a matéria), prova ou confirmação (pensamento que constata ou contesta uma ação); e peroração ou epílogo (conclusão). Para Freire (1869, p. 5), a Retórica, assim como a Poética, é uma arte. O autor define que “ella está para a eloquencia como a grammatica para a linguagem: – é a autopsia do corpo da eloquencia – é a analyse das moleculas de um pensamento; – é a mecânica do discurso”.

Para Freire (1869, p. 70), a metáfora ou translação, consiste na “substituição da idéa propria, que o signo contém, por outra idéa relativa, que o signo não continha propriamente”. Para ele, a metáfora é um tropo que nasce por semelhança. O autor a divide em quatro modos: substituição de animado por animado; substituição de inanimado por inanimado; substituição de inanimado por animado e, por fim, substituição de animado por inanimado. As metáfora contínuas são chamadas de alegorias. As alegorias são divididas em duas: total e mista. Freire explica que as metáforas mistas ocorrem quando as expressões são em parte próprias e em parte metafóricas. As totais dão-se quando todas as expressões são metafóricas.

Essas obras, eram, como tantas outras do período, produzidas por professores e destinadas à docência. Esses professores pertenciam, em sua maioria, ao clero. Eles faziam parte dos grupos intelectuais próximos ao poder do Estado, não só porque atuavam onde o saber era produzido como porque, ao produzir suas obras,

deviam seguir os programas estabelecidos pelo detentor do poder, o Estado. (Cf. LAJOLO e ZILBERMAN, 1998)

Melo (2015, p. 126) afirma que “os compêndios oitocentistas eram cópias, compilações e adaptações de outros manuais didáticos. A renúncia à originalidade foi uma costumeira prática validada pelo circuito escolar”. Para Martins (2003, apud MELO, 2015, p. 126) “a categoria de imitador é externa à retórica, que aconselhava a imitação e a emulação como artifícios válidos. O que direcionava esses autores era menos o desejo de elaborar uma teoria própria e original do que o intuito de compilar e divulgar conceitos consagrados pela tradição”. Essa prática buscava dar autoridade, baseada no conceito de imitação e divulgação das obras consideradas canônicas e clássicas. (Cf. CASTRO, 1982).

FIGURA 1 – Página com observação das obras utilizadas na obra *Retórica e Poética* (1879)

OBSERVAÇÃO.



A presente synopse foi extrahida da Rhetorica de Quintiliano ; da Eloquencia Nacional do padre Miguel; do S. L. Gama; da Rhetorica de Le Clerc traduzida pelo Dr. Francisco de P. Menezes ; da Rhetorica do Sr. A. C. Borges de Figueiredo e do compendio do padre F. F. de Carvalho, cuja doutrina, ordem e estylo abraçámos, posto que fazendo algumas alterações.

Tais obras, de modo geral, tinham seus conteúdos divididos em duas partes: retórica e poética, já que se pressupunha serem conhecimentos não somente integrados, mas que se complementavam. A primeira parte trazia o estudo da retórica com as técnicas de eloquência e as etapas de construção do discurso (a invenção, a disposição, a elocução, entre outras). A segunda, por sua vez, apresentava o estudo da poética, que compreendia os estudos dos conceitos de poesia, as regras de versificação, as definições dos vários gêneros, além de alguns ensinamentos de crítica literária. (Cf. MELO, 2015, p. 127)

A compilação, ou mesmo a simples cópia de ideias presente entre as obras, fazia com que os compêndios apresentassem definições muito similares entre si. Nesse sentido, destaca-se que a obra de FREIRE (1869) que vai um pouco além da definição de retórica com foco quase exclusivo na literatura e nos estudos dos gêneros literários. O autor se diferencia de Honorato (1979) por expandir sua proposta de estudos retóricos para além da poética. Ele foi um dos entusiastas do movimento romântico, apesar de sua obra ser permeada pela retórica clássica. Nesse sentido, Junqueira Freire defende o uso da imaginação poética no lugar da retórica tradicional uma vez que o

romantismo legítimo não posterga as normas do bom gosto: só não curva-se à prepotência de alguns preceitos arbitrários: só não obedece a imposições despóticas, ainda que venham de Aristóteles. Não segue as regras de Quintiliano, porque são de Quintiliano, segue-as, enquanto harmonizam-se com a razão. (FREIRE, 1869, p. 74)

Junqueira Freire, dessa forma, procurava mesclar o antigo e o moderno. Já que, para ele, as normas existem pela razão poética e não pela tradição. Com efeito, esses manuais, produzidos no século XIX, fundamentaram-se em outros autores renomados, mas todos eles partem da perspectiva tradicional da retórica aristotélica.

3.4 Tratado da argumentação: a nova retórica de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca

No século XX, a retórica volta a ganhar destaque, a partir do reconhecimento da sua “contribuição para os aspectos da linguagem em geral” (MENDES, 2010, p. 126). Para essa autora, “a entrada da Pragmática, em que o argumento é visto como algo de destaque nas pesquisas sobre a linguagem, a Retórica ressurgiu novamente direcionada ao discurso argumentativo. O filósofo polonês Perelman, radicado na Bélgica, contribuiu com o resgate da retórica ao discordar da visão positivista. O autor foca seus estudos na lógica voltada para os valores, no que ele chama de racionalidade ética. Durante suas pesquisas, Perelman percebe que não existe uma lógica de valores, pois em todos os campos em que existe um conflito de pensamentos, as técnicas argumentativas são aplicadas. Assim, a retórica e a dialética são utilizadas para como uma via para o estabelecimento de um acordo.

Ele, na busca de uma teoria da argumentação, procura resgatar a retórica aristotélica. Ele chama essa teoria de *Nova Retórica*. Ele a amplia para todos os tipos de discursos e auditórios. Nesse sentido, ele afirma que “a teoria da argumentação concebida como uma nova retórica cobre todo o campo do discurso que visa convencer ou persuadir, seja qual for o auditório¹⁵ a que se dirige e a matéria a que se refere” (PERELMAN, 1993, p. 24).

Esse autor (2005, p. 5) afirma ainda que “seu objeto é o estudo das técnicas discursivas que visam a provocar ou a aumentar a adesão das mentes às teses apresentadas a seu assentimento”. Destaca que a retórica objetiva persuadir a partir do discurso; dedica-se à demonstração entre lógica formal e a retórica e à relação entre elas; atesta que a adesão a uma tese pode ser variável quanto à intensidade; distingue-se da lógica formal e das ciências positivas já que ela atua mais no campo da adesão do que da verdade. Para ele, enquanto as verdades são impessoais, a

¹⁵Por auditório entende-se o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação (PERELMAN e TYTECA, 2005, p. 22).

adesão integra um ou mais espíritos aos quais se dirige o argumento. (Cf. PERELMAN, 2000, p. 143)

A argumentação objetiva a obtenção da adesão do público a quem os oradores se dirigem. Perelman denomina esse público de auditório e o divide em três tipos: o universal que é formado pela humanidade inteira, ou “humanidade inteira, ou pelo menos por todos os homens adultos e normais”; o dirigido para o interlocutor do diálogo (dialógico) que é formado, no diálogo, unicamente pelo interlocutor a quem se dirige; e o constituído pela própria pessoa quando delibera consigo mesma (constituído pelo próprio sujeito) que é “quando ele delibera ou figura as razões de seus atos”. (PERELMAN e TYTECA, 2005, p.33) Para Perelman, a noção de auditório é central na retórica. Nesse sentido, o discurso, para ser eficaz, deve se adaptar ao auditório que se quer persuadir ou convencer. O auditório varia de acordo com suas competências, crenças, emoções ou pontos de vista e, por isso mesmo, deve-se cuidar da adaptação do discurso em função do auditório.

Dessa forma, conhecer o auditório possibilita um número maior de acordos prévios, que gera uma argumentação mais fundamentada e, por consequência, concorre para o seu sucesso. A argumentação não objetiva a adesão a uma tese somente por ela ser verdadeira. A escolha depende da situação de discurso, sempre visando à adaptação da argumentação ao auditório. A argumentação opera na interação entre o orador e o auditório. Assim, a linguagem é um instrumento de ação para persuadir o auditório. Toda argumentação é construída e desenvolvida em torno e em função do auditório que se pretende persuadir.

Na busca da adaptação da argumentação ao auditório, Perelman trata das figuras. As figuras são, para ele, divididas em três: escolha, presença e comunhão. O autor ressalta que esses termos sugeridos “não designam gêneros dos quais certas figuras tradicionais seriam as espécies. Significam somente que o efeito, ou um dos efeitos, é gerado pela figura em questão.

Nesse sentido, observa a importância dos estudos das figuras de retórica e destaca a metáfora como uma ferramenta essencial na construção de enunciados,

pois leva em conta as modificações realizadas pelos indivíduos no ambiente social. Para que elas não sejam vistas apenas como figuras de estilo ou meros ornamentos, mas sim como figuras de retórica, devem ser argumentativas e integradas numa retórica como a arte de persuadir e convencer. (Cf. PERELMAN e TYTECA, 1997, p. 19)

Para PERELMAN e TYTECA (1997, p. 19), é considerada uma figura argumentativa

se, acarretando uma mudança de perspectiva, seu emprego parecer normal em relação à nova situação sugerida. Se, em contrapartida, o discurso não acarretar a adesão do ouvinte a essa forma argumentativa, a figura será percebida como ornamento, como figura de estilo. Ela poderá suscitar a admiração, mas no plano estético, ou como testemunho da originalidade do orador.

A metáfora é um instrumento relevante na construção da argumentação. Toda a argumentação pressupõe escolha a prévia de fatos e valores. Nesta pesquisa, tratamos da metáfora como um recurso argumentativo que se estrutura no nosso sistema social, físico e cultural e está presente em todo o nosso sistema conceitual. Dessa forma, ela define a forma como determinada sociedade percebe o mundo em sua volta. Essa definição é conceituada pela escolha de termos que dizem respeito a como essa sociedade se estrutura. Assim, nos itens que se seguem, tratamos da metáfora na sua visão tradicional, dentro de uma gramática contemporânea ao nosso objeto de estudo e a metáfora conceptual, que será utilizada em nossa análise.

3.5 Metáfora e argumentação

Com a argumentação, busca-se convencer e persuadir. Argumentar é, portanto, recorrer à razão e à emoção. É valer-se da língua para mover o outro para a sua tese. Na consecução desses objetivos, fazem-se basilares: o ethos (caráter do

orador), o pathos (disposições do ouvinte, acessa as emoções e as crenças profundamente arraigadas do público para atraí-las ao assunto) e o logos (o discurso, usa lógica, raciocínio, evidência e fatos para apoiar um argumento).

A metáfora, sendo ao mesmo tempo um expediente de raciocínio e um meio capaz de influir na sensibilidade, pode ser usada para agir sobre o pathos, objetivando a adesão a uma tese, pelo auditório. Para tal, imagens e sensações, por meio da analogia, são rememoradas. Por conseguinte, compartilhadas pelos interlocutores visando à construção de sentidos.

Nessa perspectiva, o uso da metáfora como ferramenta cognitiva, neste trabalho, auxilia na análise do recorte escolhido e contribui para a verificação de como a sociedade brasileira oitocentista percebe o papel da mulher. Além dela, a retórica serve de base para traçar o percurso argumentativo, por meio dos argumentos utilizados por Dona Francisca Senhorinha da Motta Diniz em seus editoriais ao abordar a situação feminina no Brasil do século XIX.

3.5.1 A metáfora na visão tradicional

A metáfora é considerada, numa visão tradicional, como uma figura de linguagem, um recurso argumentativo e estilístico que tem por finalidade o embelezamento de textos e discursos. Antes mesmo de Aristóteles, Sócrates e Platão já trataram do conceito de metáfora. Para Sócrates, a metáfora é parte integrante da Retórica e uma ferramenta útil para se ganhar discussões, convencer e raciocinar (Cf. FERNÁNDEZ, 1996, p.48).

Na Grécia clássica, a metáfora era considerada um relevante método de argumentação, mas era vista com ressalvas por se acreditar que ela poderia ser usada em prejuízo da sabedoria. Aristóteles, ao tratar da visão clássica da metáfora, em seus escritos sobre a arte da Retórica, apresenta a metáfora como um desvio da linguagem literal. Assim, ela está baseada nas similitudes entre coisas que, à primeira vista, não se parecem.

Alexandre Júnior (2005, p.47) ressalta que Aristóteles define, em sua obra *Retórica*, que a metáfora é “a transferência do nome de uma coisa para outra, ou do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero, ou de uma espécie para outra, ou por analogia”. Assim, de acordo com o filósofo, a metáfora é um elemento eficaz seja na prosa, seja na poesia. Para ele, caso haja a necessidade de

enaltecer o assunto, usa uma metáfora retirada das de maior valor dentro do mesmo gênero. Quero dizer, por exemplo, afirmar-se que uma pessoa que mendiga “suplica” e uma que suplica “mendiga”, porque são coisas contrárias dentro do mesmo gênero, visto que ambas são formas de “pedir”, perfaz o que foi dito. (...) Do mesmo modo, aqueles que chamamos “aduladores de Dionísio” denominam-se a si próprios “artistas” (...); agora, até os salteadores se chamam a si próprios “homens de negócios”, e por isso é que é lícito dizer que aquele que praticou um delito cometeu um erro e que aquele que cometeu um erro praticou um delito, e daquele que roubou afirmar quer que “tomou”, quer que “arranjou” (Aristóteles, 2005, p. 247).

Almeida Júnior (2009, p. 91), por sua vez, explica que a metáfora é, um expediente da *léxis*. Para ele, a Retórica, “é o procedimento de uma *léxis* especial: procura promover impacto no discurso. É uma “transgressão”, porém, uma transgressão “calculada”. Não é uma violação absurda, pois se fosse, não produziria o sentido desejado”. Ela busca semelhanças que rendam significados, a metáfora implica na ideia de transporte. A palavra carrega um significado diferente do original, por meio de semelhança a ser aplicada no contexto de fala ou de escrita do que se quer comunicar. Para Aristóteles, a metáfora é um dos principais elementos que contribuem para a elegância do discurso retórico.

É relevante ressaltar que Aristóteles define a metáfora em seus dois tratados a respeito do discurso: *Arte Poética* e a *Arte Retórica*. Alexandre Júnior (2005, p. 33) acrescenta que a Retórica Aristotélica “ocupa-se da arte da comunicação, do discurso feito em público com fins persuasivos”. Já a “Poética ocupa-se da arte da evocação imaginária, do discurso feito com fins essencialmente poéticos e literários”. Assim, o que define a “retórica aristotélica é precisamente oposição entre essas duas τέχναι¹⁶

¹⁶Artes.

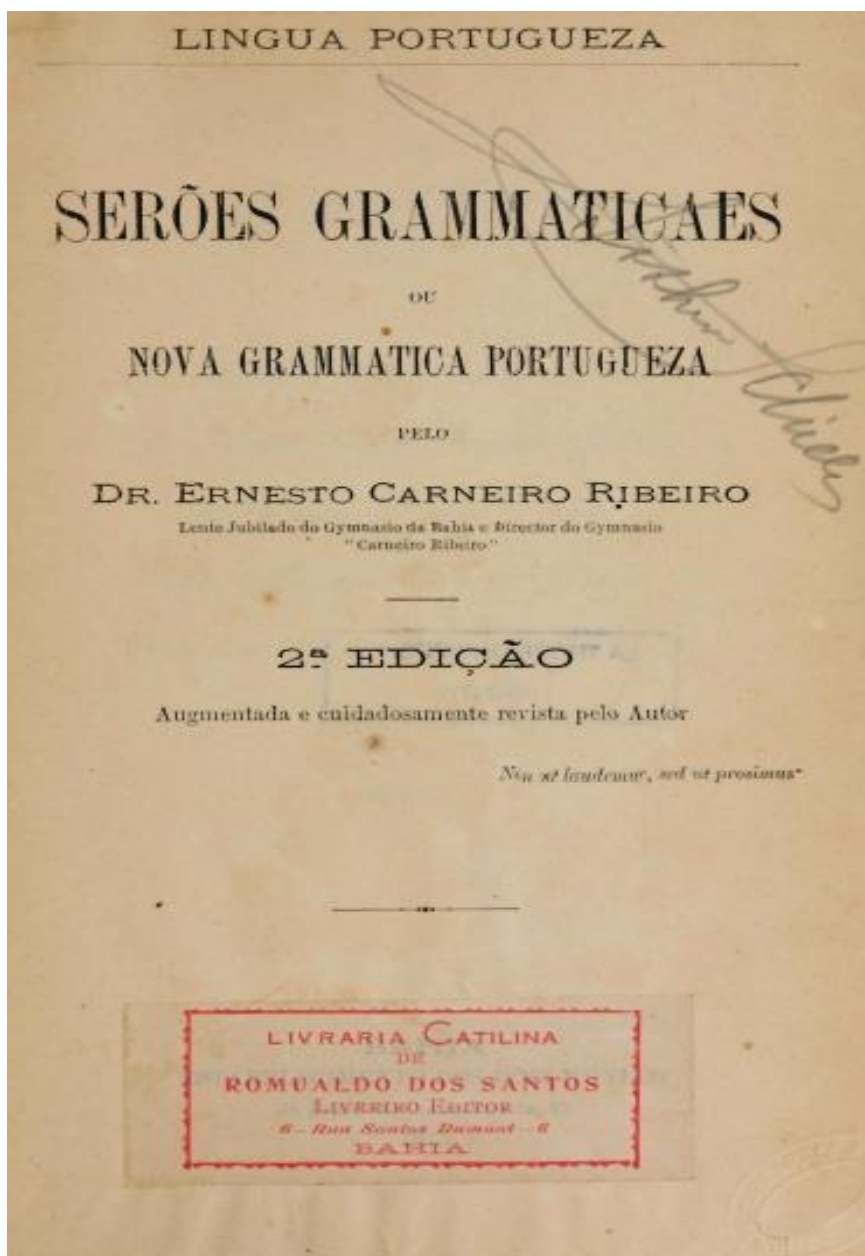
autônomas, entre estes dois sistemas tão claramente demarcados, um retórico e outro poético” (ALEXANDRE JÚNIOR, 2005, p.33).

Em sua obra *A arte retórica*, Aristóteles trata apenas da metáfora como analogia. Para ele, a metáfora é a transferência de um nome de uma coisa para outra. O autor “parece mesmo sugerir que o movimento metafórico do conhecido para o desconhecido por meio de uma semelhança entre os dois é a estrutura que subjaz a todo o raciocínio humano”. (ALEXANDRE JÚNIOR, 2005, p.47,48).

3.6 Serões *Grammaticaes* de Ernesto Carneiro Ribeiro

No sentido de proceder à análise, com base em Koerner, no princípio de imanência, com um referencial teórico contemporâneo do material em estudo, escolhemos a gramática *Seroes Gammaticaes* de Ernesto Carneiro Ribeiro. Nela, verificamos como o autor descreve e explica a metáfora, aplicada à fala e ao texto.

FIGURA 2 – Folha de rosto da 2ª edição da obra Serões Grammaticaes



Nascido na cidade de Itaparica – BA, em 12 de setembro de 1839, filho de José Carneiro Ribeiro e Claudeana Ramos, Ernesto Carneiro Ribeiro, médico reconhecido pelas pesquisas feitas na área de biomedicina, recebeu o título de Barão de Vila Nova. Além de médico, Ernesto Carneiro Ribeiro foi “professor, educador, escritor, orador e filólogo” (SANTANA, 2017, p. 324) e responsável pela gramática *Serões Grammaticaes*¹⁷, que, “diferente das gramáticas então existentes, expôs e

¹⁷Primeira edição lançada em 1890. Neste trabalho, utilizamos a segunda edição, de 1915.

defendeu a normatização de peculiaridades da língua oficialmente falada no país”. (PALMARES, s/d)

Danilo Carneiro Ribeiro (1939, p. 70) destaca que o foco de Ernesto Carneiro Ribeiro é a educação. Assim, sua

ação é na escola. Não fica contemplativo. Age enérgicamente. Em sentido mais amplo, o ideal estende-se à pátria, mas sómente pela disciplina moral e intelectual das gerações atingirá a essa finalidade. Espera por meio de ação bem orientada, soerguer as energias novas, incutir idéas salutareas, plasmar individualidades que saibam se nortear para o bem da nação, dirigindo e controlando em seu laboratório, os primeiros passos dos futuros homens (RIBEIRO, 1939, p. 70).

Serões Grammaticaes destaca-se por ser uma das primeiras gramáticas escritas por um brasileiro no século XIX. Nesse sentido, Ribeiro (1915 [1890], p. 2) observa que, por “meio da linguagem oral ou escripta, é que os homens comunicam entre si”. Na introdução de sua gramática, ele (1915 [1890], p. 4) explica que “a Grammatica Portugueza é a disciplina ou arte de ler, fallar e escrever correctamente a língua portuguesa. Seu objetivo é o estudo methodico dos fatos da linguagem e das leis que estes factos obedecem, no que respeita à nossa língua”.

Ernesto Carneiro Ribeiro divide sua obra em quatro partes: “Phonologia ou Phonetica, Orthographia, Lexicologia e Syntaxe ou Phraseologia” (RIBEIRO, 1915 [1890], p. 5). Numa gramática, para ele, deve-se estudar

sons constitutivos das palavras, suas modificações e transformações e o modo de represental-os; os elementos que entram no quadro do pensamento ou no discurso e as formas diversas que esses elementos revestem; as variadas combinações, o concerto e as relações desses mesmos elementos para tecer o discurso. (RIBEIRO, 1915 [1890], p. 5)

Nesta pesquisa, escolhemos, como uma das categorias de análise, a metáfora, como recurso argumentativo. Na obra *Serões Grammaticaes*, Ernesto Carneiro Ribeiro trata da metáfora no capítulo de Lexicologia, item II “Das figuras pelas quaes uma palavra assume sentido que não tinha”. Ele explica que os gramáticos “classificam, sob nomes diferentes as diversas especies de *figuras de palavras* ou *tropos* pelos quaes se transforma a significação das palavras”. (RIBEIRO, 1915 [1890], p. 249)

A gramática de Ernesto Carneiro Ribeiro apresenta uma visão tradicional da metáfora. Ela se origina na visão aristotélica de figuras de linguagem. Nela, a metáfora constitui um recurso retórico, estilístico, ou ainda, uma simples questão de linguagem. Para esse autor, a metáfora é um tropo frequente no uso e que não somente auxilia no embelezamento dos textos, como acrescenta variedade ao discurso, ou seja, permite ao usuário a diversificação das palavras utilizadas no texto e na fala. Para ele, tropos são figuras de palavras que assumem sentido que não tinham. Eles são recursos de estilo, por conferirem à linguagem novos valores expressivos. (Cf. RIBEIRO, 1915 [1890], p. 249-251)

Para Zanotto (1996), na teoria aristotélica, a metáfora é considerada um simples ornamento. Marques (1956) assevera que a metáfora é o “mais complexo e plástico dos tropos”, uma definição muito próxima à dada por Carneiro Ribeiro que a considerava um recurso estilístico de embelezamento do texto. Para Carneiro Ribeiro (1915 [1890], p. 251), a metáfora serve para “engraçar e aformosear o estylo dos grandes escriptores” e do homem, seja da cidade, seja do campo. O autor que a metáfora por ser mais natural e por isso mais frequente, é o “mais bello, mais rico e mais brilhante” dos tropos. (RIBEIRO, 1915 [1890], p. 249)

A partir da segunda metade do século XX, mais incisivamente nas décadas de 1970 e 1980, estudos de cunho cognitivista questionaram a concepção da metáfora como era apresentada até então. Assim, novos estudos passaram a perceber que ela poderia ser expandida e formularam a teoria da metáfora vista como um processo conceptual. Nessa nova concepção, Zanotto (1996) acrescenta que a metáfora é um processo cognitivo nas mudanças conceituais. Dessa forma, a metáfora deixa de ser vista como uma figura de linguagem e passa a ser considerada presente não somente

na linguagem da vida cotidiana, mas também no pensamento e na ação. Como explicitamos no item a seguir.

3.6 Metáforas da Vida Cotidiana de George Lakoff e Mark Johnson

A partir da década de 1970, com o questionamento da postura objetivista¹⁸ nas pesquisas,

por meio de estudos na área da Filosofia, da Linguística, e da Psicologia Cognitiva, já não se considera mais possível existir uma linguagem objetiva que possa representar fielmente a realidade. Assim, a linguagem passou a ser vista não somente como uma simples representação, mas também como uma construção da realidade. Dessa forma, o pensamento de que a linguagem literal e a linguagem metafórica são opostas perde o sentido. (OLIVEIRA, 2015, p. 34)

Em seu livro *Metáforas da Vida Cotidiana*, Lakoff e Johnson (2002), lançado originalmente em 1980 com o título *Metaphors We Live By*, questionam a visão da metáfora como um ornamento linguístico, sem nenhum valor cognitivo. Para eles, a metáfora é concebida como uma ferramenta cognitiva. Os autores explicam que as metáforas constroem o cotidiano. De acordo com Oliveira (2015, p.36), “eles postulam que as metáforas convencionais possibilitam aos indivíduos organizar certos conceitos por meio da analogia e da transferência de características de um domínio mais estabilizado pela experiência para um domínio menos estável”. Existem, então,

¹⁸ Nesse trabalho utilizamos o conceito de objetivismo postulado por Lakoff e Johnson que o consideram um termo genérico que abrangem *todas as correntes da filosofia ocidental que assumem ser possível o acesso a verdades absolutas e incondicionais sobre o mundo objetivo e que entendem a linguagem como mero espelho da realidade objetiva*. (Lakoff e Johnson, 2002, p.11)

metáforas que operam no nível conceptual¹⁹ e que funcionam como base para a compreensão de conceitos complexos e abstratos.

Em trabalhos publicados por Lakoff em 1983²⁰ e em 1993, o conceito apresentado em 1980, sofre transformações. Lakoff, passa a utilizar o termo *metáfora conceptual*, no lugar de *conceito metafórico*. Ele explica que essa mudança decorre da percepção de a metáfora ser, para ele, um fenômeno que envolve tanto os mapeamentos conceptuais quanto as expressões linguísticas individuais. (LAKOFF, 1993, p.209)

Canolla (2001, p. 68) acrescenta que, para eles, “o conceito é metaforicamente estruturado, a atividade é metaforicamente estruturada e, conseqüentemente, a linguagem é metaforicamente estruturada”. Assim, as metáforas surgem a partir de nossas experiências concretas e permitem-nos construir conceitos abstratos e elaborados.

A partir dessa concepção, as metáforas estão presentes em todo o nosso sistema conceitual. Muitos conceitos são tão abstratos que necessitamos de algo concreto para defini-los. Surge, então, a necessidade da utilização das definições metafóricas. Nesse sentido, os autores estabelecem que

os conceitos individuais não são definidos de uma forma isolada, mas, ao contrário, eles são definidos em termos de seus papéis nos tipos naturais de experiências. Os conceitos não são definidos exclusivamente em termos de propriedades inerentes; ao invés disso, eles são definidos basicamente em termos de propriedades interacionais. (...) Em lugar de serem rigidamente definidos, os conceitos são instrumentos sistemáticos para definir melhor um conceito e para modificar seu âmbito de aplicabilidade. (LAKOFF E JOHNSON, 2002, p.217-218)

¹⁹ O termo “conceptual” utilizado nesse trabalho está de acordo com a nomenclatura utilizada no livro *Metaphors We Live By* (Metáforas da Vida Cotidiana) de Lakoff e Johnson (2002).

²⁰ Neste trabalho utilizamos a versão traduzida por Rodolfo Ilari e Eric M. Sabinson e publicada em 1985.

Por meio de uma teia de analogias e de correspondências, que organizam conceitos mais complexos, a metáfora passa a ser percebida como um fenômeno conceptual e a apresentar um valor cognitivo. Os autores apresentam, dentro dessa perspectiva, três tipos de conceitos metafóricos: estrutural, orientacional e ontológico. Para eles, as metáforas estruturais definem a nossa forma de representar a realidade. Elas permitem-nos fazer mais do que simplesmente orientarmos conceitos, referirmo-nos a eles, quantificá-los etc.

Diante disso, podemos estruturar uma concepção em termos de outra. Nós a utilizamos para pensar certos conceitos abstratos. A metáfora estrutural faz parte do sistema conceptual em que vivemos. O conceito: DISCUSSÃO É GUERRA, por exemplo, aparece em frases como: *O candidato destruiu os argumentos do opositor no debate.* Ou ainda: *O prefeito foi bombardeado por perguntas durante a coletiva.* (Cf. Lakoff e Johnson, 2002, p. 136)

As metáforas orientacionais são aquelas ligadas à orientação espacial: para cima - para baixo, dentro-fora, frente-trás, em cima de - fora de (on-off), fundo - raso, central - periférico. Elas são baseadas em conceitos físicos simples, surgem do fato de que temos um corpo e de que ele funciona obedecendo a nossa relação com o nosso ambiente físico e cultural. (Cf. Lakoff e Johnson, 2002, p. 59,60)

Oliveira (2015, p.38) explica que

os sentimentos e atitudes positivas são colocados em um patamar elevado, enquanto os sentimentos e atitudes negativos ficam num patamar inferior. Essas metáforas refletem o modo como percebemos o mundo a nossa volta. Essa percepção da nossa vida cotidiana, por meio de conceitos metafóricos que estão enraizados em nossa cultura, explicita a maneira como tratamos de assuntos emocionais, físicos ou mesmo econômicos.

Assim, elas são baseadas em conceitos físicos simples, surgem do fato de que temos um corpo e de que ele funciona obedecendo a nossa relação com o nosso ambiente físico e cultural. Conceitos como: FELIZ É PARA CIMA; TRISTE É PARA BAIXO pode ser exemplificados em frases como: *Não fique para baixo, levante a cabeça;* ou: *Hoje acordei de alto astral!* Esses conceitos fundamentam-se tomando por orientação a base física: “postura caída corresponde à tristeza e depressão, postura ereta corresponde a um estado emocional positivo”. Outros conceitos apresentados por Lakoff e Johnson (Cf. 2002, p.60-64) são:

CONSCIENTE É PARA CIMA; INCONSCIENTE É PARA BAIXO: Pela manhã, levantei-me correndo; A criança estava tão cansada que caiu no sono; Ele está sob o efeito da hipnose.

SAÚDE E VIDA SÃO PARA CIMA; DOENÇA E MORTE SÃO PARA BAIXO: Ele está no auge da sua forma física; Lázaro levantou-se dos mortos; A gripe o derrubou.

TER CONTROLE ou FORÇA É PARA CIMA; ESTAR SUJEITO A CONTROLE ou FORÇA É PARA BAIXO: A garota saiu por cima nessa situação; O ministro de governo faz parte do alto escalão; Os pobres fazem parte da base da pirâmide social.

MAIS É PARA CIMA; MENOS É PARA BAIXO: O número de livros publicados a cada ano continua subindo; Com a crise, a renda do brasileiro caiu pela metade; O número de erros que ele cometeu é incrivelmente baixo.

STATUS SUPERIOR É PARA CIMA; STATUS INFERIOR É PARA BAIXO: Ela trabalha dia e noite para alcançar o topo da carreira de cantora; Vindo de baixo, com humildade, ele alcançou a ascensão social. Por causa da crise, a família toda baixou de status.

BOM É PARA CIMA; MAU É PARA BAIXO: Chegamos ao topo no ano passado, mas desde então estamos em declínio; As coisas estão indo o tempo todo para baixo; Ele faz um trabalho de alta qualidade.

VIRTUDE É PARA CIMA; DEPRAVAÇÃO É PARA BAIXO: O papa é um homem de espírito elevado; Para vencer a competição, ele usou um truque baixo; Depois da separação, ele caiu na noite.

RACIONAL É PARA CIMA; EMOCIONAL É PARA BAIXO: A discussão desceu para o plano emocional, mas eu a fiz atingir de novo o nível da racionalidade; Nós pusemos de lado nossas emoções e tivemos uma discussão de alto nível intelectual sobre o assunto; Ele não conseguiu ficar acima das emoções.

Por fim, nas metáforas ontológicas, para Lakoff e Johnson (2002), os conceitos abstratos são transformados em entidades – coisas ou seres (animais ou pessoas). Aproveitamos as metáforas ontológicas para compreender os eventos, ações, atividades e estados. A personificação desempenha um papel importante nesse processo. Eles apresentam, por exemplo, para o conceito: INFLAÇÃO É UMA ENTIDADE, frases como: “A inflação está abaixando nosso padrão de vida; Se houver muito mais inflação, nós nunca sobreviveremos; Precisamos combater a inflação; A inflação está nos colocando em um beco sem saída; A inflação está fazendo estragos nos preços de mercadorias e de gasolina”. Para eles, o fato de a inflação ser vista como uma entidade possibilita-nos referir-nos a ela, “quantificá-la, identificar um aspecto particular dela, vê-la como uma causa, agir em relação a ela e, talvez, até mesmo, acreditar que nós a compreendemos”. (LAKOFF E JOHNSON, 2002, p. 75-78)

É relevante ressaltar que os autores (2002, p.79) observam que a maioria das metáforas ontológicas, assim como as orientacionais, não são nem reconhecidas como sendo metáfora, na maioria das vezes. Uma das razões é o fato de elas servirem a uma variedade limitada de objetivos como referir-se, quantificar etc. Entre as metáforas ontológicas, temos as *metáforas de recipientes*, que surgem do fato de percebermos o mundo exterior como algo fora de nós. Lakoff e Johnson (2002, p.81) afirmam que “cada um de nós é um recipiente com uma superfície demarcadora e uma orientação dentro-fora”. Oliveira (2015, p. 39) observa que outros “conceitos metafóricos ligados às *metáforas de recipiente* são aqueles que descrevem eventos, ações, atividades e estados”.

No caso dos eventos, eles partem do princípio de que uma corrida é vista como um OBJETO RECIPIENTE: *Você está na corrida no domingo?* A atividades, por sua vez, são percebidas como SUBSTÂNCIAS e, por conseguinte, como RECIPIENTES: *Fora lavar as janelas, o que mais você fez?* Enfim, muitos tipos de estados são considerados como RECIPIENTES: *Ele finalmente emergiu do estado catatônico em que se encontrava desde o fim da última semana.* (LAKOFF E JOHNSON, 2002, p. 83,84)

Nosso sistema conceptual, então, é baseado em nossas experiências de mundo, visto que as metáforas permeiam todo o nosso sistema conceptual. Muitos desses conceitos são tão abstratos que necessitamos de algo concreto para defini-los. Sentimos, então, a necessidade de utilizarmos as definições metafóricas. (LAKOFF E JOHNSON, 2002, p. 205-207)

Assim, Lakoff e Johnson (2002, p.218) sugerem que os conceitos que ocorrem em definições metafóricas são aqueles correspondentes aos tipos naturais de experiência, que proporcionam a forma certa de estrutura que nos permite lidar com aqueles tipos naturais de experiência que são menos concretas ou menos claramente definidas em seus próprios termos. Nesse sentido, eles consideram que “as metáforas e os delimitadores são instrumentos sistemáticos para definir melhor um conceito e para modificar seu âmbito de aplicabilidade. Portanto, os conceitos são criados a partir da nossa experiência e, por isso, não podem ser rigidamente definidos.

É relevante ressaltar que esses conceitos dependem não só da nossa experiência de mundo para serem criados, mas também de fatores sociais e culturais, além do ambiente físico e geográfico em que a sociedade está inserida. Lakoff (1985, p.59) observa que da

experiência física e cultural nascem naturalmente conceitos de todos os tipos. Por exemplo, a metáfora orientacional MAIS É PARA CIMA aparenta ser baseada na correlação observada entre juntar uma substância ou acrescentar objetos a um monte e ver subir o nível da substância ou do monte. Essas metáforas são boas candidatas a conceitos universais, já que tem uma base física tão forte. A maioria dos conceitos metafóricos, porém, são evidentemente dependentes de atividades e experiências relativas a determinadas culturas. Não é de esperar que se encontrem as mesmas metáforas para as idéias ou a mente em culturas fortemente distintas, e a mesma metáfora, (por exemplo, AS IDÉIAS SÃO MODAS) não tem o mesmo significado de cultura para cultura, já que MODAS poderia ser compreendido diferentemente.

Lakoff e Johnson (2002, p. 235) abordam a questão das metáforas novas e as diferenciam das metáforas “convencionais, que estruturam o sistema conceptual ordinário de nossa cultura, o qual se reflete em nossa linguagem do dia-a-dia”. Para os autores, as metáforas novas (imaginativas, criativas), dão uma nova compreensão da nossa experiência, já que elas podem “dar sentido novo ao nosso passado, às nossas atividades diárias, ao nosso saber e às nossas crenças”. Isso ocorre porque elas recriam nossas experiências e elas oferecem-nos uma nova compreensão dessas experiências. É relevante destacar que tanto as metáforas convencionais quanto as metáforas novas favorecem estruturas coerentes. As duas possuem implicações que podem incluir outras metáforas ou mesmo afirmações literais. (LAKOFF E JOHNSON: 2002, p. 235,236)

No sentido de esclarecer como ocorrem as similaridades, Steen (1994, p.14) afirma que “algumas metáforas criam similaridades em vez de formular metáforas pré-existentes”. Lakoff e Johnson (2002, p.250,252) explicam os meios pelos quais as metáforas criam similaridades:

1. As metáforas convencionais (orientacionais, ontológicas e estruturais) são freqüentemente baseadas em correlações que percebemos em nossa experiência.
2. As metáforas convencionais de tipo estrutural (por exemplo, IDÉIAS SÃO ALIMENTO) podem ser baseadas em similaridades que se originam de metáforas orientacionais e ontológicas.
3. As metáforas novas são principalmente estruturais. Elas podem criar similaridades do mesmo modo que as metáforas estruturais.
4. As metáforas novas, em virtude de suas implicações, selecionam um domínio de experiências, iluminando-as, atenuando-as, escondendo-as. A metáfora caracteriza uma similaridade entre um domínio inteiro das experiências iluminadas e alguns outros domínios de experiências.
5. As similaridades podem ser similaridades em relação a uma metáfora.

Desde a Antiguidade Clássica, a metáfora é considerada como uma figura de linguagem, um recurso estilístico que tem por finalidade o embelezamento de textos e discursos. A metáfora é parte integrante da Retórica e muito usada na construção de argumentos visando à adesão do auditório. A partir dos estudos de Lakoff e Johnson, a metáfora passa a ser estruturada como uma ferramenta cognitiva. Assim, neste trabalho, a metáfora é concebida como a forma como pensamos e percebemos o mundo e busca auxiliar na análise das argumentações de Dona Francisca Senhorinha da Motta Diniz. No próximo capítulo, apresentamos o conteúdo²¹ do jornal *O Sexo Feminino* em todas as suas fases e mudanças de nomes, além da análise dos editoriais do semanário.

21 Analisamos os exemplares disponíveis para consulta no setor de obras raras e na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

Capítulo IV

O semanário *O Sexo Feminino*: A luta de uma professora pela emancipação da mulher por meio da educação

“O Sexo Feminino aparece, hade lutar, e lutar até morrer: morrerá talvez, mas sua morte será gloriosa e a posteridade julgará o perseguidor e o perseguido”.

D. Francisca Senhorinha da Motta Diniz

4.1 Análise das publicações

Nos capítulos anteriores, apresentamos a HL, que fundamenta esta pesquisa e o primeiro princípio proposto por Koerner (1996): a contextualização histórica. Nesse caso, do século XIX. No presente capítulo, trabalhamos com o segundo princípio: a imanência, cujo objetivo é a análise do documento em si, a partir dos aspectos críticos, históricos e filológicos. Partindo desse princípio, propomos discutir os pontos selecionados assim como são tratados nas edições. Seguindo a proposta de Koerner (1996), estamos trabalhando com fontes primárias em sua primeira edição com vistas a expressar o clima de opinião da época.

Assim, neste capítulo, tratamos da análise de editoriais selecionados do jornal *O Sexo Feminino* dentre os disponíveis em suas três fases e nas oito edições disponíveis para consulta da sua versão após a proclamação da República, quando passa a se chamar *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. Com efeito, nosso *corpus* de análise constitui-se de nove fontes documentais primárias produzidas na segunda metade do século XIX.

Iniciamos apresentando a estrutura do jornal e de suas seções. Em um segundo momento, identificamos as colaboradoras e as propagandas. Após, analisamos os editoriais produzidos por Francisca Senhorinha da Motta Diniz.

4.2 A estrutura do jornal

O jornal *O Sexo Feminino* estrutura-se em 4 páginas. Na primeira fase do jornal, dos números 1 a 45 temos, na página inicial, no topo, as informações concernentes ao jornal como ano, cidade, data e número. Abaixo, temos o nome completo do jornal: *O Sexo Feminino – Semanário dedicado aos interesses da mulher*. Em seguida, do lado esquerdo, temos as informações sobre preço das assinaturas semestrais e anuais e a periodicidade do jornal. À direita temos a observação “Toda correspondência será dirigida á D. Francisca Senhorinha da Motta Diniz”. (DINIZ, 1873-1874, n. 1-45, p. 1)

No meio consta a frase: “É pelo intermédio de uma mulher que a natureza escreve no coração do homem”, de Aimé Martin – escritor francês. Ele influenciou “toda uma geração de escritoras do final do século XIX: Josefina Álvares de Azevedo, editora do jornal *A Família*”, publicou “em seu periódico vários fragmentos do livro *Educação das Mães de família*”. Essa frase do autor francês encontra-se em todas as edições do periódico publicado por Francisca. (SANTOS e RESENDE, 2009, p. 7)

FIGURA 3 – Cabeçalho da 1ª edição do Semanário O Sexo Feminino



Anno I. Cidade da Campanha, 7 de Setembro de 1873. Num. 1.

O SEXO FEMININO

SEMANARIO DEDICADO AOS INTERESSES DA MULHER.

Assignaturas.
Por anno. 8000
Por semestre 2500
Publica-se 1 vez por semana.

« E' pelo intermedio da mulher que a natureza escreve no coração do homem »
(AIME' MARTIN.)

Observação.
Toda correspondencia será dirigida á D. Francisca Senhorinha da Motta Diniz.

PROPRIETARIA E REDACTORA—D. FRANCISCA S. DA M. DINIZ.—COLLABORADORAS, DIVERSAS.

Stamp: BIBLIOTECA NACIONAL, 1873, SETEMBRO

Na segunda fase, números 1 a 22, já na Corte – Rio de Janeiro, o cabeçalho da publicação muda um pouco e temos, no topo, o nome completo do jornal: *O Sexo*

Feminino – *Semanário dedicado aos interesses da mulher*. Abaixo, dividido em três seções aparecem informações acerca das assinaturas. Do lado esquerdo, vemos os elementos referentes ao preço e periodicidade (anual, semestral, trimestral e mensal) para moradores da corte, além da informação para encaminhamento de correspondência. Na base do cabeçalho, inclui-se a informação “proprietaria e redactora – D. Francisca S. Da M. Diniz. – Collaboradoras, Diversas”, nos números 1, 32-45; e “principal redactora – D. Francisca S. Da M. Diniz. – Collaboradoras, Diversas”, nos números 2-31.

Do lado direito, temos as informações acerca da periodicidade (anual, semestral, trimestral) para assinaturas para moradores de outras províncias. Para eles, consta uma promoção caso assinem o semanário em conjunto com o jornal de modas *Saison* dos senhores Lombaerts e Filho, donos da tipografia que imprimiu a segunda fase do jornal.

No meio, além da citação de Aimé Martin, aparece outra frase “Se quereis que os homens sejam sábios e justos, ensinai o que é sabedoria e virtude²²”. Na base do cabeçalho, consta o ano, a cidade, a data e o número de publicação.

22 Durante nossas pesquisas não identificamos o autor desta frase.

FIGURA 4 – Cabeçalho da 2ª fase do Semanário O Sexo Feminino

O SEXO FEMININO

SEMANARIO DEDICADO AOS INTERESSES DA MULHER

<p>Assignatura para corte</p> <p>POR ANNO..... 10\$000 POR SEMESTRE..... 5\$000 POR TRIMESTRE..... 3\$000 POR MEZ..... 1\$000</p> <p>Toda correspondencia será dirigida a redactora D. Francisca Senhorinha da Motta Diniz.</p>	<p>E' pelo intermedio da mulher que a natureza escreve no coração do homem.</p> <p>AIMÉ MARTIN.</p> <p>—</p> <p>Se quereis que os homens sejam sábios e justos, ensina a mulher o que é sabedoria e virtude.</p>	<p>Assignatura para provincias</p> <p>POR ANNO..... 2\$000 POR SEMESTRE..... 0\$000 POR TRIMESTRE..... 3\$500</p> <p>As pessoas que assignarem conjuntamente o SEXO FEMININO e a SAISON, jornal de modas propriedade dos Srs. Lombaerts e Filho, obterão esta dupla assignatura por 20\$000 annuaes.</p>
--	--	---

Anno II Rio de Janeiro, 22 de Julho de 1875 N. 1

Em 2 de junho de 1889, o jornal entra na terceira fase e última fase com o nome *O Sexo Feminino*. Agora, com o subtítulo de *Semanário Litterario, Recreativo e Noticioso – Especialmente Dedicado aos Interesses da Mulher*. Nessa fase, volta a o nome de Francisca Senhorinha como “Redactora proprietaria”. Lemos também “suas filhas e diversas senhoras” como colaboradoras. Logo abaixo aparece o endereço da “Redacção: Rua do Lavradio n. 101”.

A publicação continua com a estrutura em três colunas: A da esquerda com informações sobre a assinatura para a corte, no centro com a frase de Aimé Martin e à direita com dados sobre a assinatura para as províncias. Notamos que foram retiradas as informações para o encaminhamento de correspondência – lado esquerdo e os dizeres, do lado direito, sobre o jornal de modas *Saison* dos senhores Lombaerts e Filho. A base do cabeçalho segue a estrutura da segunda fase com o ano, a cidade, a data e o número de publicação.

FIGURA 5 – Cabeçalho da 3ª fase do Semanário O Sexo Feminino

O SEXO FEMININO R

SEMANARIO LITTERARIO, RECREATIVO E NOTICIOSO
ESPECIALMENTE DEDICADO AOS INTERESSES DA MULHER
 Redactora e proprietaria—D. Francisca Senhorinha da Motta Diniz
 COLLABORADORAS — SUAS FILHAS E DIVERSAS SENHORAS
 Redacção — Rua do Lavradio n. 101

Assignatura para a corte Por anno..... 18\$000 Por semestre..... 9\$000 Por trimestre..... 6\$000 Por mez..... 3\$000	E' pelo intermedio da mulher que a natureza escreve no coração do homem. AIME' MARTIN.	Assignatura para as provincias Por anno..... 12\$000 Por semestre..... 6\$000 Por trimestre..... 3\$500
Anno III	Rio de Janeiro, 2 de Junho de 1839	N. 1

Por sua vez, no final de 1889, o jornal, nos números 12 a 23, entra em nova fase. Dos números 12 a 18, a publicação passa a se chamar *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino – Periódico Quinzenal, Litterario, Recreativo e Noticioso – Especialmente Dedicado aos Interesses da Mulher*. Mantendo a mesma estrutura da fase anterior, com algumas modificações: o número do endereço muda do n. 101 para o n. 24. Por causa da proclamação da República, ocorrem alterações em:

- ✓ De “Assignatura para corte” para “Assignaturas para a Capital Federal”;
- ✓ De “Assignatura para as provincias” para “Assignaturas para os Estados”;
- ✓ De “Rio de Janeiro” para “Capital Federal”.

FIGURA 6 – Cabeçalho da 3ª fase, com a mudança de nome do semanário para O Quinze de Novembro do Sexo Feminino

O QUINZE DE NOVEMBRO

DO SEXO FEMININO

PERIODICO QUINZENAL, LITTERARIO, RECREATIVO E NOTICIOSO
ESPECIALMENTE DEDICADO AOS INTERESSES DA MULHER

Redactora proprietaria, D. Francisca Senhorinha da Motta Diniz
 COLLABORADORAS, SUAS FILHAS E DIVERSAS SENHORAS
 REDACÇÃO: RUA DO LAVRADIO N. 24

ASSIGNATURAS PARA A CAPITAL FEDERAL Por anno..... 20\$000 Por trimestre... 3\$000 Por semestre... 5\$000 Por mez..... 1\$ 00	E' por intermedio da mulher que a natureza escreve no coração humano. AIME' MARTIN.	ASSIGNATURAS PARA OS ESTADOS Por anno..... 12\$000 Por semestre... 6\$000 Por trimestre..... 3\$000
Anno III	Capital Federal 16 de Julho de 1890	Num. 18

Dos números 19 a 23, a publicação passa a se chamar *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino – Revista Quinzenal, Litteraria, Recreativa, Noticiosa e Política – Especialmente Dedicada aos Interesses da Mulher*. A partir do número 20, a publicação passa a ser produzida na rua Senador Euzébio n. 78.

FIGURA 7 – Cabeçalho da 3ª fase, com a mudança de endereço da publicação

O QUINZE DE NOVEMBRO

DO SEXO FEMININO

REVISTA QUINZENAL, LITTERARIA, RECREATIVA, NOTICIOSA E POLITICA
Especialmente Dedicada aos Interesses da Mulher

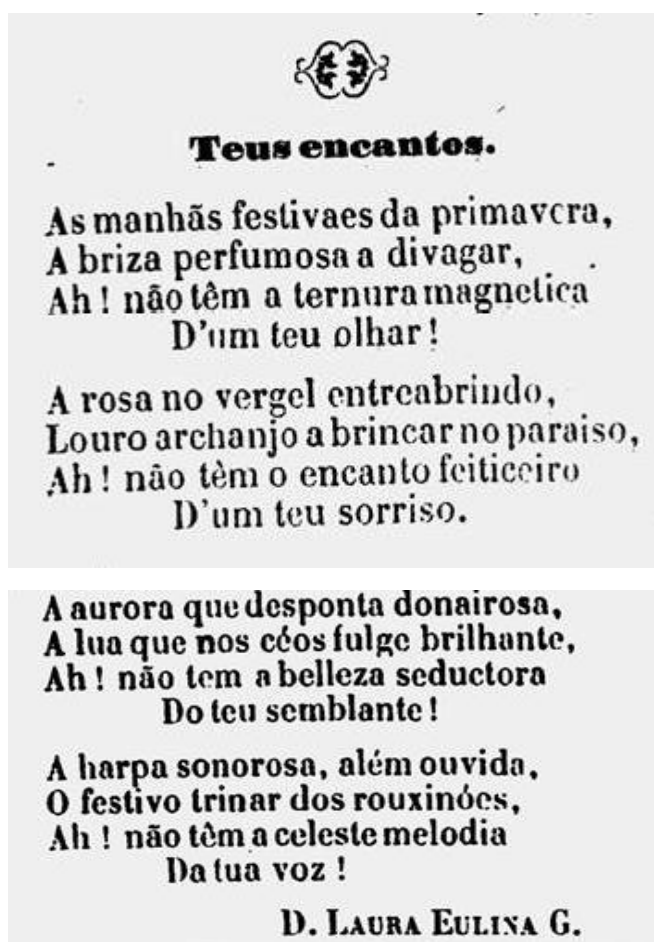
Redactora proprietaria, D. Francisca Senhorinha da Motta Diniz
 COLLABORADORAS SUAS FILHAS E DIVERSAS SENHORAS
 REDACÇÃO: RUA DO SENADOR EUZEBIO N. 78

ASSIGNATURAS PARA A CAPITAL FEDERAL Por anno..... 10\$000 Por trimestre... 3\$000 Por semestre... 5\$000 Por mez..... 1\$000	E' por intermedio da mulher que a natureza escreve no coração humano. AIME' MARTIN	ASSIGNATURAS PARA OS ESTADOS Por anno..... 12\$000 Por semestre... 6\$000 Por trimestre..... 3\$000
ANNO II	CAPITAL FEDERAL, 29 DE AGOSTO DE 1890	NUM. 20

Nas edições analisadas, Francisca Diniz é a responsável pela escritura do editorial. Neles, a redatora apresenta e defende suas ideias, manda recados, faz solicitações aos leitores, lança manifestos e comenta notícias sobre educação e o movimento feminista.

As publicações trazem, às vezes, dicas sobre dúvidas gramaticais como acentuação e ortografia. Nas seções: folhetim, literatura e poesia, textos de colaboradoras são apresentados como a poesia *Teus encantos*²³, de D. Laura Eulina G. – seção poesia.

FIGURA 8 – Poesia de D. Laura Eulina G.



23 Cf. exemplar de *O Sexo Feminino*. 11 out. 1873.

Mesmo com a solicitação da redatora para que as colaboradoras assinem seus textos, Francisca respeita a decisão de algumas escritoras ao manter as abreviações, asteriscos e pseudônimos em alguns textos. Como D***, escritora do romance moral *Mathilde e Eduardo* – seção folhetim.

FIGURA 9 – Romance *Mathilde e Eduardo* assinado por colaboradora sob a condição de anonimato

<p>FOLHETIM DO SEXO FEMININO</p> <p>MATHILDE E EDUARDO</p> <p>Romance moral</p> <p>POR D***</p> <p>(Continuação do n. 19).</p>	<p>Ab, ao menos será este juramento tao agradável pronun- ciado debaixo destas abobadas!... Sim, eu juro, Mathilde, não pertencer jámais senão a vós, disto tomo por teste- munha o Ser Supremo que nos ouve, e que lê em meu coração... Suspendei, clamou a tremula Mathilde, suspendei, Eduardo! receai de fazer um juramento temerario!...— E' por ser inviolavel, que o pronuncio com transport!...— E se vosso pai o repróva!...— Não tem direito para isso: póde elle oppór-se a uns vinculos que elle mesmo formou?... Mathilde, si é verdade que me amais, dignai-vos dar-me disso a prova a mais grata. Nesta igreja onde os nossos parentes prometteram conduzir-nos, perante este altar, onde eu devia receber a vossa fé; finalmente, sobre a veneranda sepultura da qua vos servie de mãe, e que vos ordenou de aceitar-me por esposo, promettei-me unir o vosso destino ao meu!... Ah! o que exigis de mim? disse Mathilde. Podemos nós dispor de nós mesmos?... Dizendo estas pa- lavras, quiz Mathilde retirar a sua mão, aquella mão tre- mula que Eduardo apertára nas suas... Mathilde, clamou Eduardo, -quereis abandonar-me! Formais o projecto de re- nunciar me? Receai a minha desesperação!... O tom com que pronunciou estas palavras fez Mathilde estremecer; e lançando sobre Eduardo um olhar languido e timido: Está bem, disse ella com voz debal, eu me obrigo pelos mesmos juramentos que acabais de fazer... Ditas estas palavras, Eduardo, agradeceu, nos termos os mais apaixonados, ao céu e á triste Mathilde, que sempre pal- lida, atonita e agitada de funestos presentimentos, com os olhos fitos no tumulo de sua tia, tomava parte nos sen- timentos de Eduardo, mas sem poder saborear a alegria que este experimentava.</p> <p style="text-align: right;">Continúa).</p>
--	--

A pesar das murmurações de Mr. Drumond, Eduardo deixou em continente a casa, e foi ter com Mathilde. Entrando na igreja, parou á porta para contemplar Mathilde só no meio do côro, e prostada sobre o tumulo de Laura. Este objecto interessante, a santidade do lugar, a vista desta igreja, onde, a não ser a morte de Laura, Eduardo teria recebido a fé de Mathilde, um espectáculo e lembranças tão ternas fizeram no coração de Eduardo, a mais profunda impressão. Chegou-se a Mathilde. Ao ruído que fez aproximando-se, esta levantou a cabeça, e lhe mostrou um rosto banhado em lagrimas. Eduardo chega-se, e cahe de joelhos no lado d'ella. Mathilde, admirada de vê-lo, e sobretudo pasmada da alteração que observou em suas feições, considera-o com pa-mo misturado de susto. Eduardo pega em uma das mãos de Mathilde, e apertando-a fortemente nas suas: Oh respeitavel Laura! disse elle, com voz abafada, ai de mim! se vivesseis, aqui eu teria recebido esta mão querida que me promettestes! Aqui um juramento sagrado teria unido para sempre a sorte de Mathilde á de Eduardo....

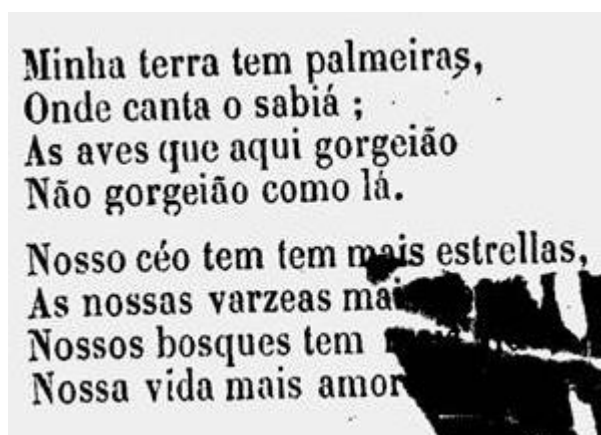
É na seção folhetim também que a filha de Francisca, Elisa Diniz Machado Coelho publica o romance original *A Diva Isabella*, a partir da primeira edição da terceira fase de *O Sexo Feminino*, em 2 de junho de 1889.

FIGURA 10 – Romance *A Diva Isabella*, escrito por Elisa Diniz Machado Coelho



Nas partes de literatura e poesia, temos também poesias completas e trechos de textos de autores clássicos e da época como Antonio Gonçalves Dias.²⁴

FIGURA 11 – Canção do Exílio, de Antonio Gonçalves Dias



24 Cf. exemplar de *O Sexo Feminino*. 18 out. 1873.

Em scismar sosinho á noute
Mais prazer encontro eu lá ;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o sabiá.

Não permitta Deos que eu morra
Sem que eu volte para lá ;
Sem que disfructe os primores
Que não encontro por cá ;
Sem que inda aviste as palmeiras
Onde canta o sabiá.

Antonio Gonçalves Dias.



A seção de variedades traz receitas, problemas, charadas, enigmas, adivinhas, piadas e contos curtos com valor moral. A parte de resolução, denominada *Decifração*, é publicada nas edições seguintes.

FIGURA 12 – Seção de variedades: Charadas

Charadas.

Sempre fui sou e serei
Adverbio de lugar 1
Sou forte ; e dentro em meu seio
Sei riquezas occultar 1

As duas ultimas syllabas
Si quizerem encontrar
Batão n'um vidro com o dedo
Que logo me hão de achar.

Conceito

Poeta, escriptor natavel
Sou no mundo conhecido ;
Pensem um pouco e com isto
Sou por todos bem sabido.

Decifração das charadas do n. 15: da
1ª é—VAGA LUME; da 2ª é—TICO-TICO;
da 3ª é—NOVENTA.

O jornal apresenta uma estrutura mais ou menos fixa, em que temos o editorial; informes sobre feriados, festas e novenas; as propagandas; a parte de literatura e a parte do folhetim que contam com poesias e contos clássicos, de artistas contemporâneos, da proprietária do semanário, de uma de suas filhas ou mesmo de colaboradoras, as quais, Francisca conclamava que não se escondessem sob pseudônimos e, por fim, o noticiário, seguido do aviso. No item a seguir, apresentamos a análise dos editoriais.

4.3 Análise dos editoriais

Na próxima seção, fixamo-nos na análise dos editoriais do periódico. Propomos analisar nove editoriais dentre os legíveis disponíveis para consulta, escritos integralmente por Dona Francisca Senhorinha da Motta Diniz e que tratem da emancipação feminina e da educação e da luta pelos direitos da mulher, sendo três de cada uma das três fases do jornal. Com base no princípio da imanência, apresentamos os escritos de Francisca Diniz que focam o início do movimento feminista a partir do clima de opinião da época. Pretendemos, assim, analisar a metáfora como um recurso argumentativo na construção do discurso de Dona Francisca Senhorinha da Motta Diniz nos editoriais do semanário *O Sexo Feminino*.

4.3.1 Anno 1. Cidade da Campanha, 7 de setembro de 1873. Num. 1. O Sexo Feminino. A educação da mulher

FIGURA 13 – O Sexo Feminino: A educação da mulher

O Sexo Feminino.

A educação da mulher.

Zombem muito embora os pessimistas do apparecimento de um novo orgão na imprensa—O *Sexo Feminino*; tapem os olhos os indifferentes para não verem a luz do progresso, que, qual pedra desprendida do rochedo alcantilado, rola violentamente sem poder ser impedida em seu curso; rião os curiosos seu riso sardonico de reprovação á idéa que ora surge brilhante no horizonte da cidade da Campanha; agourem bem ou mal o nascimento, vida e morte do *Sexo Feminino*; persigão os retrogradados com seus diterios de chufa e mofa nossas conterrancas, chamando-as de *utopistas*: O *Sexo Feminino* apparece, hade lutar, e lutar até morrer: morrerá talvez, mas sua morte será gloriosa e a posteridade julgará o perseguidor e o perseguido.

O seculo XIX, seculo das luzes, não se findará sem que os homens se convenção de que mais de metade dos males que os opprimem é devida ao descuido, que elles tem tido da educação das mulheres. e ao falso supposto de pensarem que a mulher não passa de *um traste de casa*, grosseiro e brusco gracejo que infelizmente alguns individuos menos de-

licados ousão atirar a face da mulher, e o que é mais as vezes, em plena sociedade familiar!!!

Em vez de paes de familia mandarem ensinar suas filhas a coser, engomar, lavar, cosinhar, varrer a casa etc., etc., mandem-lhes ensinar a ler, escrever, contar, grammatica da lingua nacional *perfeitamente*, e depois, *economia e medicina domestica*, a *puericultura*, a *litteratura* (ao menos a nacional e portugueza), a *philosophia*, a *historia*, a *geographia*, a *physica*, a *chimica*, a *historia natural*, para coroar esses estudos a *instrução moral e religiosa*; que *estas meninas assim educadas* não dirão quando moças estas tristes palavras:

« Si meu pai, minha mãe, meu irmão, meu marido morrerem o que será de mim!!! »

Não sirva de cuidado aos paes que suas filhas, assim educadas e instruidas, não saibão coser, lavar, engomar, cortar uma camisa, etc. etc.

A riqueza intellectual produzirá o dinheiro, e com este se satisfarão as necessidades.

O dinheiro, Deos o dá e o diabo póde tirar; mas a sabedoria que Deos dá—o diabo não a roubará.

~~~~~

No editorial da primeira edição, de 07 de setembro de 1873, no dia da independência do Brasil, Francisca Diniz lança um texto sobre a educação da mulher. Ela, no entanto, inicia chamando a atenção para a criação de seu jornal. Conclama os pessimistas a apreciarem o surgimento de um novo órgão de imprensa. Uma publicação dirigida por e para mulheres. Chama de retrógrados os que consideram sua empreitada uma utopia. Encerra o primeiro parágrafo com uma frase que resume o que foi o seu jornal e a luta para mantê-lo em circulação. Acaba com uma previsão sobre o futuro do seu trabalho: “O Sexo Feminino aparece, hade lutar, e lutar até morrer: morrerá talvez, mas sua morte será gloriosa e a posteridade julgará o perseguidor e o perseguido”. (DINIZ, 1873, n.1, p.1)

O ethos da autora é construído a partir da apresentação de suas credenciais no cabeçalho do semanário. Nele, ela apresenta-se ao seu público como “proprietária e redactora” do *Semanário O Sexo Feminino – Dedicado ao interesses da mulher*. Nesse primeiro editorial, ela coloca-se como uma mulher que questiona e luta pelos direitos femininos. Francisca, dessa forma, destaca, neste primeiro editorial, o que viria a ser a tônica principal de sua luta feminista: a educação feminina.

No segundo parágrafo, ela chama o século XIX de “século das luzes” e afirma que ele não acabaria sem que os homens percebessem que grande parte dos “males que os oprimem é devida ao descuido, que elles tem tido da educação das mulheres, e ao falso supposto de pensarem que a mulher não passa de *um traste de casa*”. O termo *traste de casa* é, aliás, fonte de reprovação por parte da redatora, que se refere a quem usa essa expressão de “individuos menos delicados”. De acordo com FERREIRA (2000, p. 684), “traste é um móvel caseiro”; “móvel ou utensílio velho e sem valor”; “pessoa de mau carácter ou inútil”. Tal termo equivale ao conceito metafórico MULHER É OBJETO, relegando a mulher a um mero pertence da casa e, por consequência, propriedade do homem. É relevante ressaltar que, ao tratar a mulher como objeto, ela é desumanizada e, assim, passível de quaisquer vontades por seu possuidor. (DINIZ, 1873, n.1, p.1)

Já no terceiro parágrafo, após apresentar ao público o seu jornal e mostrar que sabe que teria resistência por parte de alguns, mas que isso já era esperado por

ela, e lançar o argumento sobre a necessidade da educação da mulher, Francisca dirige-se aos “paes de familia”. O último parágrafo resume-se em trazer à reflexão o fato que é muito mais proveitoso aos pais ensinarem suas filhas “a ler, escrever, contar, grammatica da lingua nacional perfeitamente”, além de, “economia e medicina domestica, a puericultura, a litteratura (ao menos a nacional e portugueza), a philosophia, a historia, a geographia, a physica, a chimica, a historia natural, [...] a instrucção moral e religiosa”. Para que as moças, por meio da “riqueza intelectual”, sejam independentes financeiramente e com sua própria renda, possam satisfazer suas próprias necessidades. (DINIZ, 1873, n.1, p.1)

Nesse primeiro editorial, a autora constrói o seu texto em torno do argumento de garantia do bem-estar das jovens, assim, ela conclama os pais dessas moças que permitam e promovam a educação delas. Na busca da adesão do auditório, ela usa o termo “riqueza intelectual” para ressaltar a importância da educação da mulher, como um bem a ser investido. Aqui, a educação é metaforizada com base no conceito metafórico – EDUCAÇÃO É UM BEM VALIOSO. Assim, a intelectualidade torna-se uma riqueza e a formação educacional da mulher torna-se um investimento cujo retorno é a certeza que essa mulher não passará necessidades e poderá manter-se financeiramente sem depender de outras pessoas em seu futuro. Para tanto, ela relaciona a sabedoria como algo mais valioso que o dinheiro e confia na vontade de cada família em garantir que suas filhas não se vejam desamparadas dependendo da misericórdia de outras pessoas para sobreviverem.

Ao rebater o argumento de que é dever da mulher cuidar da casa, Francisca (1873, n.1, p1.) observa que a “riqueza intelectual produzirá dinheiro, e com este se satisfarão as necessidades”. Para ela uma mulher que com trabalho consegue o seu sustento financeiro, além de garantir o seu futuro sem a dependência de um homem, pode ter pessoas que farão o serviço doméstico por ela. Não fica claro quem assumiria o serviço doméstico no lugar dessa mulher trabalhadora. Podemos inferir, no entanto, que essa mulher seria possuidora de escravos que cuidassem de sua casa, visto que o Brasil nessa época era um país em que a escravidão era permitida. Outro fator que nos leva a essa conclusão é que, mesmo nas camadas mais pobres da população, a mulher, em quase sua totalidade, ficava presa ao lar, cuidando dos filhos e da casa.

Quase nunca a mulher, fosse pobre ou rica, saía sem o acompanhamento de um homem da família.

Nesse editorial, toda a argumentação de Francisca dirige-se a um público específico: aos pais dessas moças. A redatora argumenta que em “vez de paes de familia mandarem ensinar suas filhas a coser, engomar, lavar, cosinhar, varrer a casa etc., etc [...] mandem-lhes ensinar”, para que não fiquem desamparadas no caso de morte de seus entes queridos. Ela encerra a argumentação com uma reflexão: “O dinheiro, Deos o dá e o diabo póde tirar; mas a sabedoria que Deos dá—o diabo não a roubará”. Assim, ela encerra o primeiro editorial dando a tônica que permearia toda a sua obra, seu trabalho como professora e a sua luta feminista: a educação para a emancipação da mulher. (DINIZ, 1873, n.1, p.1)

É relevante ressaltar que a mulher brasileira no século XIX estava destinada aos afazeres domésticos. Considerada das “camadas inferiores” da sociedade, a mulher pouco tinha acesso ao ensino e a quaisquer outros direitos. Sua criação era toda voltada para o cuidado da casa. Poucas eram as vozes que lutavam pela emancipação feminina. Francisca foi uma dessas no Brasil e em seus editoriais, ela traz exemplos de outros que se levantam pela causa da mulher. A mulher, considerada um objeto, uma propriedade do homem era destituída de direitos, seja de herança, de acesso ao ensino e a uma carreira profissional. Foi durante o século XIX que as primeiras leis nesse sentido foram criadas, como o decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854 que trata dos aspectos referentes à contratação de professoras para trabalhar no ensino primário e secundário na Corte.

4.3.2 Anno 1. Cidade da Campanha, 1 de novembro de 1873. Num. 9. O Sexo Feminino. Como devem trabalhar as mães de família para fortificar o caracter de suas filhas

FIGURA 14 – O Sexo Feminino: Como devem trabalhar as mães de família para fortificar o caracter de suas filhas

**O Sexo Feminino.**

**Como devem trabalhar as mães de família para fortificar o caracter de suas filhas.**

Avante minhas patricias no caminho da instrucção !  
Avante na estrada do bem !  
Deve ser a senha da ordem, o braço de chamada de nossas queridas filhas.  
Marchemos na frente dellas !  
Animemol-as com nosso exemplo !  
Cheiroso perfume de moralidade evapore por todos os lados em volta dellas.  
D'esta arte se conservará no espirito dellas o verdadeiro fim para que vierão ao mundo, e assim preparemol-as para algum dia continuarem por todo o decurso da existencia, este trabalho de melhorias intellectuaes e moraes, que deve ir até á sepultura, o qual por si mesmo é grande preparatorio para o lisongeiro futuro que lhes desejamos.

Sollicitão as inclinações a vontade da mulher, prescrevem-lhe os deveres e a regra das acções.

Mas ha ainda nella outra faculdade e potencia occulta, que se interpõe entre inclinações e acções para moderar umas e determinar as outras.

E' uma especie de realesa interior, moral, invisivel, mas gloriosa, visto ser consagrada pela virtude ! Corôa preciosa, porque é mui differente nisto das côroas visiveis da terra, pois ella assegura a felicidade dos que a cingem.

Assenta pois a virtude na força do caracter, e desta depende a educação moral, a instrucção intellectual e physica.

Quantas lutas terão com effeito nossas filhas que soffrer, e triumphos a alcançar de nossa grandiosa idéa !

A emancipação da mulher fundada na virtude, na educação, na instrucção, no amor ao trabalho, trar-lhe-ha não só a felicidade propria, como a felicidade de toda a humanidade.

Si as mães de família educarem seus filhos como é mister, serão algum dia elevadas á altura que lhes é devida, não só dada pela natureza como pelo Creador.

Não serão escravas, nem um movel de casa, serão o anjo da guarda do homem.



Nesse editorial, a autora recorre ao uso dos verbos no imperativo para dirigir-se ao seu auditório. O conceito metafórico utilizado no início e durante esse texto é EDUCAR É GUERRA. O uso de termos como “mães de família para fortificar o carácter de suas filhas”, “avante minhas patricias”, “avante”, “senha da ordem”, “brado de chamada”, “marchemos”, “lutas” e “triumphos”, juntamente com o uso de verbos no imperativo, concorrem para a construção de argumentação dentro do campo do discurso bélico. Nele, as mães são generais que devem recrutar e conduzir suas filhas no caminho do conhecimento.

Com isso temos o surgimento de outro conceito metafórico que se apresenta na construção argumentativa desse editorial: EDUCAR É MOSTRAR O CAMINHO. Termos como “caminho da instrução”, “caminho do bem”, “deve ir”, incitam as leitoras a servirem de exemplo e responsabilizarem-se pela educação e instrução de suas filhas. Por conseguinte, outro conceito metafórico se forma: CARÁTER É JÓIA, visto em “corôa preciosa” que “assegura felicidade dos que a cingem”. (DINIZ, 1873, n.9, p. 1)

No presente editorial, outra parte do ethos de Francisca é apresentada: cristã e mãe zelosa da educação e criação de seus filhos. Assim, temos uma mulher questionadora, lutadora, cristã, mãe zelosa e preocupada com a educação intelectual, moral e física de seus filhos. A autora constrói o argumento em defesa da emancipação feminina baseada “na virtude, na educação, na instrução, no amor ao trabalho”. Por ser o Brasil um país católico, o uso de argumentos pautados no discurso religioso, como o uso de termo “Creador”, busca trazer a autoridade da Igreja para dentro do argumento selecionado, assim, garantindo a adesão do auditório.

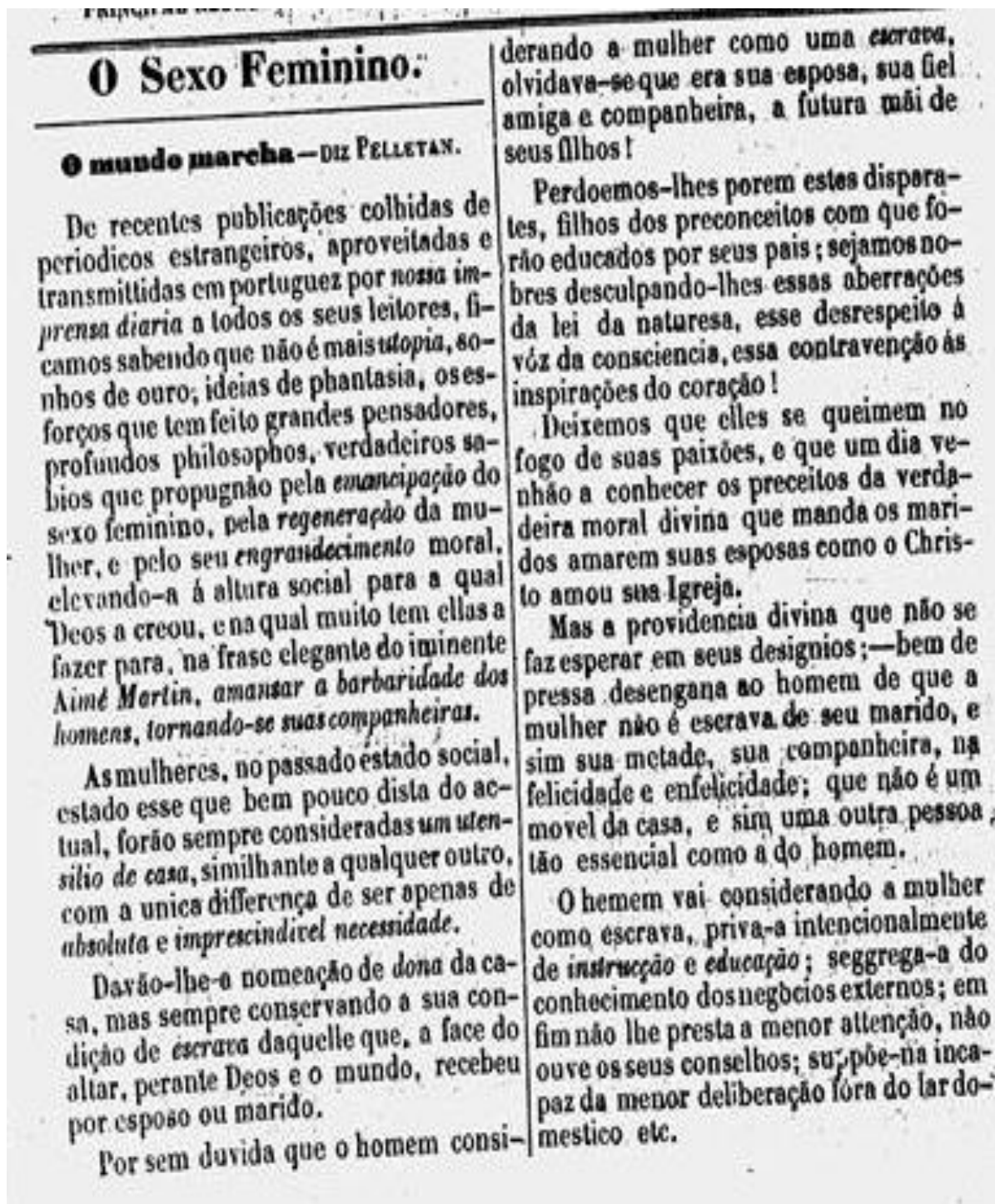
Observamos que a mulher oitocentista é vista na sociedade como um objeto, como uma propriedade do homem. Assim, Francisca encerra esse editorial contestando o conceito metafórico MULHER É OBJETO, que aparece nos editoriais anteriores, ao descrever que as mulheres emancipadas não serão tratadas como “escravas”, nem como “um movel de casa” – propriedades do homem, mas como anjos da guarda do homem. Com isso, Francisca insere o conceito metafórico MULHER É ANJO. (DINIZ, 1873, n.9, p. 1)

Dessa forma, para Francisca (1873, n.9, p. 1), uma mulher emancipada é uma mulher protagonista da sua história. Mesmo sendo contrária ao fato da mulher ser tratada como um objeto, a autora, fruto de sua época, mantém a imagem da mulher ao lado do homem, como sua ajudadora. Para ela a mulher deve ser vista como um “anjo da guarda do homem”. De acordo com FERREIRA, (2000, p. 45), o primeiro significado para anjo é “ser espiritual que serve de mensageiro entre Deus e os homens”. A mulher é, para Francisca, o ser divino (autorizado por Deus e por sua natureza) que é responsável pelo sucesso de sua família e de toda a sociedade.

Com efeito, o conceito metafórico MULHER É OBJETO, percebe-se cristalizado na sociedade do século XIX. A recorrência de termos como escrava, traste, móvel da casa etc, demonstra, a partir dos escritos da autora, que a sociedade oitocentista percebia a mulher como propriedade do homem. Por conseguinte, destituída de direitos que estavam sendo reclamados por vozes que antagonizavam com o estabelecido socialmente, como Dona Francisca Senhorinha da Motta Diniz e Nísia Floresta, no Brasil, ou Eugéne Pelletan, na França citado no editorial a seguir.

4.3.3 Anno 1. Cidade da Campanha, 15 de novembro de 1873. Num. 11. O Sexo Feminino. O mundo marcha – Diz Pelletan <sup>25</sup>

FIGURA 15 – O Sexo Feminino: O mundo marcha



25 Eugéne Pelletan (1813-1884), escritor, jornalista e político francês. Autor do livro *Le Monde marche*, 1858, citado por Francisca neste editorial.

Vide a consequencia desse raciocinio — e a punição desse modo de pensar errado.

Correm os mezes—passão-se os annos.

A mulher, privada de *instrução e educação* embrutece, não lê porque se algum tempo o soube, desaprendeu com o lidar incessante das occupaões domesticas.

Sabe lavar, engomar, cosinhar, e cortar um vestido ou camisa, fazer rendas, flores etc. etc. quando muito.

Embuida sua alma de patranhas, embustes, e superstições torna-se escrava da vontade de qualquer velha beata, benzeadeira que muitas vezes occulta feias paixões sob a capa de resadeira, verdadeira capa da hypocrisia, que continuamente vive enganando o mundo, suppondo poder enganar a Deos.

A mulher neste estado torna-se mãe; crescem-lhe os filhos, que é mister educar—ella não o pode fazer!

Como hade educar quem nunca foi educada?

Como hade instruir quem não recebeu nem tinctura de instrução?

Vem-se forçados marido e mulher a privarem-se da presença de seus filhos, mandando-os educar longe de suas vistas, e o que é mais por professores que não conhecem se não *por ouvir dizer*!!

A que perigos não expõem *involuntariamente* os pais a seus filhos atirando-os ás bordas de um precipicio, em frente do mundo, do diabo e da carne!!

Assim o quizerão assim o tenham.

Voltão seus filhos do collegio educados e instruidos? ainda é bom quando não voltão destruidos!

Mas na hypothese que digão que aproveitarão os estudos, como hão de conhecer os pais a instrução de seus filhos, se taes pais não forão instruidos?

Como conhecerão as mãis a educação caro que pagarão si ellas só conhecem os negocios da cosinha e despensa!

E' preciso que os homens se desengajem de uma vez para sempre; e se convenção de que—a verdadeira educação é aquella que é dada pela mãe de familia no lar domestico.

E' só a mãe de familia quem pode inocular no coração do filho os verdadeiros principios de uma pura religião, que nos ensina o amor de Deos e do proximo.

Emquanto as mãis de familia não podem ser institutrizes de seus filhos—sejão ao menos suas educadoras.

O futuro de um menino na sociedade quando se tornar homem será *tal* qual houver sido a educação que sua mãe lhe tiver implantado no coração.

Diz Lerminier:

« Nas nossas sociedades modernas, as mães formão-nos os primeiros sentimentos e as primeiras idéas: é a mãe, que reconhece o character e o genio do filho, que applaude a sua vocação, que a sustenta contra o descontentamento paternal, que o consola, fortifica, e enfim que o entrega á sociedade. »

Sempre com o foco na luta pela emancipação da mulher, Francisca inicia esse editorial com a notícia de que outros periódicos pelo mundo tratam do mesmo tema. Para isso, ela retoma o conceito metafórico MULHER É OBJETO, ao discorrer como a mulher era vista “no passado estado social, passado esse que bem pouco dista do

actual”, em que as mulheres eram consideradas “*um utensílio de casa*”. Ela destaca o termo colocando-o em itálico, para chamar a atenção à condição da mulher como propriedade do homem. É relevante ressaltar que, mais uma vez, ao criticar a situação da mulher como um objeto, a autora cita a situação de escravidão. Nesse sentido, ela reforça que a mulher é vista como um bem pertencente ao homem, que dela pode dispor como bem entender. Na busca pela adesão do auditório, ela conclama o perdão pelas atitudes dos homens, que ela acusa serem “filhos dos preconceitos que foram educados por seus pais”. (DINIZ, 1873, n.11, p. 1)

Na sequência, ela cita o conceito bíblico que trata a mulher como companheira do homem, o qual deve amá-la como “Christo amou sua a Igreja”. Ao trazer o trecho bíblico para dentro de sua argumentação, ela se pauta na voz de autoridade de Deus, na busca pela adesão do auditório. Nesse trecho, o autor cita uma autoridade institucional visando confirmar seu posicionamento. A bíblia é o livro sagrado dos cristãos e sendo seu público cristão e o tem como parâmetro acerca das questões religiosas, a bíblia possui discurso autorizado. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 348), o “argumento de prestígio mais nitidamente caracterizado é o argumento de autoridade, o qual utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese”. (DINIZ, 1873, n.11, p. 1)

Neste ponto, na defesa da emancipação da mulher por meio do saber, para posterior educação e instrução de seus filhos, a autora reprova a atitude do homem que impede a sua mulher de acessar o mundo letrado e ampliar sua educação e instrução. Ao construir o argumento em defesa da formação educacional feminina, ela observa que a mulher que não estuda, “embrutece”. Essa mulher fica suscetível à “vontade de qualquer velha beata, benzedeira” que ela acusa de muitas vezes ocultar “feias paixões sob a capa de resadeira” que engana a todos. (DINIZ, 1873, n.11, p. 2)

Dessa forma, Francisca questiona: “Como hade *educar* quem nunca foi educada? Como hade *instruir* quem nunca recebeu nem tinctura de instrução?” Assim, os pais se veem obrigados a enviar seus filhos para serem educados e instruídos em colégios longe de casa. Aqui, ela retoma o conceito metafórica IGNORÂNCIA É DESTRUIÇÃO ao comparar esse ato com o de atirar os filhos às

bordas de um prepício, em frente do mundo, do diabo e da carne!!” ou ainda “é bom quando não voltão *destruidos!*”. Nesse caso, a ignorância da mulher é a destruição de seus filhos. (DINIZ, 1873, n.11, p. 2)

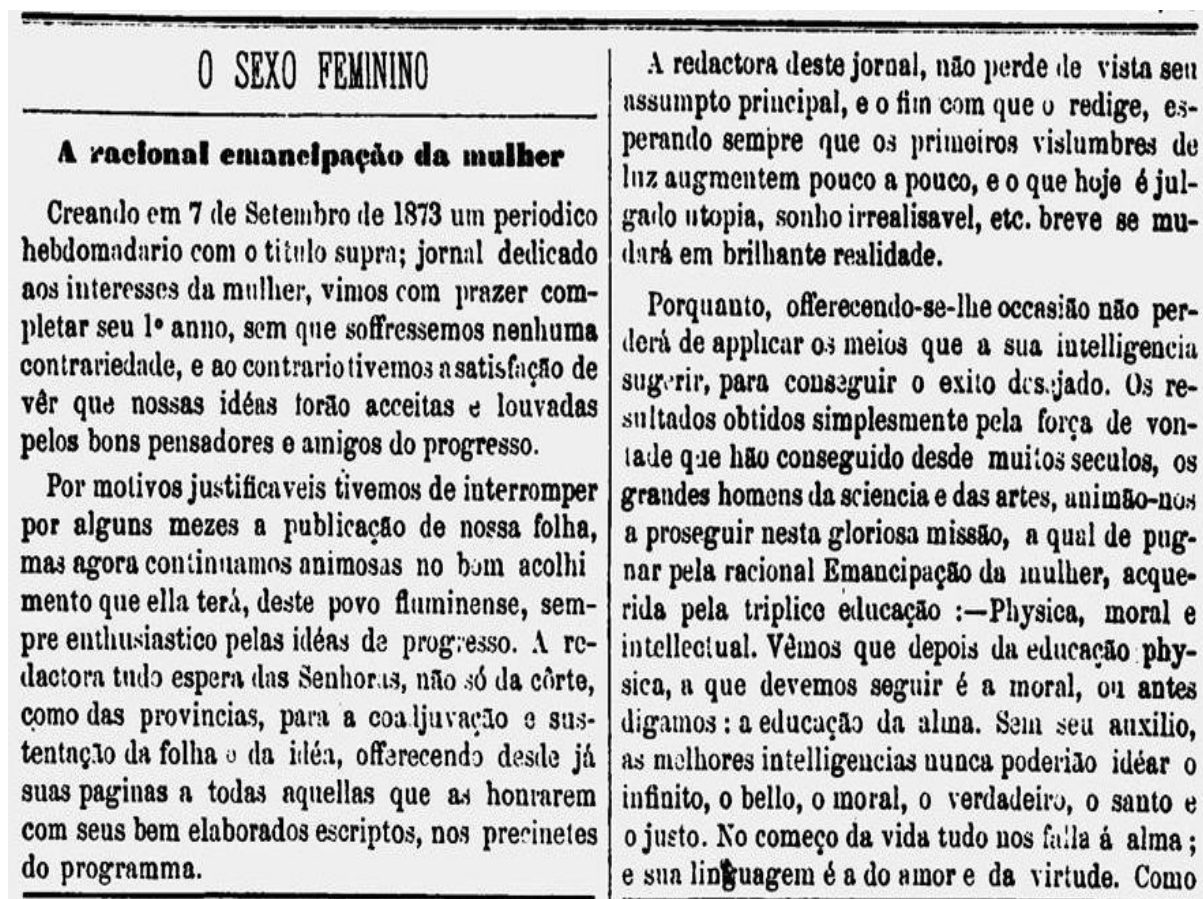
A autora encerra o texto defendendo que somente a mulher pode educar seu filho corretamente dentro dos princípios cristãos estabelecidos pela Igreja Católica. Para tal, traz a voz de Lerminier<sup>26</sup>, na defesa de sua tese. Por conseguinte, ela amarra o seu discurso ao religioso, por afirmar que é a mulher que garante a educação cristã do seu filho. Tal argumento tem muito peso no Brasil do século XIX, visto ser um país católico em que a Igreja exerce forte influência na sociedade.

---

26 Eugéne Lerminier (1803-1857), jurista e jornalista francês.

#### 4.3.4 Anno 2. Rio de Janeiro, 22 de julho de 1875. Num. 1. O Sexo Feminino. A racional emancipação da mulher

FIGURA 16 – O Sexo Feminino: A racional emancipação da mulher



dizem os prescritores da natureza humana: *Não ha creanças más*, os exemplos inconvenientes á infancia e as más educações são que dão causas as perversidades de algumas creanças, e de muitos homens.

Vêmos quasi sempre sahir de intelligencias assás notaveis, frio egoismo e atrozes crimes, em quanto que, de corações virtuosos só actos de humanidade se nos hão mostrado.

Tudo depende de Deus, mas por ordem d'Elle mesmo, o sermos bons depende de nós mesmos e de nossos paes ou educadores. Mais d'uma vez hemos ditos n'este nosso jornal, aos legisladores, que elles necessitam de sabios para instruir seus filhos, nas sciencias e artes que até hoje hão sido vedadas ao nosso sexo, porém, para reconstruir o mundo civilizado, sobre as bases da moral, bastar-lhes-hão boas mães de familia e educadoras. Devem ter toda a certeza de que não haverá progresso possivel na moral do genero humano, em quanto não se convencerem, os mesmos, da neces-

sidade da educação das mães de familia; do auxilio que ellas podem prestar, da sublimidade desta potencia encantadora e salutar de que ellas dispõe. E' o orgulho desmelido que os domina, que estorva e que vêda adopção de medidas applicaveis ao desejado desideratum; porem esperamos ainda que alguma modificação será feita em seu orgulho. *Semelmos*. Com effeito deve-se semear para um dia poder colher-se. Com paciencia e tempo a folha da amoreira se muda em setim. Esperamos que homens mais eminentes não desdenharão nossas idéas e imperfeições. Temos fé que elles empregarão seus esforços em dar-lhes o ultimo remate.

Uma infenidade de pesquisas aparentemente destituidas do menor interesse, servirão de base a theoria ou methodos que posteriormente derão resultados da mais evidente utilidade pratica.

Felizmente vê-se que os homens hoje já creem aquillo que de ha muito deverião ter acreditado, isto é, que a mulher, deveria entrar no plano geral da concorrência da civilisação. O que seria do mundo si as raras intelligencias, que alargão a

que a necessidade da educação da mulher é uma das mais palpitantes, e que para prehenchel-a não ha outro meio que não seja o adoptado pelas nações que hão volvido suas vistas para este assumpto; isto é, de seguir o exemplo da Suissa, onde 250 senhoras receberam o grão de doutoras em medicina; da Russia, onde foi concedida a faculdade de poderem as senhoras de mais de 19 annos frequentar as academias; de Helsingfos, capital de Fielandia.

Alá, o anno passado, tratava-se até de organizar um estabelecimento de ensino superior para as mulheres, o qual teria o nome de *Academia das mulheres*, e o mesmo da-se nos Estados-Unidos, Paris, etc., etc.,

Em fim, a idéa principal é a de abrir todas as carreiras ao nosso depremido sexo. E' tempo de reparardes a injustiça que nos haveis feito, conservando-nos trancadas todas as portas dos estabelecimentos de ensino superior. Ouvi-nos! Temos até aqui soffrido resignadas toda a sorte de humilhações e de injustiças. Agora, porém que a taça

transbordou, ousamos levantar nossas debeis vozes pedindo-vos, repitamos:—reparação dos vossos erros e de vossas injustiças. A mulher tem sido opprimida, escarnecida, ludibriada; tem vivido quasi que semi-morta, e, o que é mais, não haveis considerado que aviltando-a, humilhando-a, conservando-a na ignorancia fica ella sem a força de que carece para resolver o mais difficil dos problemas sociaes—o da Educação dos filhos; problema confiado só a ella pelo proprio Deus.

Tudo quanto havemos dito, e o que lemos nos diversos noticiarios, animão-nos a conservar em nossos corações a crença de que será acceita nossa idéa, ampliada e posta em pratica. E' chegada a época de reformas. Vêmos despontar nos horisontes de varias nações uma nova era de prosperidade e de justiça para o nosso humilhado sexo. Vêmos que a força do direito d'esta parte da humanidade opprimida pelo direito da força do forte contra o fraco, vai começando a ser aqui e aii reconhecida. Com prazer annunciamos ás nossas conterraneas os progressos que nossa idéa tem feito em diversas

esphera dos humanos conhecimentos, si Socrates, por exemplo, Aristoteles, Gallileo, Descartes e muitos outros, tivessem parado em frente das crenças geraes do seculo em que viverão ?

Se assim houvessem obrado, terião mergulhado a civilisação nas trevas da ignorância, da idolatria, e da escravidão. Debalde, pois os rotineiros protestem contra a idéa e programma desta folha a *Emancipação racional da mulher*, suas opiniões ficarão isoladas em frente do progresso da actualidade, e esmagadas pelo pequeno numero de adeptos. *Sexo forte*, desculpai-nos a ousadia de nos dirigirmos á vós : a dôr não tem discernimento. Não considereis as nossas idéas, vãs utopias; em nossos artigos escriptos o anno passado, n'este nosso periodico hebedomadario; artigos em que vos mostramos claramente quão alto fallão os factos, provamos

nações. Lembremos aos nossos concidadãos que, o sexo fraco não necessita de palacios, solidamente construidos, para n'elles serem recebidas e educadas nossas filhas, as filhas do povo. O que necessitamos é de serem fundadas casas de educação, e dirigidas por habeis Senhoras, com internato para a classe desfavorecida da fortuna; para as filhas do povo, sobretudo as que forem sem mães; ou que tendo-as não só, não queirão educal-as, como devem, como não o possuem por qualquer motivo. Por ultimo, pedimos, aos legisladores, ao governo, aos nossos concidadãos e com especialidade ás mães de familia para que coadjuvem esta nossa idéa a bem de vê-la coroada de feliz exito.

Só estas casas de educação são capazes de regenerar os costumes de nossa sociedade. Cuidai, portanto já e já coadjuvar esta instituição.

Antes de iniciar o seu texto, a autora informa aos seus leitores que mudou-se da Cidade de Campanha da Princesa – MG, para a cidade do Rio de Janeiro. Ela conclama as “Senhoras, não só da côrte, como das provincias para coadjuvação e sustentação da folha e da idéa, oferecendo desde já suas paginas a todas aquellas que honrarem com seus bem elaborados escriptos, nos precinetes do programa”. Francisca não só escrevia e divulgava seus textos, como estimulava que outras mulheres o fizessem. (DINIZ, 1875, n. 1, p.1)

Na primeira edição do segundo ano do semanário, Francisca retoma o tema que é recorrente em seus escritos: A defesa da emancipação da mulher por meio da educação. Ela defende que a educação feminina se pautem em três pilares: a educação física, a moral e a intelectual. Ela dá atenção especial à educação moral, que chama de “educação da alma”. A autora reafirma que somente a educação e instrução da mulher é capaz de garantir um mundo civilizado baseado na moral. (DINIZ, 1875, n. 1, p.1)

Assim, na construção da sua argumentação, Francisca destaca a moral para trazer a voz divina para justificar que a cabe a pessoa (livre arbítrio) e aos seus pais e educadores, a tarefa de formar um cidadão de bem. Mais um vez, a autora traz em seus argumentos o discurso religioso para dar autoridade a sua fala. Por conseguinte, ela dirige-se aos legisladores e acrescenta que somente a mulher é capaz de exercer essa função adequadamente. Para tal, ela observa que tem falado reiteradamente que às mulheres é vedado o direito ao acesso à educação e à carreira docente. Ao fazer essa afirmação, que é a priori, desfavorável à sua argumentação e é pautada no aceito socialmente, ela insere a palavra *porém*. É relevante ressaltar que essa palavra exerce, entre outras coisas, a função de permitir que se assumam argumentos contrários à conclusão que se pretende. Esse recurso se destaca no discurso persuasivo usado por Francisca na busca da adesão de seus argumentos, pelo auditório. (DINIZ, 1875, n. 1, p.2)

Nesse sentido, Francisca parte de uma argumentação que lhe é desfavorável, para ela e favorável ao seu interlocutor. Assim, ela fundamenta sua tese a partir da tese contrária e demonstra que conhece os argumentos cristalizados na sociedade que atestam que a mulher não deve receber educação e não deve exercer a função de educadora. Dessa forma, temos: o mundo civilizado deve ser reconstruído sob bases morais. Mães são a base moral da família, portanto da sociedade. Portanto, para haver progresso na moral do gênero humano, deve-se educar as mães de família. (DINIZ, 1875, n. 1, p.2)

Para defender seu ponto de vista, Francisca apresenta exemplos de outros países como Suíça, em que mulheres se formam médicas e a Rússia, que permitiu que moças a partir dos 19 anos frequentem instituições de ensino superior. A autora defende que todas as carreiras profissionais sejam abertas ao ingresso das mulheres. Ela assim exige, como uma reparação contra as injustiças e humilhações cometidas contra o sexo feminino que as portas do ensino superior não se fechem para as mulheres. Ela reclama que no Brasil, “não se apresenta um só estabelecimento proprio para dar-nos outros conhecimentos, a excepção dos primarios rudimentos, que nada valem, relativamente considerados sob o ponto de vista mais elevado; e

atendendo-se ao futuro científico, necessário ao nosso sexo”. (DINIZ, 1875, n. 21, p.2)

Na busca pela racional emancipação da mulher a partir da instrução da mulher, a autora apresenta a proposta da criação de casas de educação dirigidas por senhoras, com atenção para a criação de internatos que atendam meninas desfavorecidas, “sobretudo as que forem sem mães; ou que tendo-as não só, não queirão educá-las como devem, como não o possuem por qualquer motivo”. Essa ideia lançada por Francisca é a semente do que viria a ser a criação do Collegio Social Santa Izabel, voltada para educação de meninas para a função do magistério, e a Escola Domestica, que objetivava a formação profissional de meninas carentes e que eram mantidas por Francisca, seu jornal e por doações de outras pessoas. (DINIZ, 1875, n. 1, p.2)

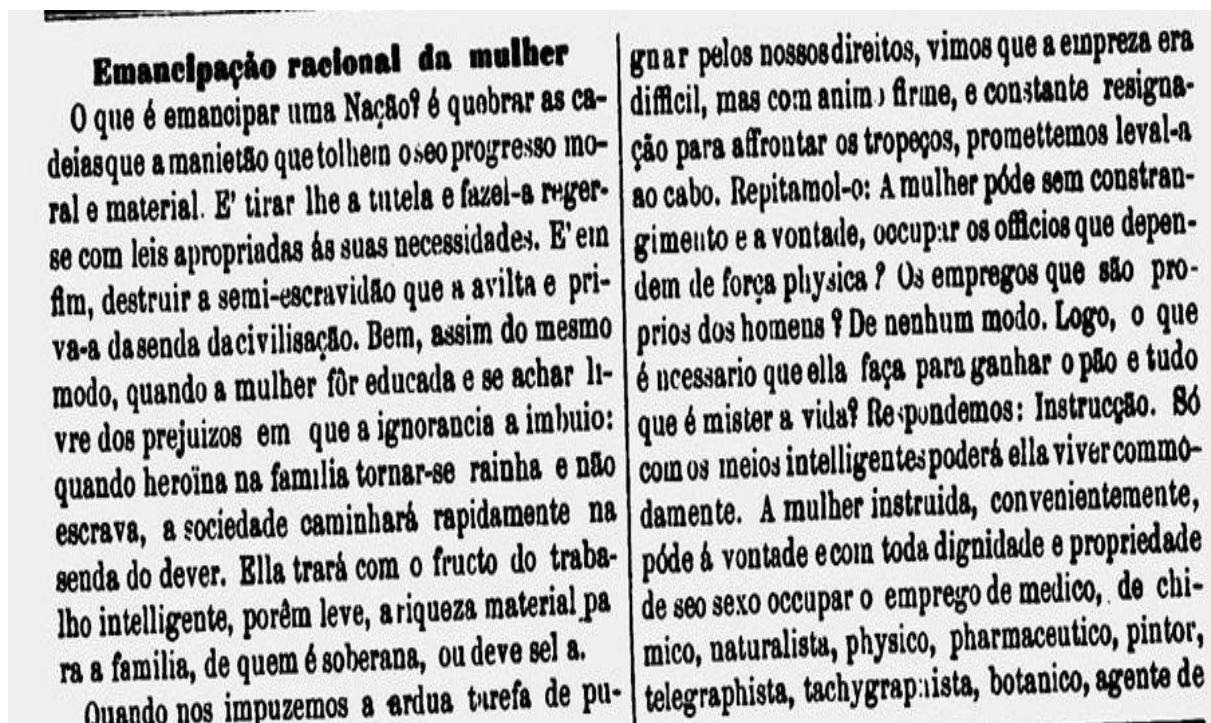
Nesse editorial, Francisca traz dois termos que são relevantes destacar: sexo forte (homem) e sexo frágil (mulher). Ao usar esses termos em sua argumentação, a autora replica um conceito metafórico que se mostra ser consenso em sua época: **HOMEM É SUPERIOR X MULHER É INFERIOR**. Essa visão submissa da mulher frente ao homem fica evidente em: “*Sexo forte*, desculpai-nos a ousadia de dirigirmos a vós”. Para referir-se à mulher, ela usa termos como: “deprimido sexo”, “humilhado sexo” e “sexo fraco”. Ela apresenta a argumentação que atua em seus editoriais: a educação da mulher e atesta que a ideia principal é que todas as carreiras disponíveis sejam permitidas às mulheres. (DINIZ, 1875, n. 1, p.2)

Fica evidente nesse editorial a condição inferioridade da mulher no Brasil do século XIX. Ao tratar da situação feminina, a autora demonstra ser uma voz que se levanta contra essa conjuntura e pede a reparação dos erros e das injustiças cometidas pelos homens contra as mulheres. Como podemos evidenciar no trecho: “Ouvi-nos! Temos até aqui sofrido resignadas toda a sorte de injustiças. Agora, porém que a taça transbordou, ousamos levantar nossas débeis vozes pedindo-vos, repetamos: – reparação de vossos erros e de vossas injustiças!”. Assim, ela fecha o seu argumento reconhecendo que a superioridade masculina se faz porque a mulher não reage, mas que isso não permaneceria assim e a voz da mulher, se faria ouvir,

como podemos perceber com o uso dos termos: “até aqui”, que delimita um ponto para que algo se encerre. Temos também a metáfora “ a taça transbordou”, para demonstrar que as injustiças e humilhações sofridas pelas mulheres ao longo da história não seriam mais toleradas. (DINIZ, 1875, n. 1, p.2)

#### 4.3.5 Anno 2. Rio de Janeiro, 29 de julho de 1875. Num. 2. O Sexo Feminino. A racional emancipação da mulher

FIGURA 17 – O Sexo Feminino: Emancipação racional da mulher



correios, negociante de rendas, sedas, fitas, e muitos outros, proprios do lar domestico. Para professoras do sexo forte, nem padece duvida, visto que, em algumas provincias do Imperio, como a de Minas Geraes, por exemplo, muitas cadeiras do sexo masculino são regidas por senhoras. Na França a directora das salas de asylo, para ambos os sexos, é Madame Pape Carpannier. Está mais que provado que, para ensinar primeiras letras não tem-se necessidade do sexo forte, que por sua natureza detesta a vida de ensino primario.

Legisladores, Governistas, Paes de familias, acceitai no-sa idéa, acoroçai-a, dai á ella o ultimatum, de justiça que pede, e que merece.

Abri, abri, vossos estabelecimentos de ensino superior, affirm de que o nosso deprimido sexo encontre os meios, de nelles, instrair-se.

O progresso de duas machinas ultima e maravilhosamente inventadas e espalhadas por todo o mundo, a sua barateza e perfeição do trabalho, trazerão grande mudança na sorte da mulher: a machina de fiar e a machina de costurar.

Apezar dos immensos beneficios que fizerão ao mundo, ou antes á humanidade, todavia os resultados funestos no momento de tranzição derão lugar a que milhares de mulheres ficassem sem trabalho! E deste modo sem pão para sua subsistencia. Com que póde ser substituida esta falta de trabalho physico, ou manual, da mulher? Só o fará ella pela intelligencia.

Nossa idéa, a: *Emancipação da mulher* acquerida pela triplice educação, soffrendo como todas as outras reprovacões, e olvido mesmo immenso, colheirá, logo que fór adoptada, os beneficios desejados.

O mundo caminhará rapidamente na carreira, não só das letras como na da moral. Todas as iléas, qualquer que ellas sejam, trazem seus crueis effeitos no momento de tranzição. Esperamos no futuro, que desta idéa nascerão outras, e pois, sinão nós ao menos nossas filhas colherão os fructos.

A autoridade de uma verdade nunca foi attestada pela quantidade de massa bruta, mas sim pelos attestadores abalisados.

O Deos dos christãos nos manda, no encerramento do Decalogo, amal-o e ao proximo. A mulher é proximo, não é cousa, traste de casa. etc., como muitos homens de:naturados tratão-a. Logo, deve, como elle, gozar de todos os privilegios, de todos os beneficios que aos mesmos são facultados. E' mais que tempo de quebrar as cadeias com que nos arroxeaes os pulsos, homens. Leis estabelecimentos de ensino superior, para as mulheres; casas onde sejam recebidas desde o berço as meninas desamparadas, do povo; tudo, tudo deveis fazer e isto ainda mais por vosso beneficio proprio. A mulher educada em sãs douctrinas leva sempre o homem ao apogêo de gloria, e a mal educada ao abysmo dos crimes e da desgraça. Não ha quem duvide que, não se póde ter os fins sem promover os meios. Estes meios vos serão faceis se quizerdes, tal qual o rei do Egypto — Pharsó,— aceitai o conselho de uma mu-

lher. Se o grande rei Pharaó não despresou o conselho de um seo escravo, vós tambem não o deveis fazer desprzando o de uma mulher.

Segun lo as boas maximas: o bom, sempre é bom, venha-nos elle donde vier.

Somos pobres, sem titulos, sem renome, para esperar-mos que nossos escriptos sejam lidos e muito menos acorçada nossa idéas, mas, contenta-nosa lembrança de que, o Redemptor do mundo não escolheu os sabios, nem os nobres para propagadores da melhor de todas as douctrinas — a Evangelica Dizemos: Jesus-Christo, que só veio ao mundo para salvar-nos, do abysmo em que estavamos á beira, para civilisar-nos, para emfim, levar nos á gloria *de Seo Pai*, chamou para entrar no plano geral da civilisação da humanidade, uma mulher: Maria Santissima Vós outros, se eis ou que-eis ser melhores do que Elle? De certo que não. Repitamol-o, ao menos para as mães de familia, mães das filhas do povo, para quem escrevemos estas linhas, mães, que como nós aquilatão as fadigas com que vivemos para termos subsistencia proporcionada as nossas duras necessidades.

Nosso desideratum é abrir as liças das diversas carreiras ás nossas filhas, afim de que ellas preenchão os postulados socioes, segundo as vistas do Creador, que não creou a mulher inferior ao homem. Animamos as nossas patricias a esperar tudo de nosso proprio trabalho.

A pobreza não é em si um mal, até quasi que dizemos que é antes um bem. Ella aduz a energia e o trabalho e com estes bens innumerados e beneficos resultados. A mulher pobre e educada christãmente, é a mulher da Escriptura, conhece a necessidade da luta e em que a despeito das quedas com que o homem insensato pretende aviltal-a, ella vence e triampha sempre. A mulher laboriosa e activa em todos os tempos tem dado provas de que sabe que ha no mundo muitas cousas que são mais bellas que os titulos de nobreza e as riquezas, e que estas muitas cousas são: a virtude, a sabedoria, o trabalho e a industria.

Repitamos: mãs de familias, instrucção para vossas filhas. O futuro feliz ou infeliz dellas depende de vós, abaixo de Deos.

Neste editorial, Francisca segue com o tema central de seus escritos: A racional emancipação da mulher. Aqui, ela trata do direito da mulher não somente aos estudos, como também ao mercado de trabalho. Com efeito, ela inicia o seu texto com uma pergunta: “O que é emancipar uma Nação?”. Toda a sua argumentação se desenrola a partir desse questionamento para culminar na defesa de que uma nação só é emancipada se as mulheres tiverem acesso aos estudos e a uma carreira profissional fora do lar, caso desejem. Para ela, uma mulher educada leva o homem “ão apogeu de gloria, e a mal educada ao abysmo dos crimes e da desgraça”. Assim, a culpa da desgraça de uma nação é do homem, que, por não permitir a emancipação da mulher por meio da educação formal, traz crime e desgraça a todo o povo. (DINIZ, 1875, n. 2, p.1,2)

A autora compara a situação da mulher com a semi-escravidão que a ignorância a mantém. Nesse sentido, Francisca apresenta a mulher que recebeu educação como “rainha”, “heroína”, “soberana” e a mulher que não teve acesso à

educação como “escrava”. Ela usa termos que exaltam a condição mulher instruída e depreciam a condição da mulher privada de instrução formal. Ela afirma que uma mulher instruída pode ocupar, com propriedade e dignidade, o “emprego de medico, de chimico, naturalista, physico; pharmaceutico, pintor” etc. Assim, ela afirma que uma mulher com acesso à educação pode ser o que quiser, sem depender da vontade e autorização do homem. (DINIZ, 1875, n. 2, p.1,2)

Em seus argumentos, Francisca retoma o conceito metafórico **HOMEM É SUPERIOR X MULHER É INFERIOR**. Para tal, ela observa que a mulher pode desempenhar com maestria quaisquer profissões que não dependam de força física. Ao ressaltar que professoras ocupam cadeiras destinadas ao sexo masculino, cita que essas professoras lecionam para o sexo forte. Destaca também, que a mulher pode exercer a profissão de professora das primeiras letras visto que o homem, “por sua natureza, detesta o ensino primário”. (DINIZ, 1875, n. 2, p. 2)

Em seus argumentos em favor da emancipação educacional e profissional da mulher, Francisca, mesmo lutando pela causa feminina, demonstra que é mulher do seu tempo e situa a mulher abaixo do homem. Ela solicita que “Legisladores, Governistas, Paes de familia” aceitem a sua ideia e abram os estabelecimentos superiores ao “deprimido sexo”. (DINIZ, 1875, n. 2, p. 2)

Neste editorial, novamente, Francisca traz a voz de autoridade do discurso religioso refutar o conceito metafórico **MULHER É OBJETO**. Ela traz a voz de Deus para dentro dos seus argumentos e com isso, contesta a visão social de que a mulher é “cousa, traste da casa”. (DINIZ, 1875, n. 2, p. 2). Destacamos o seguinte trecho:

O Deos dos christãos nos manda, no encerramento do Decalogo, amal-o e ao próximo. A mulher é o próximo, não é cousa, traste de casa etc., como muitos homens desnaturados tratão-a. Logo, deve, como elle, gozar de todos os privilegios, de todos os benefícios que aos mesmos são facultados. (DINIZ, 1875, n. 2, p. 2)

Ela parte da seguinte premissa: Deus mandou amar o próximo. Mulher é o próximo, logo, deve-se amar a mulher. Assim, todo cristão deve dispensar à mulher os mesmos benefícios e privilégios que lhe são facultados. Caso não o faça, desobedece a Deus e não é cristão. Com essa argumentação, a autora justifica que o tratamento igualitário à mulher é um mandamento de Deus. Como ela dirige-se a um auditório cristão, pretende que toda e qualquer tese em contrário seja rejeitada, pois em uma sociedade cristã, um mandamento de Deus está acima da autoridade do sexo masculino.

Francisca, argumenta que o Salvador Jesus Cristo, veio ao mundo por meio de uma mulher: *Maria Santissima*. Ela, ao fundamentar-se no discurso de autoridade pautado na bíblia, desafia: “Vós outros, sereis ou quereis ser melhores do que Elle?” Ela mesma dá a resposta: “De certo que não”. Em uma sociedade católica, como a brasileira do século XIX, o argumento colocado por Francisca não pode ser refutado, visto que se alicerça na voz de Deus, por todo aquele que se diz cristão. Na sequência, a autora coloca que o Criador não “creou a mulher inferior ao homem”. Aqui, Francisca, usa a voz de autoridade de Deus para refutar o conceito metafórico **HOMEM É SUPERIOR X MULHER É INFERIOR**. Assim, todo aquele que não concorda com a igualdade da mulher perante o homem, desafia o que o próprio Deus decidiu para ambos os sexos.

4.3.6 Anno 2. Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1875. Num. 4. O Sexo Feminino.  
A mulher

FIGURA 18 – O Sexo Feminino: A mulher

| <b>O SEXO FEMININO</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>A mulher</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| <p>Diz o homem que a mulher é um poema que é preciso ler com o coração muitos annos para ser comprehendido, ha elle feito esforços inauditos para justificar o orgulho que o domina, julgando-se com superioridade sobre ella, procurando nos exames anatomicos differenças physiologicas. Tudo tem sido baldado, e apenas é e será meia questão de amor proprio. Está moralmente demonstrado que o homem e a mulher são ambos seres relativos, não sendo mais que duas metades de um todo.</p> <p>A mulher deve amar ao marido e respeitá-lo, pois só foi creada para elle pelo proprio DEOS.</p> <p>E pois não tem um voto, uma felicidade, uma riqueza que não lhe venha d'elle. E' para ella que</p> | <p>elle trabalha, arrosta todos os obstaculos, fadigas e labores.</p> <p>O homem por seu turno é tambem relativo. Deve amá-la, acatalá-la, venerá-la e fazê-la em tudo feliz. Deve reconhecer que só com o concurso della pôde elle melhor direcção dar a educação de seus filhos, e desta arte á humanidade em geral. Sabemos que cada nação aprecia a mulher conforme seus costumes, sua educação, seus typos.</p> <p>Nos primeiros tempos da grande civilização indica, achamol-a collocada superior ao homem. Os Vedas dizem: A mulher está proxima da Divindade. Filha, esposa, mãe é estimada e considerada como igual ao homem pelas leis e pela sociedade. Com a decadencia da civilização torna-se porém a mulher escrava.</p> <p>Ainda hoje repetem alguns homens, os velhos prejuizos em que foram imbuidos, negando a mu-</p> |

lher: sensação, paixão, etc., considerando-a até como um ente normal.

A mulher não existe; bem o querem elles, ou si existe, elles a tem em suas opiniões definido do modo seguinte: —A mulher: —*E' um ente circunscripto, passivo, servede instrumento, volúvel, em expectativa perpetua. E' o unico ente inacabado que DEOS permittio ao homem chamar a si e terminar. E' um anjo de refugio.*

Ora, assim definida a *mulher* por alguns sabios, entre os quaes figura o *Amigo das Mulheres*, vêmos claramente que grande numero dos homens, ainda dos mais instruidos não comprehenderam-na em seo verdadeiro typo.

Estas e outras definições nada definem. E' notorio e sabe-se que uma definição é a parte mais difficil das sciencias.

A mulher sendo como elles confessam, um poema que é mister ter lido muitas annos com o coração e não tendo elles posto em pratica esta theoria, jamais poderão defini-la, pois, como ficou dito rarissimos serão os homens que tenham lido esse poema como o devem ler.

**Repitamol-o:** Acreditamos que tenham elles lido muito; mas terão elles lido com o coração? Não o crêmos; e suspeitamos mesmo que tenham lido esse poema só com o espirito, Ora, propendendo o seu espirito para vêr exactamente o contrario do que é, têm elles visto a mulher justamente como ella não é.

Collocados estes pensadores em falso terreno, não podem definir a mulher pelo modo porque o fazem; pois deixam vêr claramente que não conhecem a marcha do organismo, não estudam suas funcções, as suas raças, a sua educação, as suas necessidades, os seus typos, os climas em que vivem, as suas paixões, ponto este em que a Physiologia si tocam, de passagem.

Ora, a parte biologia chamada physiologia, exige a mais rigorosa imparcialidade e exclusão de tudo quanto é facticio. Claro é, finalmente, digamol-o como remate, que, si a mulher é inconsciente e anormal como o querem estes, a serem logicos devem tornal-a irresponsavel pelos crimes que praticar ou cometter; e fazer valer em favor della estes motivos, consequentemente nenhum castigo merecerá ella jamais por qualquer de seus actos.

Nesse editorial denominado *A mulher*, Francisca (1875, n. 4, p.1) inicia seu texto com um dito que afirma que, para o homem, a “mulher é um poema que é preciso ler com o coração muitos anos para ser compreendido”. Ela, no entanto, observa que o homem está apenas imbuído de amor próprio e orgulho que o dominam. A autora defende que, na busca por uma pretensa superioridade, o homem procura diferenças fisiológicas que justificam sua superioridade sobre a mulher. Nesse ponto, Francisca retoma sua tese defendida no editorial n.2, de 29 de julho de 1875 e se pauta novamente na voz de autoridade de Deus. Assim, ela busca adesão a sua tese, ao dirigir-se a um auditório cristão.

No seu argumento, ela parte da premissa que o homem acredita ser superior à mulher. Deus diz que mesmo sendo parte do homem (referência ao trecho bíblico em que Deus faz a mulher a partir da costela do homem), “são ambos seres relativos, não mais que duas metades de um todo”. Dessa forma, para a autora, é função tanto da mulher quanto do homem amar e respeitar um ao outro, visto que ambos são iguais perante Deus, cada um a sua forma. (DINIZ, 1875, n. 4, p.1)

Na defesa de outro argumento recorrente em seus editoriais, Francisca invoca a civilização índica. De acordo com ela, essa civilização coloca a mulher em um patamar superior ao homem, próxima à divindade. Baseada nesse argumento, ela defende que civilizações que colocam a mulher no mesmo patamar do homem, no que se refere às leis e à sociedade, é próspera. Por sua vez, civilizações decadentes tornam as mulheres escravas. Portanto, se a sociedade brasileira do século XIX, impede a igualdade de direitos às mulheres, e não lhes permite a liberdade, não passa de uma sociedade decadente.

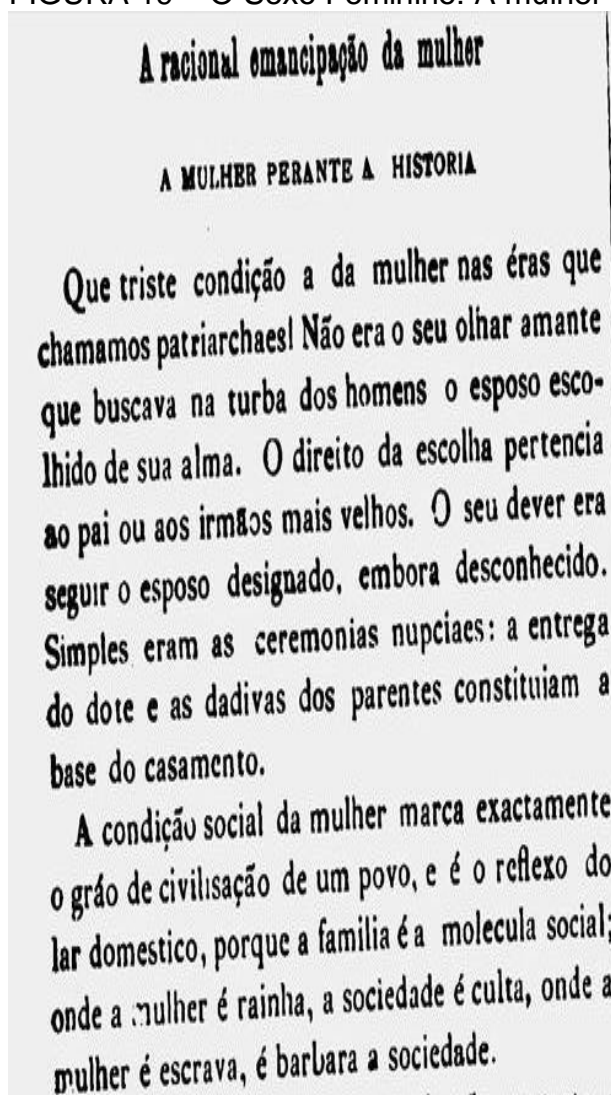
O conceito metafórico MULHER É OBJETO é recuperado em sua argumentação, para demonstrar que homens que consideram a mulher um objeto, um ente normal, circunscrito, passível, que serve de instrumento, volúvel, em expectativa perpétua, inacabado, um anjo de refugio, não compreendem as mulheres. Ao utilizar essas palavras, Francisca atesta que homens que acreditam que a mulher não deva ter acesso a sua emancipação, consideram a mulher um ser inferior. (DINIZ, 1875, n. 4, p. 2)

Mais uma vez o conceito metafórico MULHER É ANJO é apresentado. Nesse caso, no entanto, como um anjo de refugio. De acordo com FERREIRA (2000, p. 591), refugio significa “restos inúteis, rebotalho”. Assim, refugio se contrapõe ao significado de anjo: “ser espiritual que serve de mensageiro entre Deus e os homens” (FERREIRA, 2000, p. 45). Ao utilizar o termo “anjo de refugio”, a autora destaca a posição de inferioridade da mulher na sociedade brasileira do século XIX, pois, mesmo sendo a mulher uma mensageira divina, para o homem ela não passa de “restos inúteis”

Na consecução de seus argumentos em defesa da igualdades de direitos para a mulher, Francisca encerra seu texto, retomando o posto inicial que afirma que a mulher é um poema que deve ser lido, com o coração, muitas vezes ao longo dos anos. Dessa forma, homens que não reconhecem a igualdade de direitos da mulher são incapazes de definir e compreender a mulher. (DINIZ, 1875, n. 4, p. 2)

4.3.7 Anno 3. Rio de Janeiro, 9 de junho de 1889. Num. 2. O Sexo Feminino. A racional emancipação da mulher. A mulher perante a história

FIGURA 19 – O Sexo Feminino: A mulher perante a história



E' uma lei historica, que a razão não contesta e que nós demonstraremos em quadros historicos.

Vejamos: entre os primitivos aryas, nos apparece a esposa cercada de esplendida aureola e celebrada por todos os poetas e em todas as epopéas.

A mulher é a rainha do lar e como tal recebe as homenagens tributadas a seu esposo.

Toma parte nos sacrificios aos manes de seus avós, e dirige a educação de seus filhos.

Nos tempos vedicos a mulher mostrou se sempre digna companheira de heróes.

Como é poetica a linguagem da lei indiana referindo-se ao casamento!

« Uma gotta de agua salgada cahindo n'um copo d'agua dá-lhe o sabor do sal; um rio lançando-se no oceano, transforma-se em oceano tambem; a mulher desposando um homem, torna-se sua imagem.»

« A mulher, diz Manú, reveste no matrimonio todos os dotes pessoaes de seu marido.»

Era pois a mulher entre os vedas o anjo da familia, e o seu dever era manter o fogo sagrado do lar.

Ao fazer uma retomada histórica da condição feminina, Francisca, volta ao conceito metafórico MULHER É OBJETO, para construir sua argumentação no editorial e demonstrar que o tratamento dado à mulher ao longo da história mostra o grau de civilização de um povo. Para a autora, onde a “mulher é rainha, a sociedade é culta, onde a mulher é escrava, é barbara a sociedade”. Esse argumento é igual ao colocado pela autora no editorial número 4, de 14 de agosto de 1875.

Quatorze anos depois de escrito aquele texto, Francisca segue em sua luta pela emancipação feminina e seus argumentos se tornam recorrentes, assim como os conceitos inseridos neles. Destacamos o seguinte trecho:

A condição da mulher marca exactamente o grão de civilização de um povo, e é o reflexo do lar doméstico, porque a família é a molécula social; onde a mulher é rainha, a sociedade é culta, onde a mulher é escrava, é barbara a sociedade. (DINIZ, 1889, n.2, p.1)

Nesse caso verificamos que uma sociedade culta, próspera e civilizada trata a mulher como uma rainha, ou seja, com respeito e admiração. Aqui, a exaltação da mulher como pertencente à realeza, considerada de uma classe superior, se contrapõe à ideia da mulher como propriedade do homem. Assim, nas civilizações em que a mulher é vista como escrava, como uma propriedade, a sociedade é bárbara, atrasada. (DINIZ, 1889, n.2, p.1)

Para fundamentar sua argumentação, ela traz como exemplos a exaltação das sociedades “aryas” e “vedas” à mulher. O conceito metafórico MULHER É ANJO aparece em termos divinos que são apresentados ao referir-se à mulher: “esplendida aureola”; “anjo da família” e mantenedora do “fogo sagrado do lar”. Com efeito, percebemos nos argumentos da autora que ela exalta as sociedades e aqueles que reconhecem os direitos da mulher, enquanto desabona os que veem a mulher como seres inferiores e destituídos de direitos. (DINIZ, 1889, n.2, p.1)

Como para Francisca, a família é uma molécula social, o tratamento dado à mulher reflete o desenvolvimento de uma sociedade. Assim, a autora acusa as sociedades patriarcais de tratarem a mulher como um objeto, uma propriedade destituída de vontades e direitos. Ela vincula o grau de civilidade de uma sociedade ao tratamento igualitário dado à mulher. Temos, então, a construção do eixo: *emancipação de direitos da mulher gera uma sociedade avançada e próspera, em contraponto, mulheres destituídas de direitos geram uma sociedade atrasada e bárbara. Assim: sociedade próspera é por causa da mulher. Sociedade fracassada é culpa do homem. Logo, o sucesso da civilização é da mulher.*

4.3.8 Anno 3. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1889. Num. 8. O Sexo Feminino. A racional emancipação da mulher

FIGURA 20 – O Sexo Feminino: A racional emancipação da mulher

**A racional emancipação da mulher**

Este artigo tem por objecto examinar a condição actual da mulher segundo as leis e segundo os costumes. A questão da emancipação da mulher e seu destino na sociedade não toca sómente a mulher, ella se liga conjuntamente e geralmente ás ideias do seculo XIX.

Si não estamos em engano, o caminho principal a seguir é o de conciliar principios em apparencias inconciliaveis, de autoridade, autonomia, igualdade de direitos, enfim, estes a ambos os sexos.

- Accordar em haver liberdade e autoridade.
- Accordar em haver a mesma fé e liberdade de consciencia.
- Accordar na igualdade de hierarchia.
- Accordar em que haja ordem nas ideias do livre arbitrio do poder divino.—Accordar em a ordem social, livre posse do capital e salario, posse de bens e profissões, etc., é de alta importancia. Não estamos mais nos tempos em que o saber era propriedade de certos privilegiados. O feudalismo, a cavallaria er-

rante, as crusadas, os prejuizos de castas e desvanecimentos chimericos já são passados, deixando-nos apenas os traços das suas temporarias conquistas. A nova geração procura e procurará fazer desaparecer esses tristes vestigios de barbaros tempos.

Hoje, dizemos, o horizonte da humanidade nos mostra a linha do caminho que temos a percorrer. O seculo das luzes, seculo, em que, como diz Flammarión, temos de ver que a verdadeira liberdade consiste na soberania da intelligencia, não é mais permittida a escravidão da mulher!... Quando chamamos as nossas conterraneas para cooperarem connosco na santa crusada da nossa instrucção, é por termos plena certeza de que, sem que façamos propaganda da instrucção do nosso sexo, proporcionamos a elle, nas casas de educação, os meios de attingir o nosso fim. A civilização da humanidade depende de nossos esforços em bem da educação da mocidade.

Os jornaes e os professores em suas cadeiras de ensino serão os obreiros do progresso.

A argumentação central que os editoriais de Francisca é a defesa da educação feminina como ferramenta de emancipação da mulher. A tese de que o progresso de uma sociedade só é alcançado com o tratamento igualitário entre homens e mulheres também é retomada. Ela trata da necessidade de que haja na sociedade o livre arbítrio, livre posse de capital e de salário, de posse de bens, de profissões, igualdade de direitos, autoridade e autonomia para ambos os sexos.

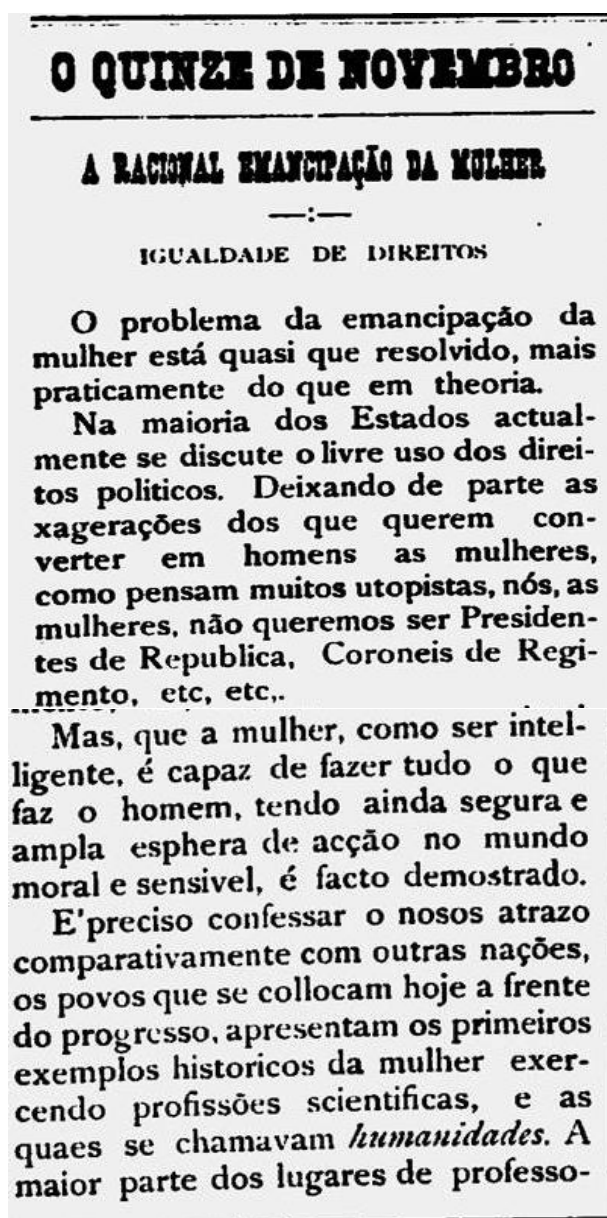
No sentido de manter o argumento utilizado em outros editoriais, Francisca compara o progresso com a emancipação da mulher e o atraso com o cerceamento dos direitos femininos. O século das luzes, assistiu não só a chegada de inovações científicas e tecnológicas, como o aumento de vozes em defesa dos direitos da mulher, que se difundiram pelo mundo. Nesse sentido, a autora argumenta que não se pode mais tolerar a opressão feminina.

Para ela, a educação é o caminho para a liberdade. Ela dirige-se ao seu auditório (suas leitoras) e o conclama a participar da luta pela instrução feminina. Ela conclui sua argumentação observando que, se o sucesso da civilização deve-se à mulher, cada uma deve fazer a sua parte para garantir que a sociedade da qual elas fazem parte, prospere. (DINIZ, 1889, n. 4, p.1)

Por fim, Francisca coloca sua estratégia em foco: a transformação se faz por meio da informação, da educação. Cabe, assim, aos “jornaes e professores em suas cadeiras de ensino” difundir as ideias de emancipação feminina e auxiliar na transformação da sociedade para aceitar a igualdade de direitos entre os sexos. Libertando, dessa forma, as mulheres da condição de escravas do homem. Com esse argumento, ela cita o caminho para a mudança social do conceito metafórico MULHER É OBJETO. A mulher deixa, assim, de ser uma propriedade e passa a ser uma cidadã dotada de igualdade de direitos civis. (DINIZ, 1889, n. 4, p.1)

4.3.9 Anno 3. Capital Federal, 6 de dezembro de 1890. Num. 23. O quinze de novembro do Sexo Feminino. O Sexo feminino. A racional emancipação da mulher

FIGURA 21 – O Sexo Feminino: A racional emancipação da mulher



res publicos são prehenchidos por senhoras, e milhares d'ellas são empregadas nas casas da moeda, de sellos de Estado, de officinas do governo e administrações de correios. As profissões livres não lhes são vedadas; ha medicas e advogadas exercendo suas profissões livremente. Em conclusão, a mulher na maior parte dos paizes onde prevalece a civilização, como por exemplo nos Estados Unidos da America do Norte, não está já sobre o jugo despoticamente exercido pelo poder marital, e gosa de maiores privilegios.

O relator da nossa lei commercial parece ter seguido a verdadeira doutrina progressista d'aquelle Estado da União, modelo das nações cultas, quando estabeleceu no artigo 21 do nosso codigo commercial a doutrina em qual permittite a mulher proprietaria de um estabelecimento commercial contrahir matrimonio, sem por elle alterar os direitos e obrigações relativas ao commercio, e gestão que d'elle depende, bem assim, a toda a mulher solteira, legitimamente emancipada, o direito de estar habilitada para administração de seus bens, segundo a lei, fazendo porem, renuncia expressa e formal do beneficio de restrição.

Outrosim, concede a mulher casa-  
da iguaes direitos de commerciar li-  
vremmente, desde que, tenha autorisa-  
ção do marido por escriptura publica  
ou si ella estiver legalmente separada  
do marido.

Esta regalia, concedida á mulher,  
ja é, como ficou dito, um começo de  
emancipação pratica.

Sem estarmos competentemente  
habilitad as a delimitar com rigorosa  
precisão os variados ramos de pro-  
fissões e empregos, em os quaes po-  
demos, nós, as mulheres, occupar nos-  
sa actividade, ousamos pedir a atten-  
ção dos poderes competentes para  
este alvo — «Igualdade de direitos».

Compette a quem mais póde, o  
velar pelos intereses de um sexo de-  
nominado fraco, prevendo o accordo  
da concurrencia aos lugares, concor-  
dando-os com a organização, deli-  
cadeza, pudor e costumes sociaes da  
mulher.

A opinião exagerada é sempre gra-  
vemente prejudicial ao progresso ci-  
vilizador da humanidade.

A mulher tem no centro da familia  
milhares de occasiões em que póde  
ser util a sociedade, sem ter precisão  
de outro auxilio mas que o da edu-  
cação e da autonomia social.

Com a proclamação da República, o jornal, passa a se chamar *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. Francisca segue com o tema recorrente e central de

seus editoriais: *A racional emancipação da mulher*. A defesa da emancipação feminina via educação e instrução segue presente em seus textos. O que percebemos nestes é a entrada da defesa da mulher para além do campo da educação. A autora lança olhares para os direitos civis e políticos da mulher, como o sufrágio.

Neste último editorial disponível para consulta, Francisca reconhece que, após 16 anos de publicações e luta, a emancipação da mulher é um problema quase resolvido. Para fundamentar essa afirmação, ela traz como exemplo que a maioria dos Estados já se discute o “livre uso dos direitos políticos”. Ela deixa claro que não é intenção de sua luta tomar o lugar dos homens, mas exigir igualdade de direitos.

Desde o início de suas publicações, o conceito metafórico MULHER É OBJETO, é frequente, mas com o passar das edições, a autora vai construindo argumentos em volta da superioridade feminina e em sua capacidade de exercer quaisquer profissões que queira. Assim, vai moldando seus argumentos em defesa da emancipação feminina.

Na maior parte de seus editoriais, Francisca recorre ao discurso religioso e se pauta na voz de autoridade da igreja, sempre buscando fundamentar seus teses e buscar a adesão do seu auditório, a sociedade brasileira, manifestamente católica. Nesse editorial, temos um argumento pautado na capacidade e inteligência da mulher em realizar quaisquer trabalhos dados aos homens com a vantagem de ter “ainda uma ampla e segura esfera de acção no mundo moral e sensível”. A autora deixa de se fundamentar na voz da Igreja e foca somente nos direitos da mulher e em suas conquistas, baseando-se na capacidade e superioridade das civilizações que reconhecem os direitos da mulher. (DINIZ, 1890, n. 23, p.1)

A construção do argumento: *o progresso de uma nação depende da emancipação feminina, o fracasso de uma nação é culpa do homem que nega os direitos da mulher*, foi sendo construído ao longo dos editoriais. Neste último editorial, Francisca atribui o atraso da sociedade brasileira ante outras nações ao fato da sociedade ainda colocar-se contrária ao acesso da mulher ao ensino, principalmente, o superior. Já que este permite à mulher o acesso ao mundo do trabalho qualificado. Como são os homens que controlam a sociedade oitocentista brasileira, Francisca,

atribui ao homem o fracasso da sociedade. Assim, temos a construção do eixo: o *fracasso de uma nação é culpa do homem e o sucesso de uma nação é mérito da mulher*, sendo amarrada com argumentos que se pautam em exemplos de outras nações para justificar sua defesa pela emancipação feminina.

O foco de sua argumentação se amplia da busca pelo direito da mulher à educação para a igualdade de direitos entre os sexos. O conceito metafórico **HOMEM É SUPERIOR X MULHER É INFERIOR** é reconhecido por Francisca, mas ela desta vez, usa a palavra *denominado* como um modalizador que atesta que ela refuta essa convenção social de submissão da mulher na sociedade brasileira. Toda a sua argumentação, nesse editorial é construída no sentido de fundamentar a defesa da capacidade da mulher de atuar na sociedade com igualdade de direitos e condições intelectuais e profissionais.

Nesse texto, a autora cita os avanços legais conquistados pelas mulheres ao longo dessa década e meia que separa a primeira edição da última. Entre eles, ela destaca o direito da mulher ao contrair matrimônio, mantenha seu comércio independente da ação do marido, por ocasião do casamento. Mulheres solteiras e emancipadas estão habilitadas a administrar seus bens. Para ela, essa é a emancipação feminina na prática. Ela encerra seu texto, justificando que a mulher pode ser útil à sociedade atuando desde que conte com o auxílio da educação e da autonomia social. Vemos aqui que Francisca amplia sua luta para além do campo da educação feminina e passa a atuar na defesa da igualdade de direitos e autonomia da mulher. (DINIZ, 1890, n. 23, p.1)

---

## Conclusão

***“A verdadeira liberdade consiste na soberania da inteligência”.***

*Flammarino*

Esta pesquisa teve como tema o estudo dos editoriais do semanário “O Sexo feminino”, da proprietária e redatora Dona Francisca Senhorinha da Motta Diniz, publicado inicialmente na cidade de Campanha, estado de Minas Gerais e, posteriormente, na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1873 e 1889. Com a HL como base teórica da nossa pesquisa, a contextualização, a imanência e a adequação – os três princípios básicos propostos por Koerner, foram aplicados. É relevante ressaltar que os estudos em HL com foco na história do conhecimento sobre a linguagem nos permitiram a reconstrução do período em que os editoriais analisados foram produzidos, recriando o ambiente social, histórico, econômico e cultural da sociedade brasileira do século XIX, a partir da linguagem e, em especial, das metáforas presentes nos argumentos dos editoriais escritos por Francisca.

Apresentamos a vida e obra de uma das primeiras feministas brasileiras: Dona Francisca Senhorinha da Motta Diniz – professora, redatora, diretora de colégio e proprietária do periódico *O Sexo Feminino*. O primeiro a tratar exclusivamente da emancipação e educação feminina, objetos desta pesquisa. Cabe destacar que a proprietária estimulava não só a participação das leitoras, como solicitava que elas assinassem seus escritos. Algo incomum para a época. É relevante ressaltar que Francisca foi uma dentre as vozes que se levantaram no século XIX, em defesa da emancipação da mulher, por meio da educação. Podemos destacar dentre outras, Nísia Floresta, educadora, escritora e poetisa brasileira.

Apresentamos a estrutura do jornal *O Sexo Feminino* e analisamos os textos produzidos pela autora. Verificamos também como os textos de Francisca eles progrediram ao longo dos anos de publicação do semanário sempre com o foco na defesa da mulher. Por conseguinte, levantamos as seguintes questões: Como os recursos metafóricos que, de acordo com Lakoff e Johnson (2002), são processos cognitivos que se manifestam linguística e argumentativamente, presentes nos

editoriais do semanário e que contribuíram na elaboração de argumentos em defesa da mulher oitocentista?

Os estudos de Lakoff e Johnson nos permitiram encontrar os argumentos e os conceitos metafóricos presentes nos editoriais de Francisca que nos possibilitaram a reconstituição da condição da mulher na sociedade brasileira oitocentista. Destacamos dois conceitos metafóricos, dentre outros apresentados nas análises presentes nos escritos da autora: MULHER É OBJETO e HOMEM É SUPERIOR X MULHER É INFERIOR. A situação de submissão da mulher se destaca, assim como sua total falta de direitos, tendo como destino uma vida de dependência e inferioridade e com instrução escolar quase praticamente inexistente. A mulher era considerada parte das camadas inferiores da sociedade. Era uma propriedade do homem. Francisca militou, em seus escritos pela *racional emancipação da mulher*, que compreendia na defesa da educação feminina, na igualdade de direitos civis da mulher e o direito ao acesso feminino ao mercado de trabalho qualificado.

Como categorias de análise, escolhemos a retórica e a metáfora. A partir dessas categorias pudemos verificar, por meio dos tipos de argumentos utilizados por Francisca, bem como do auxílio da metáfora conceptual, como Francisca identificou e combateu o discurso machista e patriarcal da época e construiu sua argumentação em torno da defesa da emancipação da mulher por meio da educação e da instrução. É relevante destacar que as argumentações estruturadas nos editoriais buscaram o combate à objetificação da mulher e a exaltação do sujeito feminino como um ser superior e responsável pelo sucesso e prosperidade da família e da sociedade, além da luta pela conquista de direitos políticos e civis, como o sufrágio, o direito à herança e à propriedade.

Com efeito, o capítulo II, trata do princípio de contextualização e busca apresentar como se deu o processo de publicação e divulgação do semanário O Sexo Feminino. Para tal, descrevemos a vida de Dona Francisca Senhorinha da Motta Diniz como mãe, esposa, escritora, jornalista, educadora e empresária, bem como sua produção jornalística e literária. Antes, porém, contextualizamos: o Brasil oitocentista; a situação da mulher brasileira no século XIX; o feminismo; a produção literária e jornalística feminina no século XIX. É relevante ressaltar que a descrição da estrutura

do jornal foi tratada no capítulo IV, item 4.2. Por conseguinte, os nossos objetivos foram:

- ✓ identificar os recursos argumentativos utilizados por Dona Francisca Senhorinha da Motta Diniz em seus editoriais;
- ✓ apontar as características da argumentação e da metáfora, como um instrumento relevante na construção da argumentação, a partir da Retórica Clássica e da Gramática, relacionando-os também à Teoria da Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca e à Teoria da Metáfora Conceptual de Lakoff e Johnson;
- ✓ descrever o contexto político, social e econômico do século XIX em que o semanário O Sexo Feminino foi produzido.

Nesse sentido, podemos afirmar que esses objetivos foram atingidos já que apresentamos um estudo do contexto político, social e econômico do século XIX em que o semanário O Sexo Feminino foi produzido. Além de, por meio da análise dos editoriais, no que diz respeito à construção de argumentos e com o auxílio dos conceitos metafóricos, buscamos a compreensão da argumentação construída por Francisca, em defesa da emancipação feminina, por meio da educação e de sua luta pela igualdade de direitos da mulher oitocentista. Ademais, verificamos nesse processo como a autora buscou a adesão do auditório a partir da fundamentação de seus argumentos em discursos de autoridade, principalmente, o religioso, pautado na voz da Igreja. Verificamos que Dona Francisca Senhorinha utilizou-se de metáforas, conceitos metafóricos e personificações com o objetivo de defender seus argumentos e refutar os que a ela eram contrários.

Destacamos que o cerne da argumentação de Francisca em seus editoriais é a defesa da emancipação política, social e financeira da mulher por meio de sua educação e instrução. Verificamos que é recorrente o argumento que somente a mulher pode regenerar a sociedade, por meio da sua atuação como educadora e instrutora de seus filhos dentro de casa ou como professora.

O principal conceito metafórico a ser refutado em seus editoriais é MULHER É OBJETO. Para contrapor-se a ele, a autora constrói conceito metafórico MULHER

É ANJO, que apresenta a figura da mulher como um ser divino e superior. Nas duas primeiras fases do jornal, ela recorre com frequência ao discurso religioso e ao argumento de autoridade da Igreja para fundamentar suas alegações. Nessas fases, a emancipação da mulher por meio da educação física, moral e religiosa é exaltado e a defesa da mulher como esteio da sociedade e da família é destacado. Na terceira fase do jornal, Francisca dá um passo além e inicia a sua argumentação em defesa dos direitos políticos e civis da mulher, além do acesso feminino ao ensino superior e às profissões até então reservadas aos homens. Sua argumentação foca no discurso da ciência, da inteligência da mulher, em detrimento do discurso religioso cristão. Ela chega a, inclusive, refutar ensinamentos da igreja católica como a submissão da mulher ao homem, no que ela classifica de uma interpretação errônea.

No primeiro ano de publicação, Francisca não trata das mulheres pobres, ela faz uma breve citação, mas não aprofunda as questões referentes à mulher sem posses. Nesse sentido, toda a sua argumentação é construída em função de dois auditórios: o pai de família, para que permita o acesso de suas filhas ao ensino escolar e a mulher letrada, com algum acesso à educação e com condições de acessar seus textos. Essa situação vai se modificando até que, já na cidade do Rio de Janeiro, na terceira fase do jornal, ela abre o Collegio Social Santa Izabel e Escola Domestica para educar e instruir meninas pobres e dar a elas uma profissão. Para isso, ela conta com o auxílio de seus leitores e com a renda de seu outro colégio, destinado à formação de professoras.

Por fim, Francisca foi, juntamente com suas filhas, além de lutar pela divulgação dos ideais de emancipação, educação, instrução, igualdade, direitos civis e políticos das mulheres, professora, redatora, escritora e ativista que contribuiu para a formação e, conseqüente independência financeira de meninas pobres da cidade do Rio de Janeiro. Essa personagem brasileira do século XIX contribuiu, juntamente com outras mulheres oitocentistas, para o estabelecimento de um ideário de liberdade e igualdade para mulher no Brasil e a preparação para a ampliação da luta feminina no século XX. Devemos nossas conquistas a essas mulheres. Com esse trabalho, esperamos contribuir para que essa geração e as futuras conheçam o trabalho de luta e persistência de Dona Francisca da Motta Diniz pela *racional emancipação da mulher* brasileira.

---

## Bibliografia

ALEXANDRE JÚNIOR, M. Introdução. In: ARISTÓTELES. Retórica. In: *Obras completas de Aristóteles*. MESQUITA, A. P. (coord.). 2.ed. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da moeda, 2005.

ALMEIDA JÚNIOR, L. N. *Conjecturas para uma Retórica do Design [Gráfico]*. Rio de Janeiro, 423f. Tese (Doutorado em Design) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009.

ALTMAN, M. C. F. S. *A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo. Humanitas, 1998.

\_\_\_\_\_. *História, estórias e historiografia da linguística brasileira*. São Paulo: Todas as Letras - Revista de Língua e Literatura. v. 14. n.1. pp. 14-37, 2012. Disponível em <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/4526>. Acesso em 22 fev 2018.

ANDRADE, F. A. A. *Estratégias e escritos: Francisca Diniz e o movimento feminista no século XIX (1873/1890)*. Belo Horizonte, 141f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2006a.

\_\_\_\_\_. *Escrita e feminismo no século XIX*. Rio de Janeiro: 'Usos do Passado' — XII Encontro Regional de História ANPUH. pp. 1-6, 2006b.

ARANHA, M. L. A. *História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ARISTÓTELES. Retórica. In: *Obras completas de Aristóteles*. MESQUITA, A. P. (coord.). 2.ed. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da moeda, 2005.

BASTOS, N. M.O.B.; PALMA, D. *História entrelaçada: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

\_\_\_\_\_. *História entrelaçada: a construção de gramática e o ensino de língua portuguesa na primeira metade do século XX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

BATISTA, R. O. *Introdução à Historiografia Linguística*. São Paulo: Cortez, 2013.

BEAUVOIR, S. *Le deuxième Sexe – les faits et les mythes*. Paris: Éditions Gallimard, 1949.

BLAKE, A. V. A. S. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, v. 2. 1893. Disponível em:

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681>. Acesso em: 11 fev 2017.

CABRAL, E. M. *Primeiras Histórias – O surgimento das imprensas feminina e feminista no Brasil*. BOCC – Biblioteca on-line de ciências da comunicação. pp. 1-5, 2008. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/cabral-eugenia-primeiras-historias.pdf>. Acesso em 20 ago. 2016.

CANCIAN, R. Feminismo: Movimento surgiu na Revolução Francesa. UOL. São Paulo, pp.1-3, 07 out. 2008. Disponível em

<http://www.educacao.uol.com.br/feminismo>. Acesso em 21 ago. 2016.

CANOLLA, C. *A trama dos sentidos: uma abordagem sócio-cognitiva da leitura de metáforas poéticas*. São Paulo, 285f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

CASTRO, M. A. *O acontecer poético: a história literária*. Rio de Janeiro: Antares, 1982.

CHALHOUB. S. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COSTA, N. *Lugar de mulher é na redação o jornalismo performático e o destaque alcançado por repórteres mulheres*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível em

[http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1382033236\\_ARQUIVO\\_Lugardemulherenaredacao.pdf](http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1382033236_ARQUIVO_Lugardemulherenaredacao.pdf). Acesso em 03 jun. 2017.

DAYOUB, K. M. *A ordem das idéias: palavra, imagem, persuasão: a Retórica*. Barueri: Manole, 2004.

DINIZ, F. S. M. *O sexo feminino*. Campanha da Princesa, set. 1873 – set. 1874. Disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706868&pasta=ano%20187&pesq=>. Acesso em Acesso em 15 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. *O sexo feminino*. Rio de Janeiro, jul. 1875 – nov. 1889. Disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706868&pasta=ano%20187&pesq=>. Acesso em Acesso em 15 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. Rio de Janeiro, nov. 1889 – set. 1890. Disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706868&pasta=ano%20187&pesq=>. Acesso em 15 jul. 2015.

DUARTE, C. L. *Mulher e Escritura: produção letrada e emancipação feminina no Brasil*. Alagoinhas: Revista Pontos de Interrogação vol.1, nº 1. pp. 73-79 jan./jun.2011.

\_\_\_\_\_. Voz da Verdade. In: *Imprensa feminina e feminista no Brasil – século XIX – Dicionário Ilustrado*. 1ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

FARIA FILHO, L. M. de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C.G. (Orgs.). *500 anos de Educação no Brasil*. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica. pp.135-150, 2011.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. 13. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

FERNÁNDEZ, Eva Samaniego. *La traducción de la metáfora*. Valladolid: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Valladolid, 1996.

FERREIRA, A.B. de H. Mini Aurélio – Século XXI o minidicionário da língua portuguesa. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FERREIRA, L. A. *Leitura e persuasão: princípios de análise retórica*. São Paulo: Contexto, 2010.

FREIRE, L. J. J. *Elementos de retórica nacional*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1869.

FREITAS, G. D. C.; OLIVEIRA, L. *A mulher na legislação educacional brasileira do século XIX sob a perspectiva da historiografia linguística*. Mineiros: Revista Interação Interdisciplinar, do Centro Universitário de Mineiros. n. 1, vol. 1, pp. 245-266, jan. /jul. 2017. Disponível em <http://www.fimes.edu.br/ojs/index.php/interacao/article/view/158/144>. Acesso em 04 jun. 2017.

GUIMARÃES, A. P. *A educação da mulher – uma proposta do jornal “O sexo Feminino”*. São João Del-Rei, 67f. Monografia (Especialização em História) – Universidade Federal de São João Del-Rei, 2006.

HONORATO, M. C. *Retórica e poética*. 4. ed. Rio de Janeiro: Tipografia Cosmopolita, 1879.

KAZ, L. Um olhar sobre elas, as revistas. In: SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. *Mulheres em revista o jornalismo feminino no Brasil*. Rio de Janeiro: Cadernos da Comunicação – Série Memória. pp. 6-10, jun. 2002.

KOERNER, E. F. Konrad. *Practicing Linguistic Historiography: select essays*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 1989.

\_\_\_\_\_. *Questões que persistem em Historiografia Lingüística*. Cristina Altman [Trad.]. [orig. inglês “Persistent Issues in Linguistic Historiography.” Professing

Linguistic Historiography. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 1995] ANPOOL. Revista da Associação Nacional em Letras e Linguística 2. pp. 45-70, 1996.

\_\_\_\_\_. *História da linguística*. Rio de Janeiro: Confluência – Revista do Instituto de Língua Portuguesa. n. 46. pp. 9-22, 1. sem/2014. Disponível em <http://lp.bibliopolis.info/confluencia/edpdf/46.pdf>. Acesso em 18 abr 2018.

\_\_\_\_\_. *Quatro décadas de Historiografia Linguística: estudos selecionados*. Vila Real: Centro de Estudos em Letras – Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, 2014.

KROLOKKE, C.; SORENSEN, A. S. *Gender Communication Theories and Analyses – From silence to performance*. Thousand Oaks: Sage, 2006.

LAKOFF, G. A metáfora, as teorias populares e as possibilidades do diálogo. Trad. Rodolfo Ilari e Eric M. Sabinson. In: *Cadernos de estudos lingüísticos*. Campinas: UNICAMP/IEL, 1985 p. 49-68.

\_\_\_\_\_. The contemporary theory of metaphor. In A. Ortony (Ed.), *Metaphor and thought* (p. 202-251). 2.ed., Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da Vida Cotidiana (Coordenação da tradução: Mara Sophia Zanotto)*. Campinas: Mercado das Letras. São Paulo: EDUC. PUCSP, 2002.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, M. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto. 10. ed. 3. Reimpressão. pp. 443-481, 2015.

MARTINS, E. V. *A fonte subterrânea: o pensamento crítico de José de Alencar e a retórica oitocentista*. Campinas: 224f. Tese. (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Campinas, 2003.

MARQUES, O. *A teoria da metáfora & renascença da poesia americana*. Rio de Janeiro: São José, 1956.

MAZZALI, G. C. *Retórica: de Aristóteles a Perelman*. Curitiba: Revista Direitos Fundamentais e Democracia – Faculdades Integradas do Brasil, v.4, pp. 1-16. 2008. Disponível em <http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/158/155>. Acesso em 12 out. 2017.

MELO, C. A. Os manuais de retórica e poética: “Lugares de Memória” no Brasil Oitocentista. *Fronteiras*, n.15, p. 120-134, 2015. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/fronteiras/article/view/24331/18563>. Acesso em 12 out 2017.

MENDES, M.F. *Cartas Chilenas, de Tomás Antônio Gonzaga: um estudo historiográfico dos recursos linguísticos e argumentativos*. São Paulo: 350f. Tese.

(Doutorado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

MORAIS, M. A. C. *As Leituras das Mulheres no séc. XIX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

MUZART, Z. L. *Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX*. Revista Estudos Feministas. Florianópolis. CFH/CCE/UFSC. Vol. 11, n. 1, pp. 225-233, 2003.

NASCIMENTO, K. C. *Mulheres na imprensa mineira: um estudo sobre representações*. Londrina: ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História, pp. 1-8, 2005.

OLIVEIRA, L. *A leitura como evento social: A construção de sentidos em crônica de Arnaldo Jabor*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2015.

PALMARES: FUNDAÇÃO CULTURAL. *Personagens Negras: Ernesto Carneiro Ribeiro*. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/person-negras-ernesto-carneiro>. Acesso em 20 nov 2017.

PERELMAN, C. *O Império Retórico: Retórica e Argumentação*. Porto: ASA, 1993.

\_\_\_\_\_. *Lógica Jurídica*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PETERS, B. *La barrera invisible*. Revista Perspectivas. Santiago de Chile: Isis Internacional, n. 4, pp. 03-07, 1996.

REBOUL, O. Introdução à retórica. Trad. Ivone Castilho Benedetti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RIBEIRO, A. I. M. Mulheres educadas na colônia. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C.G. (Orgs.). *500 anos de Educação no Brasil*. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica. pp. 79-94, 2011.

RIBEIRO, D. C. *Ernesto Carneiro Ribeiro: sua vida e sua obra*. Salvador: José Konfino – Editor, 1939.

RIBEIRO, E. C. *Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza*. 2.ed. Salvador: Livraria Catilina, 1915.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854. Aprova o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundários do Município da Corte. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto->

[1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html](http://1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html). Acesso em 15 maio 2017.

ROSA, G.T. *A mulher projetada no discurso: a construção ethótica de Senhorinha Diniz em O Sexo Feminino*. Belo Horizonte: Revista ContraPonto. v. 1, n. 1, pp. 126-143, jul. 2011. Disponível em [http://periodicos.pucminas.br/index.php/contraponto/article/viewFile/2241/pdf\\_8](http://periodicos.pucminas.br/index.php/contraponto/article/viewFile/2241/pdf_8). Acesso em 22 maio 2016.

SANTANA, L.G.A. *Grammatica da Lingoagem Portuguesa x Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza: um estudo comparativo acerca da classe gramatical “verbo”*. Feira de Santana: Revista Digital dos Programas de Pós-Graduação do Departamento de Letras e Artes da UEFS Feira de Santana, v. 18, n. 2, p. 317-335, maio/ago., 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.13102/cl.v18i2.1852>. Acesso em 15 nov 2017.

SANTANA, R. F. *A instrução da fêmea: a educação da mulher brasileira no século XIX*. Sergipe: Revista Tempos e Espaços em Educação. Vol. 7, n. 12, pp. 137-150, jan./abr., 2014. Disponível em <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/2961>. Acesso em 16 fev. 2017.

SANTOS, M. C.; RESENDE, M. A. A. *Moralistas criteriosos e glorificadores da mulher: conselhos literários de Elisa Lemos*. São João Del-Rei: Comunicações do Simpósio Internacional Literatura, Crítica, Cultura III: Interfaces. pp. 1-14, 2009. Disponível em <http://www.ufjf.br/darandina/files/2010/01/Mirian-Cristina-dos-Santos.pdf> Acesso em 03 jun. 2017.

SCHUMAHER, M.A.; BRASIL, E. V. *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade – Biográfico e Ilustrado*. Rio de Janeiro: Zahar. 2. ed., 2001.

SILVA, T. M. G. *Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil*. Vitória da Conquista: POLITEIA: Hist. e Soc. v. 8. n. 1. pp. 223-231, 2008.

SOARES, J. C. *Professores de Retórica e Poética do Colégio Pedro II (1844-1889): Trajetórias e Aspectos Identitários*. João Pessoa: Anais Eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação João Pessoa – Universidade Federal da Paraíba. pp. 4753-4765. ago. 2017. Disponível em [www.ixcbhe.com/arquivos/anais/eixo4/individual/4753-4765.pdf](http://www.ixcbhe.com/arquivos/anais/eixo4/individual/4753-4765.pdf). Acesso em 10 nov 2017.

SOUTO, B. F. *“Senhoras de seu destino”: Francisca Senhorinha da Motta Diniz e Josephina Alvares de Azevedo – projetos de emancipação feminina na imprensa brasileira (1873-1894)*. São Paulo, 197f. Tese (Doutorado em História Social) –

Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de História, 2013.

SOUZA, R. A. *O império da eloquência*. Rio de Janeiro: EdUERJ/EdUFF, 1999.

STEEN, G. *Understanding metaphor in literature: an empirical approach*. London: Longman, 1994.

SWIGGERS, P. *Historie de et Historiographie de l'enseignement du Français: modeles, objects et analyses*. Études de Linguistique Appliquée. Daniel Coste (ed.) n.78, 1990.

\_\_\_\_\_. *História e Historiografia da Linguística: Status, Modelos e Classificações*. (Trad.) Cristina Altman. Revista Eutomia. Ano III. v. 2. pp. 1-17, dez/2010.

\_\_\_\_\_. *Linguistic historiography: object, methodology, modelization*. São Paulo: Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura. v. 14, n. 1, pp. 38-53, 2012. Disponível em <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/4527/3489>. Acesso em 17 abr 2018.

\_\_\_\_\_. *A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização*. Confluência. Revista do Instituto de Língua Portuguesa. v. 44, pp. 39 – 59, 2013. Disponível em <http://lp.bibliopolis.info/confluencia/pdf/1171.pdf>. Acesso em 20 abr 2018.

TEIXEIRA, R. G. *Os lugares e os meios de sociabilidade intelectual do jornal O Sexo Feminino: algumas considerações*. Vitória: UFES: Universidade Federal do Espírito Santo. ANAIS - VI Congresso Brasileiro da História da Educação: Invenção, tradição e escritas da História da Educação no Brasil, pp. 1-13, 2011. Disponível em [http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais\\_vi\\_cbhe/conteudo/res/trab\\_13\\_12.htm](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/res/trab_13_12.htm). Acesso em 20 dez. 2016.

TRINGALI, D. *Introdução à Retórica – A Retórica como Crítica Literária*. São Paulo: Duas Cidades, 1988.

VELHO SOBRINHO, J. F. *Dicionário bio-bliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1937.

WOITOWICZ, K. J. *Marcos históricos da inserção das mulheres na imprensa: A conquista da escrita feminina*. Jornal Alcar, v. 1, pp.1-7, 2012.

XAVIER, L. N.; IRINEU, R. A. *Diferenças de gênero e igualdade de direitos: poder nas relações produtivas, divisão sexual do trabalho e reconstrução de identidades sociais*. Florianópolis: XXIV Congresso Nacional do CONPEDI – UFMG/FUMEC /Dom Helder Câmara – História, Poder e Liberdade. pp. 201-230, 2015.

ZANON, M. *Os manuais de correspondências comerciais (1950-2000): uma interpretação à luz da historiografia linguística*. São Paulo. 198f. Tese. (Doutorado em Língua Portuguesa). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

ZANOTTO, M. S. A cognição metafórica e a lingüística aplicada. *Anais do IV Congresso Brasileiro de Lingüística Aplicada*. Campinas: UNICAMP/IEL, p. 211-217, 1996.